

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL - NOTURNO

1. APRESENTAÇÃO

A proposta de um Projeto Político Pedagógico para a criação do Curso de Graduação em Serviço Social no período noturno, do Departamento de Serviço Social – SER/IH da Universidade de Brasília – UnB, é produto de uma conjuntura particular do processo de expansão da universidade pública brasileira nos marcos do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Ministério da Educação – MEC a partir de 2007.

O presente documento sistematiza o resultado final de propostas e discussões para a construção do Curso de Serviço Social noturno, elaborado pelos professores do SER atendendo às necessidades próprias do processo de criação de um novo curso de graduação, mas, sobretudo, à adequação as orientações políticas e pedagógicas da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS¹, que na última década promoveu diversos debates orientados à qualidade e ao compromisso social dos Cursos de Graduação em Serviço Social do país.

É importante destacar que a proposta de criação do Curso Graduação em Serviço Social no período noturno hoje em implantação na UnB, reflete mais do que uma demanda de expansão a partir do REUNI/MEC e da preocupação de adequar o projeto político pedagógico já existente às particularidades de um curso noturno. Resulta de um processo histórico continuado da categoria profissional dos assistentes sociais e das unidades de formação em Serviço Social, que busca uma avaliação contínua entre formação profissional e as demandas colocadas para o trabalho profissional no marco do processo de reestruturação da sociedade capitalista.

A matriz curricular apresentada nesta proposta pedagógica é marcada por uma perspectiva crítica da vida social, que se consolida com a avaliação curricular de 1982². Mas é aprofundada e maturada com a revisão curricular patrocinada pela ABEPSS, CFESS e ENESSO³, no processo de monitoramento da reformulação curricular dos cursos de Serviço Social presente num conjunto de documentos⁴, cuja síntese traduz-se na “Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço

¹ ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, entidade civil de âmbito nacional, sem fins lucrativos, é constituída pelas Unidades de Formação Acadêmica de Serviço Social e por filiados individuais, cuja finalidade, dentre outras, é propor e manter atualizado um processo contínuo e sistemático de avaliação institucional dos cursos de Graduação e Pós-Graduação na área de Serviço Social no país. A ABEPSS é criada em 1998, a partir da reorganização da histórica entidade ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social e a incorporação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – CEDEPSS.

² Tal avaliação resultou na criação do Currículo Mínimo para os cursos de Serviço Social, aprovado pelo antigo Conselho Federal de Educação de acordo com o Parecer CFE nº. 412, de 04.08.1982.

³ O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO também participaram ativamente na mobilização do processo revisão curricular.

⁴ Ver: Avaliação da Formação Profissional pós Novo Currículo: Avanços e Desafios – Relatório Preliminar de

Social”, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996, no Rio de Janeiro.

O Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília buscou traduzir neste documento, ora apresentado, propostas de superação de problemas que foram identificados no currículo em vigor no curso diurno em sua complexidade, e a incorporação de uma estrutura curricular própria para o curso noturno. O ponto de partida foram os debates sobre as questões específicas do curso da UnB, contando com a participação dos docentes e discentes que compõem a unidade acadêmica, que primou por uma ampla e democrática discussão. Foram socializadas as problemáticas identificadas através de oficinas de trabalho, primando pela construção coletiva do Projeto Político Pedagógico para criação do Curso de Serviço Social no período noturno.

Nesses termos, indicamos os dados gerais do curso:

DENOMINAÇÃO	Serviço Social
NÍVEL	Graduação
MODALIDADE	Bacharelado
TITULAÇÃO CONFERIDA	Bacharel em Serviço Social
ÁREA DE CONHECIMENTO	Ciências Humanas
DURAÇÃO	4 anos e meio
CARGA HORÁRIA	3.000
REGIME ESCOLAR	Créditos - semestral
FORMAS DE INGRESSO	Vestibular (Sistema Universal e Sistema de Cotas para Negros), Programa de Avaliação Seriada - PAS, Transferência Facultativa, Transferência Obrigatória, Aluno Estrangeiro e Mudança de Curso.
NÚMERO DE VAGAS SEMESTRAIS	40
TURNO DE FUNCIONAMENTO	Noite
SITUAÇÃO LEGAL	Aprovado pelo CEPE em 17/01/2013 Resolução CEPE nº 016/2013 Aprovado pelo CONSUNI em 21 de junho de 2013, Resolução CONSUNI nº 0020/2013
INÍCIO DE FUNCIONAMENTO	Fevereiro de 2010

1.1. Histórico

O Departamento de Serviço Social - SER existe na Universidade de Brasília desde 1971, e vem formando assistentes sociais que atuam em diversas áreas e campos institucionais. Em 1990, criou o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Política Social, tendo, antes, oferecido durante cinco anos consecutivos, o Curso de Pós-Graduação *lato sensu* (Especialização).

Pesquisa. Cadernos ABESS nº. 04, pp. 97-147; Revisão Curricular do Curso de Serviço Social. Caderno. In: Cadernos ABESS nº. 06 pp. 147-156; Proposta Básica para o Projetos e Formação Profissional ABESS/CEDEPSS XXIX Convenção, Recife, novembro de 1995, 40 pp. Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social, Rio de Janeiro, 1996.

Na última década o Departamento vivenciou um amplo período de reestruturação tanto no nível de graduação como da pós-graduação mediante:

a) a promoção da reforma curricular do Curso de Graduação em Serviço Social implementada em 2001, que atendia tanto às necessidades internas como às demandas da categoria profissional e da sociedade, e estava em consonância com as orientações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social – ABEPSS e com as Diretrizes Curriculares do MEC para o Curso de Serviço Social, de março de 2002;

b) a consolidação do Programa de Pós-Graduação em Política Social com a criação do curso de Doutorado, em 2002.

Nesse período de importantes mudanças, o Departamento de Serviço Social ampliou significativamente o número de estudantes ingressantes anualmente, dobrando o número de alunos ingressos na graduação e criando novas vagas para a pós-graduação. Além disso, o departamento fez e vem fazendo um grande investimento na capacitação do seu quadro docente para qualificar mais professores doutores, e ainda vem mantendo elevados padrões de qualidade nas avaliações institucionais, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Dessa forma, em 2009, este Departamento vivenciou o processo de avaliação e revisão curricular do Curso de Serviço Social em vigor (diurno), implementado em 2002, e de construção da proposta de Projeto Político Pedagógica do Curso de Serviço Social para o período noturno. Foi promovido um trabalho concentrado pelos professores do SER e representantes dos discentes, a partir da realização de duas oficinas de trabalho, a primeira em março e a segunda em agosto, além de várias reuniões do Colegiado de Curso do Serviço Social.

A realização da avaliação do currículo atual já era prevista após quase dez anos de sua vigência, em consonância com as orientações da ABEPSS, após realização de pesquisa nacional que apontou a necessidade de ajustes dos currículos em todo país. Porém, a adesão ao Projeto REUNI, com a criação do curso noturno a partir de 2010, acelerou esse processo.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Ministério da Educação – MEC a partir do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, define como um dos seus objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, e apresenta-se como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007. Este programa estabelece, dentre as suas metas gerais, congrega esforços para o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década.

Nesse marco, o Conselho Universitário da UnB (CONSUNI) aprovou, em sua 333ª reunião, realizada em 19 de outubro de 2007, o documento “A UnB rumo aos 50 anos: Autonomia,

Qualidade e Compromisso Social”, um documento que apresentava o interesse da UnB em ingressar no REUNI. Tal documento foi aprovado pelo MEC em 21 de dezembro de 2007. Todavia, no início de 2008 a UnB passa por todo um processo de denúncias de corrupção envolvendo a administração superior da universidade, o que culmina em abril de 2008 com o pedido de demissão do Reitor. Esses fatos marcam a trajetória do REUNI na UnB, sendo necessário uma repactuação da UnB no sentido de adesão ao programa.

Assim, como anteriormente indicado, o curso de Serviço Social noturno da Universidade de Brasília – UnB, insere-se em um contexto de expansão do ensino público superior federal a partir do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Contudo, cabe ressaltar, que essa adesão procedeu-se de forma crítica, avaliando todas as possíveis implicações de concordar com a ampliação de oferta de novas vagas para alunos de Serviço Social e para a Universidade como um todo. Assim, a adesão ao REUNI considerou uma antiga demanda de criação do curso noturno para atender trabalhadores/estudantes e reivindicou junto às instâncias superiores da UnB as condições adequadas para a ampliação do Departamento, preservando e melhorando a qualidade tanto do curso diurno como do noturno, em processo de criação. A contratação de mais docentes para o Departamento de Serviço Social – SER, a formação de um corpo docente qualificado e integrado, e ampliação do espaço físico do departamento, foram as principais condições requeridas.

Em 2009 foi nomeada uma Comissão de Revisão Curricular e Criação do curso noturno do Departamento com o objetivo de sistematizar e promover as alterações curriculares indicadas e elaborar o Projeto Político Pedagógico do Curso para o período noturno. O desafio da comissão tratou em sistematizar uma proposta pedagógica e curricular que mantivesse os padrões de qualidade no curso noturno sem caracterizar um distanciamento do curso diurno, garantindo suas particularidades.

Sendo assim, após proceder ajustes necessários ao Currículo do Curso Diurno em vigor, o documento de criação do Curso de Serviço Social Noturno, aqui apresentado, representa o esforço coletivo do Departamento de Serviço Social - SER, e representantes estudantis, para ampliar qualitativamente o acesso de estudantes oriundos dos mais diferentes segmentos da sociedade à universidade pública para a formação em Serviço Social.

Cabe, ainda, ressaltar o marco legal que sustenta o documento apresentado. O Projeto Político Pedagógico apoia-se nas legislações específicas referentes ao ensino superior e à categoria profissional dos assistentes sociais, quais sejam: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conforme artigos 12, 43 e 53; Lei de Regulamentação da Profissão dos Assistentes Sociais – Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993; Resolução CFESS N.º 273/93 de 13 de março de 1993, que Institui o Código de Ética Profissional

dos Assistentes Sociais; Resolução N° 15, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001; Resolução do CEPE N° 219/96, de 18 de dezembro de 1996, que define as modalidades de disciplina do currículo pleno de cada curso; e o Regimento Geral da UnB.

1.2. Justificativa

A criação do Curso de Graduação em Serviço Social no período Noturno na Universidade de Brasília representa uma importante contribuição na oferta de vagas de ensino superior públicas na área da graduação em Serviço Social, especialmente no período noturno. Esse é o primeiro Curso de Serviço Social criado por uma Instituição de Ensino Superior - IES Pública no turno da noite no Distrito Federal - DF.

O processo de expansão do ensino superior, e a ampliação de cursos e vagas no segmento em todo o Brasil nos últimos 20 anos, não trazem a marca do ensino público nesse crescimento. No DF, a UnB é a única IES pública, e tem uma larga tradição de cursos de graduação no período diurno, o que dificulta o acesso à Universidade Pública de parcelas importantes da população do DF, especialmente os segmentos trabalhadores da região. Até 2009 a UnB contava com 83 cursos distribuídos nos 04 *campi* (Darcy Ribeiro, Ceilândia, Planaltina e Gama), e destes apenas 24 cursos⁵ eram oferecidos no turno noturno, ou seja, somente cerca de 29% dos cursos da UnB são oferecidos à noite e, em sua maioria, o número de vagas é menor que seus congêneres diurnos.

A partir desse contexto, o Departamento de Serviço Social – SER identifica na criação de um novo curso de Serviço Social uma possibilidade real de expansão de vagas públicas do ensino superior para setores da população que não conseguem ter acesso à Universidade pública no período que não seja no noturno. E mais, responde a uma clara expansão de demanda por assistentes sociais no campo profissional.

A criação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS em 2003, que institui e regulamenta o Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2003), e a ampliação de programas de transferência de renda como o Bolsa Família, marca, em âmbito nacional, um processo de crescimento da demanda por assistentes sociais para formular, executar e avaliar o conjunto dos programas e serviços sócio-assistenciais que compõem a proteção social no campo da Assistência Social. Cresce, assim, a necessidade por profissionais de Serviço Social no enfrentamento das manifestações da Questão Social e em renovadas estratégias de combate à pobreza no Brasil e no DF. Há ainda outro aspecto que compõe o contexto regional. O Distrito Federal do Brasil tem uma particularidade marcante: concentra um número expressivo de Instituições e Órgãos da administração e execução pública federal. Setores estes que vêm expandindo seu quadro de

⁵ Fonte: Secretaria de Planejamento – SPL/UnB. *UnB em Números*. Brasília, UnB, 2009.

servidores públicos notadamente no campo de trabalho com as políticas públicas. O que resulta também em crescimento da demanda por profissionais assistentes sociais.

Dessa forma, a oferta do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade de Brasília justifica-se pelo seu comprometimento com o ensino, a pesquisa e a extensão de qualidade, que priorize suas características públicas e inclusivas. E investe na formação profissional de assistentes sociais atentos com as necessidades de prestação de serviços e políticas sociais no combate às expressões da Questão Social fruto da dinâmica da sociedade capitalista.

1.3. Objetivos

Oferecer, preferencialmente, a estudantes que desenvolvem atividades de trabalho remunerado no período diurno uma formação profissional inicial generalista, em curso de graduação, na modalidade de bacharelado em Serviço Social, com sólido embasamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que possibilite ao futuro assistente social a apreensão do significado social da profissão, a compreensão dos desafios impostos pela realidade social e a capacidade de materializar as possibilidades de ação nela contidas.

Objetiva, ainda, formar profissionais ativos, críticos, autônomos, criativos e capazes de realizar, coerente e firmemente, os fundamentos da profissão voltados para a concretização, permanente e ampliada, da democracia e da cidadania no país.

2. PERFIL DO EGRESSO

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Serviço Social, emanadas pelo Conselho Nacional de Educação, estabelecem princípios claros que regulam e dão sustentação ao processo de formação do assistente social. A Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, que regulamenta a profissão, nos seus Arts 4º e 5º dispõe sobre as competências e atribuições privativas do assistente social. Em consonância com as recomendações do CNE e com a Lei nº 8.662 e, apoiado, ainda, na proposta apresentada no documento sobre as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social, o perfil do profissional que o curso tem o propósito de formar refere-se a um profissional:

- capaz de atuar nas expressões da questão social de modo a formular e implementar propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais;
- crítico, de formação intelectual e cultural generalista, competente em sua atuação, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e de mercado;

- comprometido com a observância do Código de Ética do Assistente Social.

A formação profissional aqui proposta, requisito básico para o exercício profissional, implica uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa capaz de permitir ao assistente social:

- apreender criticamente o processo histórico como totalidade;
- compreender as particularidades da constituição e do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira e do Serviço Social no país;
- reconhecer o significado social da profissão e desvelar as possibilidades de ação contidas na realidade;
- - identificar as demandas - consolidadas e emergentes – dirigidas ao Serviço Social e formular respostas profissionais capazes de enfrentar a questão social, considerando as articulações entre público e privado.

O perfil traçado acima se expressa na capacidade do assistente social:

- elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- - encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- planejar, organizar e administrar serviços sociais e de Unidade de Serviço Social;
- realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Este perfil do assistente social permite que ele responda às atribuições que lhe são

privativas, segundo a legislação que regulamenta a profissão:

- coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- assessorar e dar consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
- assumir, no magistério de Serviço Social tanto na graduação quanto na pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- treinar, avaliar e dar supervisão direta a estagiários de Serviço Social;
- dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
- elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
- coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
- fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
- dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
- ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURSO

O projeto político-profissional do Serviço Social sustenta-se num entendimento do trabalho profissional localizado no quadro de relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Esta compreensão demarca, por sua vez, que o trabalho do profissional de Serviço Social está processualmente articulado as transformações contemporâneas das relações de produção e reprodução social, que explicitam novas formas de enfrentamento da “questão social” especialmente no que se refere a alterações das relações entre o público e o privado, da precarização

das condições e relações de trabalho, da regressão dos direitos sociais e trabalhistas. Estas transformações ao mesmo tempo em que afetam o conjunto da vida social, colocam para as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimentos e de implementação, a premente necessidade de se estabelecer estratégias sócio-profissionais minimamente adequadas para responder às problemáticas emergentes (Netto, 1996, p.88-89).

Esse pressuposto geral - que define e qualifica a profissão de Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho como determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais - implica para o universo da formação profissional o delineamento de um eixo norteador claro: a permanente construção de conteúdos teóricos, éticos, políticos e culturais que possibilitem uma intervenção profissional nos processos sociais que seja crítica e de elevado padrão de qualidade.

Nestes termos, a direção social da profissão se desdobra num Projeto Político Pedagógico e numa lógica curricular que compreende que a formação oferecida pelo curso de Serviço Social deve atender aos interesses dos sujeitos envolvidos no processo de formação (professores e alunos), mas também está sintonizada com os interesses daqueles para os quais se destina o trabalho do profissional de Serviço Social. Este entendimento significa claramente que a preparação dos profissionais não está estritamente direcionada para atender o mercado de trabalho ainda que do ponto de vista do projeto político pedagógico esta seja uma variável significativa.

Dessa forma, observando as orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, e das Diretrizes Curriculares (Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001) recomendadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, a organização curricular do Curso de Serviço Social do Departamento de Serviço Social da UNB pauta-se pelos seguintes princípios:

- Flexibilidade na estruturação da lógica curricular, na sua organização e na inserção de componentes curriculares que favorecem a dinamicidade do currículo: disciplinas, oficinas, seminários temáticos e atividades complementares;
- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, sustentado na teoria social crítica, e, no pluralismo para a abordagem das matrizes do pensamento social que possibilitam a compreensão da vida social;
- Indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, realizando a integração entre a universidade e a sociedade, articulando a reflexão teórica com o exercício prático garantindo um caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto político pedagógico da formação profissional;
- Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional;

- Reconhecimento da dimensão investigativa e da reflexão crítica como condição central para a formação ativa do aluno e para o desenvolvimento de suas habilidades operativas profissionais;
- Desenvolvimento, desempenho e qualidade idênticos para o curso diurno e noturno;
- Desenvolvimento permanente da atitude ética como elemento transversal ao processo formativo;
- Articulação e atualização permanente do conteúdo programático com a realidade, com a produção do conhecimento e com as legislações em vigor na área profissional.

4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Os princípios acima observados expressam uma concepção de ensino-aprendizagem e estabelecem os parâmetros para a inserção profissional nos espaços sócio-ocupacionais. Eles implicam, pois, num perfil profissional que busca alcançar, através da capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, o desenvolvimento de competências e habilidades que viabilizem ao profissional de serviço social atuar nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da liberdade, e a inserção dos usuários do Serviço Social nos serviços, políticas e espaços sócio-institucionais de modo a contribuir para a democratização do acesso ao conjunto das relações sociais e do mercado de trabalho.

Nestes termos, o perfil do profissional de Serviço Social que se busca garantir tem como norte geral:

- Uma apreensão crítica, pelo profissional de serviço social, do processo histórico como totalidade;
- Apreensão das particularidades de constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço social no país, o que pressupõe uma investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que configuram a sociedade brasileira;
- Compreensão dos componentes teóricos como fundamentos para apreensão da realidade social e para a constituição de mediações que possibilitem desvendar as possibilidades existentes no âmbito do trabalho do assistente social;
- Compreensão do serviço social como um trabalho profissional cujo caráter técnico-operativo não se restringe a aplicação de teoria, pois remete a apreensão da dinâmica social por meio da investigação e que possibilita respostas as situações singulares com as quais se defronta o profissional.

Incorporando essas diretrizes gerais o Curso de Serviço Social da UNB articula a formação

profissional para o desenvolvimento de capacidades e habilidades que possibilitem ao assistente social;

- elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- contribuir para a democratização e participação dos usuários nas decisões institucionais;
- planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- Desenvolver ações, projetos e programas no âmbito de equipes inter e/ou multidisciplinares, resguardando a especificidade da atuação profissional conforme o estabelecido na Lei 8.662/93 que Regulamenta a Profissão;
- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de serviço social;
- coordenar cursos e unidades de formação acadêmica de ensino em Serviço social, bem como exercer o magistério de Serviço social;
- supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social;
- realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social conforme o estabelecido na Lei 8.662/93 que Regulamenta a Profissão;

Para a efetivação de uma formação que garanta o perfil profissional anteriormente observado, assegurando elevados padrões de qualidade, permitindo um processo de ensino e aprendizagem que permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade a moldura e configuração do curso de Serviço Social da UNB, segue a lógica das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social no Brasil.

Os conteúdos necessários para a compreensão do trabalho do assistente social estão articulados em três núcleos de fundamentação, que são eixos articuladores do processo de formação profissional. Destes núcleos desdobram-se as áreas de conhecimentos que por sua vez são traduzidas pedagogicamente no conjunto de componentes curriculares.

O princípio da flexibilidade anteriormente destacado comparece na diversificação que o curso de Serviço Social da UNB apresenta em termos dos componentes curriculares. Nosso currículo contempla disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas que diversificam a formação do

aluno através da abordagem de tópicos especiais; práticas de pesquisa voltadas ao desenvolvimento da atitude investigativa e do desenvolvimento de pesquisas, articulando na formação os Grupos e Núcleos de Pesquisa do Departamento de Serviço Social, bem como as atividades e projetos de extensão.

A carga horária mínima estabelecida pela Resolução CNE/CES 2/2007 para o curso de Serviço Social é de 3.000 horas. No curso de Serviço Social da UNB, esta carga horária está distribuída em 2.100 horas referentes a 140 créditos de disciplinas obrigatórias o que significa 70% do curso e 900 horas que se referem a 60 créditos em disciplinas optativas o que corresponde a um percentual de 30% do curso. Esta configuração geral explicita a lógica da organização curricular.

Destacamos agora como os núcleos articuladores da formação se desdobram nos componentes curriculares do Curso de Serviço Social da UNB garantindo os princípios, diretrizes e competências já referenciados anteriormente.

O Núcleo de Fundamentos teórico-metodológicos da vida social: articula os conhecimentos que possibilitam o tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social. O ser social é situado historicamente no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa em suas especificidades quanto a divisão social do trabalho, à propriedade privada, a divisão de classes, as relações de exploração e dominação, os processos de alienação; e, o trabalho é assumido como o eixo central do processo de reprodução da vida social, o que implica o desenvolvimento da sociabilidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores e efetivar escolhas. Este núcleo é o responsável por explicitar o processo de conhecimento do ser social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas.

Na organização curricular as disciplinas que expressam as áreas de conhecimento necessárias para garantir o conteúdo deste núcleo são:

Obrigatórias:

- Introdução a Sociologia: deve fornecer os elementos para o entendimento da emergência da sociedade burguesa e a constituição do ser social, bem como configurar a sociologia como campo científico.
- Economia Política e Capitalismo: contextualiza o desenvolvimento capitalista e as leis do movimento do capital que regulam o processo econômico de produção e reprodução das relações sociais no marco dessa especificidade sócio-histórica.
- Teoria Sociológica I: possibilita o conhecimento da sociedade, trabalho, método e história a partir das matrizes teóricas de Durkheim, Weber e Marx e as questões contemporâneas postas ao pensamento sociológico.
- Política Social: deve fornecer as condições para a compreensão das condições sociais

de emergência e desenvolvimento das políticas sociais no capitalismo e suas teorias explicativas, como também o papel dos sujeitos políticos na formulação, gestão e controle social das políticas sociais públicas e privadas.

- Introdução a filosofia: deve possibilitar a reflexão filosófica como possibilidade de apreensão da totalidade social, estabelecendo conexões entre ciência, verdade e método e as relações entre a filosofia e a política.
- Introdução a Psicologia: deve fundamentar as principais matrizes teóricas do debate contemporâneo das relações entre indivíduo-sociedade, explicitando as questões relativas ao desenvolvimento da personalidade e dos grupos sociais.
- Introdução a Antropologia: deve fornecer uma relação dialética entre o material e o simbólico na construção de identidades sociais e da subjetividade.
- Questão social e Serviço Social: articula conteúdos dos três núcleos de fundamentação da formação, mas aqui se enfatiza os elementos que propiciam a análise da questão social e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo.
- Trabalho e sociabilidade: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional, mas aqui se destaca a centralidade do trabalho para a constituição do ser social.
-

O Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira: articula os conhecimentos que explicitam a constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua particularidade heteronômica, recortada pela questão urbano-industrial, diversidades regionais e locais relacionada a questão agrária e agrícola. Direciona-se para os determinantes que permitem o desenvolvimento e consolidação de determinados padrões da acumulação capitalista no país e suas formas próprias e peculiares de desigualdade social, diferenciação de classes, opressões de gênero, etnia, orientação sexual. Neste Núcleo se interligam os padrões de produção capitalista e a gestão e organização da força de trabalho, a constituição do estado brasileiro e seus vínculos com as classes e setores sociais em confronto, o significado do Serviço social no seu caráter contraditório, e os diferentes projetos político presentes na sociedade brasileira.

Na organização curricular as disciplinas que expressam as áreas de conhecimento necessárias para garantir o conteúdo deste núcleo são:

- Introdução ao Serviço Social: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional mas aqui destaca-se a primeira aproximação com a realidade profissional entendida a partir das condições sócio-históricas de sua institucionalização no Brasil.

- Questão social e Serviço Social: articula conteúdos dos três núcleos de fundamentação da formação, mas aqui se enfatiza os elementos que propiciam a análise da questão social e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.
- Movimentos sociais: deve possibilitar a análise da formação e constituição de movimentos sociais, no marco das particularidades brasileira estabelecendo uma relação entre classe, estado, e movimentos sociais.
- Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social I: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional, mas aqui destacamos o debate profissional atravessado pelo contexto do surgimento da questão social no país e seu enfrentamento pelas classes sociais em suas relações com o Estado nos anos 30-50.
- Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social II: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional, mas aqui destacamos o debate profissional atravessado pelo contexto da questão social no país e seu enfrentamento pelas classes sociais em suas relações com o Estado nos anos 60-80.
- Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social III: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional, mas aqui destacamos o debate profissional atravessado pelo contexto da questão social no país e seu enfrentamento pelas classes sociais em suas relações com o Estado a partir dos anos 90.
- Optativas:
 - Questão urbana e Política habitacional: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional mas aqui enfatizamos o debate conceitual sobre o urbano e sua relação com a concentração da propriedade.
 - Política Social – Educação: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional mas destaca-se aqui as relações entre Estado, sociedade e educação em diferentes perspectivas no Brasil.
 - Política Social - Trabalho: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional mas aqui possibilita relacionar o direito ao trabalho e a cidadania e o mercado de trabalho no Brasil.
 - Gênero, Raça/etnia e Política Social: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional mas aqui destaca-se as contribuições conceituais e a problematização da institucionalidade dessas questões no Brasil.
 - Envelhecimento e Política Social: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional mas aqui observamos p debate mais amplo sobre o envelhecimento populacional e a questão da violência e legislações no Brasil.

O Núcleo de fundamentos do trabalho profissional: articula os conhecimentos que explicitam a profissionalização do serviço social como uma especialização do trabalho articulando o fazer profissional aos elementos fundamentais da divisão social e técnica do trabalho e sua inserção em processos de trabalho. A ação profissional assim compreendida, exige considerar as condições de relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo (ABESS, 1996, p. 66). Localiza também o caráter interventivo do assistente social, mas supõe uma capacitação crítico-analítica que possibilite a construção de seus objetos de ação, localizados nas particularidades sócio-institucionais, para a elaboração criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional. Articulada a esta questão a dimensão técnico-operativa não se constitui apenas a construção operacional do fazer, mas implica uma dimensão intelectual e ontológica do trabalho do assistente social capaz de formular estratégias e técnicas teórico e criticamente referenciadas.

Na organização curricular as disciplinas que expressam as áreas de conhecimento necessárias para garantir o conteúdo deste núcleo são:

- **Introdução ao Serviço Social:** articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, mas aqui se destaca a primeira aproximação com a realidade profissional devendo propiciar uma visão ampla sobre o trabalho do assistente social.
- **Questão social e Serviço Social:** articula conteúdos dos três núcleos de fundamentação da formação, mas aqui se enfatiza os elementos que propiciam a análise da questão social como objeto de intervenção do trabalho profissional.
- **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social I:** articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, mas aqui destacamos o debate profissional atravessado pelo contexto do surgimento da questão social no país e seu enfrentamento pelas classes sociais em suas relações com o Estado nos anos 30-50.
- **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social II:** articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, mas aqui destacamos o debate profissional atravessado pelo contexto da questão social no país e seu enfrentamento pelas classes sociais em suas relações com o Estado nos

anos 60-80.

- Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social III: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, mas aqui destacamos o debate profissional atravessado pelo contexto da questão social no país e seu enfrentamento pelas classes sociais em suas relações com o Estado a partir dos anos 90.
- Trabalho e Sociabilidade: articula conteúdos presentes no Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social e aqui fundamenta o entendimento da centralidade do trabalho para o Serviço Social.
- Processos de Trabalho e Serviço Social I: o exercício profissional como especialização do trabalho coletivo na sociedade capitalista e as expressões e formas de organização no âmbito institucional e a construção e uso de instrumentos técnico-operativos.
- Processos de Trabalho e Serviço Social II: localização do trabalho profissional junto as esferas do Estado, empresas, ONG's, com os movimentos sociais.
- Seguridade Social I: fornece elementos para o entendimento da Previdência Social, especialmente na especificidade brasileira até a atualidade, localizando-a como um espaço de trabalho e produção de conhecimento do Serviço Social.
- Seguridade Social II: possibilita o entendimento e concepções sobre a Saúde, localizando a especificidade da política de saúde no Brasil como um espaço de trabalho e produção de conhecimento do Serviço Social.
- Seguridade Social III: fornece compreensão da origem e desenvolvimento da Assistência Social nas sociedades capitalistas e no Brasil, discute suas questões atuais e localiza-a como um espaço de trabalho e produção de conhecimento do Serviço Social
- Pesquisa social I: articula o caráter investigativo destacando a importância da pesquisa e seus métodos de abordagem.
- Pesquisa social II: articula o caráter investigativo destacando a importância da pesquisa exercitando a elaboração de instrumento de pesquisa.
- Métodos e Técnicas em Pesquisa Social: articula o caráter investigativo destacando a importância da pesquisa exercitando diferentes técnicas de levantamento e análise de dados qualitativos.
- Estágio em Serviço Social I: desenvolvimento teórico-prático em estabelecimentos públicos e privados com ênfase na problematização teórico-metodológica com sistematização de possibilidades de atuação profissional.
- Estágio em Serviço Social II: desenvolvimento teórico-prático em estabelecimentos

públicos e privados com ênfase na implementação de plano de intervenção do estagiário.

- Fundamentos Éticos e Ética profissional: articula a dimensão ético-política da formação oferecendo elementos para a análise dos dilemas ético-morais contemporâneos e como eles se apresentam no exercício profissional.
- Planejamento, Administração e Gestão Social: oferece elementos para a compreensão do processo de gestão nas diferentes esferas da intervenção profissional, do planejamento e avaliação de projetos e programas sociais.
- Optativas:
 - Questão urbana e Política habitacional: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira mas aqui enfatizamos a inserção profissional e a contribuição do Serviço social na produção teórico-prático acerca da questão urbana e da política habitacional.
 - Política Social – Educação: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira mas destaca-se aqui mas aqui enfatizamos a inserção profissional e a contribuição do Serviço social na produção teórico-prático acerca da questão.
 - Política Social - Trabalho: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira mas aqui possibilita relacionar com o trabalho profissional na medida em que fornece elementos para a compreensão do direito ao trabalho e do mercado de trabalho no Brasil como interface da ação profissional.
 - Gênero, Raça/etnia e Política Social: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira mas aqui destaca-se as contribuições para a análise do travejamento destas questões na prática profissional e nos compromissos éticos-políticos da profissão.
 - Envelhecimento e Política Social: articula conteúdos também no Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira mas destaca-se aqui mas aqui enfatizamos a inserção profissional e a contribuição do Serviço social na produção teórico-prático acerca da questão.
 - Infância, adolescência e cidadania: possibilita componentes analíticos e práticos para o enfrentamento das refrações da “questão social” sobre a infância e adolescência no Brasil, em interface com o trabalho profissional em vários espaços sócio-ocupacionais.
 - Análise de Políticas Sociais: fornece aprofundamento analítico-prático sobre as políticas e/ou programas sociais que são importantes espaços de atuação profissional.
 - Prática de Pesquisa Social I: propicia a inserção em projetos de pesquisa, em núcleos e grupos de estudos e pesquisa consolidando a atitude investigativa. Enfatiza a análise

bibliográfica.

- Prática de Pesquisa Social II: propicia a inserção em projetos de pesquisa, em núcleos e grupos de estudos e pesquisa consolidando a atitude investigativa. Enfatiza a construção de instrumentais.
- Prática de Pesquisa Social III: propicia a inserção em projetos de pesquisa, em núcleos e grupos de estudos e pesquisa consolidando a atitude investigativa. Enfatiza a coleta e sistematização dos dados.
- Prática de Pesquisa Social IV: propicia a inserção em projetos de pesquisa, em núcleos e grupos de estudos e pesquisa consolidando a atitude investigativa. Enfatiza a análise elaboração de relatórios e artigos científicos.
- Práticas de Informática em Serviço Social: utilização laboratorial da informação e comunicação especialmente as aplicadas a profissão em consonância com o desenvolvimento de habilidades profissionais relacionadas a demandas emergentes.
- Tópicos Especiais em Pesquisa social: garante a atualização programática dado o aprofundamento em áreas de pesquisa em Serviço Social.
- Tópicos Especiais em Serviço Social: garante a atualização programática dado o aprofundamento em temas emergentes e específicos ao Serviço Social.
- Tópicos Especiais em Política Social: garante a atualização programática dado o aprofundamento de temas emergentes em políticas sociais.
- Relações Sociais, família e Serviço Social: fornece elementos teórico e práticos para o debate e trabalho do serviço social com famílias.
- Novas técnicas em Pesquisa social: garante a atualização programática dado o aprofundamento de novas técnicas e métodos para coleta de dados.

Integra ainda este conjunto, de modo a garantir o caráter técnico-operativo, como atividades integradoras do currículo, as duas disciplinas de Estágio Supervisionado (já abordadas no seu entendimento como disciplina) mas que envolve também uma carga horária prática de 420 horas, que se refere a presença do aluno nas instituições onde realiza o estágio prático, mediante orientação de um assistente social, supervisor de campo e, um carga horária teórica 60 horas, mediante acompanhamento docente, supervisor acadêmico; como também a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, exigência para a obtenção do grau de bacharel, realizado sob orientação de um professor e avaliado por banca examinadora composta por três docentes.

4.1. Estrutura do fluxo curricular

1º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importancia
01	136581	Introdução ao Serviço Social	04	OBR	-	60	OBR
02	138738	Questão Social e Serviço Social	04	OBR	-	60	OBR
03	Criação	Economia Política e Capitalismo	04	OBR	-	60	OBR
04	134465	Introdução a Sociologia	04	OBR	-	60	OBR
05	132012	Introdução a Economia	04	OPT	-	60	OPT

2º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importancia
06	135011	Introdução a Antropologia	04	OBR	-	60	OBR
07	138649	FHTM 1	04	OBR	136581	60	OBR
08	136484	Política Social	04	OBR	-	60	OBR
09	134473	Teoria Sociologia 1	06	OBR	134465	90	OBR
10	124010	Introdução à Psicologia	04	OBR	-	60	OBR

3º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importancia
11	136638	Movimentos Sociais	04	OBR	-	60	OBR
12	138665	FHTM 2	04	OBR	138649	60	OBR
13	138762	Trabalho e Sociabilidade	04	OBR	136484	60	OBR
14	137553	Introdução a Filosofia	04	OBR	-	60	OBR
15	185035	Introdução a Ciência Política	04	OPT	-	60	OPT

4º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importancia
16	136719	Pesquisa Social 1	04	OBR	136581	60	OBR
17	138894	Seguridade Social 1 – Previdência Social	04	OBR	136484	60	OBR
18	138673	FHTM 3	04	OBR	138665	60	OBR
19	136646	Fundamentos Éticos e Ética Profissional	04	OBR	138665 e 136581	60	OBR
20	136832	Política Social - Trabalho	04	OPT	136484	60	OBS

5º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importancia
21	136999	Pesquisa Social 2	04	OBR	136719	60	OBR
22	136841	Seguridade Social 2 – Saúde	04	OBR	136484	60	OBR
23	138754	Processo de Trabalho e Serviço Social 1	04	OBR	138673	60	OBR
24	Criação	Métodos e Técnicas Quantitativos e Qualitativos em Pesquisa Social	04	OBR	-	60	OBR
25	136816	Infância, adolescência e Cidadania	04	OPT	136484	60	OPT

6º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importancia
26	138711	Estágio em Serviço Social 1	16	OBR	138673 e 136646	240	OBR
27	Criação	Seguridade Social 3 – Assistência Social	04	OBR	136484	60	OBR
28	138819	Processo de Trabalho e Serviço Social 2	04	OBR	138754	60	OBR
29	199851	Direitos Humanos e Cidadania	04	OPT	-	60	OPT

7º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importancia
30	138720	Estágio em Serviço Social 2	16	OBR	138711	240	OBR
31	136727	Planejamento, Administração e Gestão	04	OBR	136484	60	OBR

Social							
32	136620	Análise de Políticas Sociais	04	OPT	136484	60	OPT
33	136824	Política Social - Educação	04	OPT	136484	60	OBS
8º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importancia
34	136891	PTCC	04	OBR	136999 e 136981	60	OBR
35	criação	Relações Sociais, Família e Serviço Social	04	OPT	-	60	OPT
36	136794	Questão Urbana e Política Habitacional	04	OPT	136484	60	OPT
37	138541	Tópicos Especiais em Política Social	04	OPT	136484	60	OPT
38	criação	Oficina de Supervisão de Estágio em Serviço Social 1	0 4	OPT	138720	60	OPT

9º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importancia
39	136654	TCC	06	OBR	136891	90	OBR
40	Criação	Envelhecimento e Políticas Sociais	04	OPT	-		OPT
41	136166	Gênero, Raça/Etnia e Política Social	04	OPT	-	60	OPT
42	138924	Práticas de Informática em Serviço Social	04	OPT	136581	60	OPT
43	Criação	Oficina de Supervisão de Estágio em Serviço Social 2	0 4	OPT	Oficina de Supervisão de Estágio 1 (criação)	60	OPT

10º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importancia
44	136786	Tópicos Especiais em Serviço Social	04	OPT	136581	60	OPT
45	136778	Tópicos Especiais em Pesquisa Social	04	OPT	136581	60	OPT

4.2 Estágio Obrigatório e Não Obrigatório em Serviço Social

A questão da formação profissional em Serviço Social tem sido objeto de intensos debates, sobretudo no que tange à indissociabilidade entre ensino teórico x ensino da prática profissional. No sentido de superar as dicotomias existentes e articular os conteúdos constitutivos da formação profissional do Assistente Social, é que 64 Unidades de Formação em Serviço Social no Brasil, existentes à época, filiadas à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, aprovaram em sua Assembleia Geral Extraordinária de 08 de Novembro de 1996, a proposta de Currículo Mínimo, hoje Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Serviço Social. Tal documento caracteriza-se como um marco na redefinição da formação profissional em Serviço Social, articulando os conteúdos teóricos e práticos, e também definindo a pesquisa e a extensão como atividades constitutivas da formação e como componentes curriculares.

A conformação das Diretrizes Curriculares possui uma nova lógica curricular que articula os conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional. O núcleo de fundamentos do trabalho profissional, no qual se insere o estágio, é fundamental por compreender “... todos os elementos constitutivos do Serviço Social, como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o

exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em serviço social...” (Doc. MEC, 1999).

Assim, essa lógica possui caráter inovador por se propor à superação de “... fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional” (Doc. MEC, 1999).

- Das disposições legais do Estágio em Serviço Social:

O Estágio é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno/a no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática, realizada pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de formação e organizações que oferecem estágio.

A normatização do Estágio no curso de Serviço Social obedece a alguns dispositivos legais, a saber:

- Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que Dispõe sobre estágio de estudantes;
- Lei Federal 8.662, de 07 de junho de 1993, que Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências;
- Resolução CNE/CES nº 492, de 03 de abril de 2001, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.
- Resolução do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008, que Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social;
- Resolução do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS n.º 273, de 13 março de 1993, que institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências;
- Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, de novembro de 2009;
- Diretrizes para Estágio em Serviço Social, documento elaborado pelo Fórum de Supervisores deste departamento, que dispõe sobre o estágio no curso de Serviço Social da UnB desde 2000.

- Da lógica curricular do Estágio em Serviço Social

Na formação acadêmica do curso de Serviço Social, a aprendizagem do exercício

profissional não se restringe ao momento de estágio, o que implica na articulação do estágio, como elemento constitutivo permanente da formação, com as demais disciplinas do curso, com a pesquisa, com a extensão e o trabalho de conclusão de curso. É necessário, ainda, que o curso crie espaços que possibilitem a troca de experiências de estágio, a atualização e aperfeiçoamento dos supervisores e seu envolvimento e participação nos debates acadêmicos.

Dessa forma, o estágio é uma atividade obrigatória que tem como objetivo inserir o estudante no trabalho profissional, com fins de capacitação e com imprescindível supervisão regular feita pelo professor supervisor e por profissional supervisor de campo, tendo como referência os planos de estágio elaborados em parceria pelos supervisores de campo e acadêmico.

- Das disciplinas obrigatórias de Estágio em Serviço Social

O Estágio obrigatório do curso de Serviço Social da UnB deve ser desenvolvido ao longo da estrutura curricular e a partir do desdobramento das disciplinas e de seus competentes curriculares. A carga horária do estágio obrigatório corresponde a 16% da carga horária total do curso, ou seja, 480 horas, divididas em duas disciplinas obrigatórias de 16 créditos cada uma. São elas: Estágio em Serviço Social 1 e 2.

- Das disciplinas optativas de Estágio em Serviço Social

Além das históricas dificuldades para se manter a qualidade do estágio obrigatório e assegurar condições de supervisão de estagiários, um novo desafio está posto para a nossa realidade, e diz respeito à necessidade de supervisão dos estágios não obrigatórios.

Por força de lei, todos os estágios obrigatórios ou não obrigatórios devem ser supervisionados pelas Instituições de Ensino. E ainda, conforme o que dispõe a Resolução do CFESS nº. 533 de 29/09/09, é de responsabilidade das Unidades de Formação a abertura de campos de estágios obrigatórios e não-obrigatórios indistintamente, verificando as condições adequadas de realização de estágio, planos de estágio, supervisão direta, etc.

No âmbito da Oficina de Revisão Curricular do curso de Serviço Social diurno e criação do curso noturno, este Departamento resolveu introduzir ao Projeto Político Pedagógico do Curso Diurno e Noturno, o estágio não-obrigatório. Em subsequente análise das modalidades de componente curricular, decidiu-se por introduzir a supervisão acadêmica de estágio não obrigatório por meio da criação de duas disciplinas optativas, a saber, Oficina de Supervisão de Estágio em Serviço Social 1 e 2, com carga horária total de 120 horas, tendo como objetivo assegurar a carga horária docente, a supervisão acadêmica efetiva e o comprometimento do estudante-estagiário com

o processo de supervisão. Todavia, o estágio não obrigatório só será autorizado para os estudantes que já tiverem cursado as disciplinas obrigatórias de Estágio em Serviço Social 1 e 2, em função de ser a disciplina Estágio em Serviço Social 2 o pré-requisito para a disciplina Oficina de Supervisão de Estágio em Serviço Social 1. Assim, podemos atender as emergentes demandas do estágio não-obrigatório com a mesma qualidade buscada para o estágio obrigatório.

Dessa forma, o estágio não-obrigatório do curso de Serviço Social da UnB deve ser desenvolvido nos semestres finais do curso, a partir do desdobramento das disciplinas e de seus competentes curriculares.

4.3. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e o Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (PTCC) são disciplinas que fazem parte do conjunto de atividades regidas pelas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação, aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Desta forma, constitui uma exigência Curricular legal e regimentar para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Compreendido como um momento de síntese do conhecimento adquirido durante o curso, o TCC deve ser realizado com base em processo investigativo a partir de uma questão teórica, devendo ser elaborado obedecendo as exigências metodológicas e científicas exigidas pela curso.

Como subsídios aos estudantes na fase de elaboração do PTCC e TCC, o Departamento de Serviço Social elaborou Regulamento fornecendo diretrizes gerais tais como definição de competências dos coordenadores de curso, dos estudantes e dos orientadores, bem como normatização sobre conteúdo e forma de apresentação do PTCC e TCC. O Regulamento está disponível na página do Departamento bem como na Secretaria (Anexo).

4.4 Atividades Complementares

Em conformidade com as Diretrizes Curriculares do Serviço Social e a Resolução N° 87/2006 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, as Atividades Complementares de Graduação integram a política permanente de estímulo ao desenvolvimento político, cultural e científico dos alunos. São atividades teórico-práticas que proporcionam o enriquecimento extra-curricular, relacionam-se ao ensino, pesquisa e extensão e contemplam aspectos relevantes da formação do aluno. Normatização completa em anexo.

Para efeito de reconhecimento das atividades complementares e integralização no currículo, o/a discente deverá encaminhar à Coordenação de Curso, os certificados que comprovem sua participação, juntamente com uma exposição de motivos. A documentação acima referida comporá um processo, a ser analisado por Comissão instituída para este fim pelo Colegiado Departamental e

composta por três docentes em efetivo exercício, no SER.

São consideradas atividades complementares:

I – Aquelas configuradas como atividades científicas:

- a) Apresentação de trabalhos científicos em eventos de comprovada relevância na área de serviço social ou áreas afins para os quais será computado 1,0 (um) crédito;
- b) Publicação de artigos e trabalhos científicos em periódicos e ou anais de congresso e eventos similares, de comprovada relevância na área de serviço social ou áreas afins; para os quais será computado 1,0 (um) crédito;
- c) Publicação de resenhas e resumos científicos em periódicos e ou anais de congresso e eventos similares, de comprovada relevância na área de serviço social ou áreas afins; para os quais será computado 0,5 (meio) crédito;

II - Minicursos, Oficinas (com carga horária igual ou superior a 08 horas) e cursos de média ou longa duração de natureza presencial, na área de serviço social e áreas afins;

III - Participação em seminários, encontros, conferências, simpósio e congressos nacionais e internacionais na área de serviço social e áreas afins de natureza presencial, com carga horária igual ou superior a 15 horas;

§1º - São consideradas áreas afins ao Serviço Social as áreas das Ciências Humanas e ciências sociais aplicadas;

§ 2º - Para fins de consideração e análise serão desconsiderados os certificados sem discriminação de carga horária e/ou ausência do nome do (a) discente solicitante.

§ 3º – A monitoria, as atividades de extensão, as atividades de pesquisa que são, segundo legislação em vigor, computadas no currículo, via atribuição de crédito na categoria Módulo Livre, disciplina optativa, crédito de extensão não poderão ser, concomitantemente, consideradas como Atividade Complementar.

§ 4º – As atividades desenvolvidas no âmbito do estágio curricular obrigatório e não obrigatório, tais como, capacitações, treinamentos, entre outras que estejam diretamente relacionadas ao desenvolvimento do estágio, não serão contabilizadas como atividades complementares.

§ 5º - Os créditos de Atividades Complementares serão lançados no histórico com os dizeres “Atividade Complementar”, seguido do nome da atividade no qual o estudante participou.

De acordo com a Resolução N° 87/2006 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão a monitoria, as atividades de extensão, as atividades de pesquisa e/ou complementares, que são computadas no currículo, via atribuição de crédito na categoria Módulo Livre, Atividade Complementar, Atividade de Extensão ou disciplina optativa não poderão ser, concomitantemente, referendadas como Atividade Complementar.

Os créditos de Atividades Complementares serão lançados no histórico com os dizeres

“Atividade Complementar”, seguido do nome da atividade no qual o estudante participou.

O número de horas integralizadas ao currículo na modalidade Atividades Complementares é de, no máximo, 90 horas (noventa) horas, correspondendo a 3% da carga horária total do currículo pleno, o que é equivalente a 06 créditos.

4.5 Atividades de Extensão

Em conformidade com a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº87/2006 que cria a concessão de créditos de extensão aos estudantes da graduação e, em conformidade com as Diretrizes Curriculares de Serviço Social, o Departamento de Serviço Social, em Reunião Ordinária de colegiado, realizada no dia 02 de abril de 2008, estabelece as regras para integralização de créditos de atividades de extensão (Anexo).

Para efeito de concessão de créditos, são consideradas como atividades de extensão as atividades de extensão que ocorrem regularmente como parte integrante de disciplinas e os projetos de extensão de ação contínua realizados por estudantes por um período ininterrupto de, no mínimo, 15 semanas. Os créditos de Extensão devem ser lançados no histórico com a identificação “Créditos de Extensão”, seguido do nome do projeto no qual o estudante participou.

5. ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

A organização curricular, os princípios e as diretrizes norteadoras da formação, abordados anteriormente, destaca claramente que o Curso de Serviço Social da UNB respeita e referencia politicamente os avanços da categoria profissional de Serviço Social frutos que são da construção histórica e coletiva desta profissão conduzida pela Associação Brasileira de ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, e apóia-se nas legislações específicas referentes ao ensino superior e a profissão, quais sejam: Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394/96), em seus artigos 12, 43, e 53; Lei de Regulamentação da Profissão dos Assistentes Sociais (Lei 8.662/93); Código de Ética Profissional de Serviço Social instituído pela Resolução (273/93) do Conselho Federal de Serviço Social; Resolução (15/2002) que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social integrantes dos pareceres CNE/CES (492/2001) e (1.363/2001), Resolução (02/2007) CNE/CES que dispõe sobre as carga horárias mínimas para os cursos de graduação, bacharelados na modalidade presencial; Lei (11788/2008) que dispõe sobre o estágio de estudantes; Resolução CFESS N°533, de 29 de setembro de 2008 – Regulamenta a Supervisão direta de Estágio no Serviço Social e demais documentos em anexo que se referem à formação profissional do Assistente Social.

6. USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

De acordo com as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social os espaços especializados destinados ao Serviço Social podem se realizar em auditórios, salas de aula, espaços diversos, desde que não comprometam as orientações do Código de Ética profissional. A Universidade de Brasília conta com uma infra-estrutura adequada, possuindo auditórios, salas para aulas teóricas e para orientação de estágio. Atendimentos que requerem atendimentos individuais reservados também estão assegurados.

Além disto, a Universidade de Brasília e o Departamento de Serviço Social oferecem laboratórios de informática, equipamentos de datashow, quadros brancos, telas que permitem maior visualização, auto falante, espaços virtuais de interação entre aluno e professor, dentre outros recursos midiáticos, com vistas a favorecer o projeto pedagógico em curso.

7. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação do ensino e da aprendizagem é aqui compreendida como um processo considerando que deve ocorrer de forma permanente e sistemática durante todas as etapas da formação e abrangendo todos os componentes curriculares do curso.

Este processo deve ser realizado de forma clara, coerente com a concepção de curso e organizada democraticamente prevendo a participação e envolvimento dos docentes, discentes e corpo técnico-administrativo em todas as etapas do processo: desde a formulação da proposta até a análise dos resultados.

A finalidade da avaliação é de “qualificar” os sujeitos institucionais sem cair na versão produtivista. Nesse sentido o Departamento de Serviço Social (SER) ressalta a necessidade de criar instrumentos eficazes e permanentes para avaliar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), ou seja, parâmetros para se pensar critérios de avaliação do corpo docente, das disciplinas, do corpo discente e dos técnicos administrativos. Essa avaliação em todo o processo pressupõe uma constante qualificação do corpo discente e docente. De maneira sucinta a avaliação se dá em diferentes etapas a serem construídas a partir de instrumentos didático-pedagógicos tais como: questionário a ser aplicado no término de cada semestre, grupos de discussão permanente para avaliar o processo de ensino aprendizagem através de um fórum coletivo a ser debatido com corpo docente e discente para avaliar esse processo(Conselho de Classe) por período.

8. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

8.1. Do curso

O Projeto Político Pedagógico – PPP do Curso deve estabelecer articulação com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI e com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, quanto ao referencial teórico-metodológico, princípios e diretrizes, abordagens, estratégias e ações por meio de práticas institucionais sólidas e de ações desenvolvidas pelos sujeitos institucionais junto à sociedade que assumirão formas diversas conforme demandas e possibilidades reais contextualizadas e obedecendo a dinâmica da realidade.

O acompanhamento e avaliação do curso buscará atender às Metas e Estratégias traçadas pela UnB e as ações e projetos propostos pela Unidade para fortalecimento dos cursos e do departamento, no âmbito do PDI. Orientar-se-á também pela avaliação produzida das Unidades semestralmente no momento da avaliação docente. Requer também o acompanhamento da dinâmica das alterações e reais demandas do mercado de trabalho; criação de mecanismos de acompanhamento dos egressos na inserção no mercado de trabalho e o perfil correspondente ao referencial teórico-metodológico verificando a coerência entre as competências e habilidades desenvolvidas e as demandas profissionais. Este acompanhamento será realizado por meio de levantamento permanente da aprovação dos egressos em concursos públicos, da relação entre número de egressos e da entrada no mercado de trabalho, e adequação da formação oferecida às necessidades profissionais e sociais.

8.2 Das disciplinas

As disciplinas configuram-se em importante componente curricular que deve oferecer concreticidade ao Projeto Político Pedagógico – PPP do Curso, e a observância da coerência das disciplinas com este, oferece garantia para uma adequada formação. A avaliação utilizará, como um dos elementos, o resultado da avaliação produzida das Unidades semestralmente no momento da avaliação docente. No sentido de garantir o acompanhamento das disciplinas, dois mecanismos principais deverão ser implementados: a) Realização de oficinas periódicas com o objetivo de analisar ementas, programas e bibliografia das disciplinas, verificando o cumprimento das ementas e a necessidade de atualizações e/ou alterações; b) Criação de comissão pedagógica no departamento, que articule debates e análises sobre avaliação e acompanhamento dos cursos, e construção de instrumental que ofereça dados para analisar o processo pedagógico, forma de avaliação, cumprimento das ementas, pertinência do fluxograma, articulação dos conteúdos, procedimentos didáticos utilizados, etc.

8.3 Do corpo docente

a) Formação

A formação do docente deve ser condizente com o Projeto Político Pedagógico do Curso – PPP e com as necessidades estabelecidas para os cursos.

No processo de avaliação deve-se considerar a compatibilidade da formação e trajetória profissional do docente, considerando as competências desenvolvidas que propiciam aos docentes aptidões que o habilitam de forma mais adequada para disciplinas específicas, e usa formação geral para um conjunto ampliado de outras disciplinas. É importante reconhecer a formação generalista do docente bacharel em Serviço Social que o autoriza a lecionar toda e qualquer disciplina obrigatória em Serviço Social.

Para o corpo docente outro item seria a questão da pesquisa e dos grupos de pesquisa verificando de que maneira o docente produz conhecimento envolvendo alunos da graduação e da pós-graduação; como se dá a sua influência no processo de produção de conhecimento; outro item a ser avaliado é a experiência profissional e acadêmica, tempo de dedicação, carga horária dos docentes se elas permitem que o mesmo realize todas as atividades previstas no plano pedagógico do curso.

O curso tem consolidado institucionalmente uma política de afastamento para capacitação permanente do corpo docente, o que permite uma qualificação e formação continuada no Departamento de Serviço Social – SER da UnB.

A avaliação utilizará, como um dos elementos, o resultado da avaliação produzida das Unidades semestralmente no momento da avaliação docente institucional.

8.4 Do corpo discente

O curso prevê mecanismos efetivos de incentivo, apoio, promoção e participação de eventos internos e externos no sentido de qualificar o processo de formação do corpo discente, previstos e aprovados no PDI do SER. Outro item destacado é o mecanismo de nivelamento para que os alunos possam se qualificar principalmente na produção de textos, artigos e outros.

O processo de avaliação individual será realizado em cada um dos componentes curricular que o discente estiver vinculado, como disciplinas, monitoria, projetos de pesquisa, atividade e eventos de extensão, estágio, e TCC, dentre outros, sob a responsabilidade do professor/coordenador.

8.5 Do corpo técnico-administrativo

Verificar a partir de avaliação permanente a adequação da formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo ao projeto de desenvolvimento dos cursos e do

Departamento, bem como a compatibilidade da quantidade de profissionais às necessidades dos cursos diurnos e noturnos.

9. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA

9.1 Coordenação do Curso

As atividades de coordenação de curso são realizadas por dois docentes, coordenadores de graduação do curso diurno e noturno respectivamente, nos termos do Estatuto da UnB – Art. 50 e do Regimento Geral da Unb – Art. 91. Os Coordenadores tem como atribuições principais a orientação e acompanhamento dos estudantes, coordenação das atividades de graduação do curso, incluindo os trâmites de matrícula, ajuste e trancamento em disciplinas.

O Departamento conta ainda com a coordenação de Estágio em Serviço Social para os cursos diurno e noturno, que é exercida por dois professores coordenadores de estágio, que são responsáveis pela orientação, acompanhamento dos discentes estagiários, e seleção, organização e designação acadêmica das instituições campo de estágio em serviço social, conforme deliberação do Colegiado do Departamento de Serviço Social, e encaminhada solicitação de criação institucional desta função no quadro da UnB, por meio do DEG e DGP.

9.2 Corpo Docente

O Departamento possui 29 (vinte e nove) professores do quadro, 04 (quatro) pesquisadores, 01 (um) professor substituto e 03 (três) professores com lotação provisória para atendimento dos cursos diurno e noturno. Ressalta-se, ainda, o compromisso do Curso, a partir da adesão ao REUNI, de manter o quantitativo necessário de docentes para garantir a oferta das disciplinas obrigatórias e optativas do fluxo curricular dos cursos diurno e noturno, inclusive realizando gestão junto às instâncias superiores para a garantia de abertura de vagas para o curso. Encontra-se em anexo a relação dos docentes, bem como matrícula e cargo.

9.3 Corpo Técnico e Administrativo

O corpo técnico e administrativo visa o atendimento dos estudantes, bem como para suprir as demandas acadêmicas e administrativas. O Departamento de Serviço Social conta com 07 profissionais em seu corpo técnico-administrativo, sendo 04 assistentes de administração, 01 Técnico em Assuntos Educacionais. (Relação em anexo).

De forma geral, a equipe administrativa tem como atribuições prestar suportes administrativos, acadêmicos e logísticos aos cursos; atendimento a docentes e estudantes, fornecendo e recebendo informações; recebimento, organização e despacho de documentos

variados; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

9.4 Infraestrutura Física

Para o desenvolvimento das atividades administrativas e acadêmicas, o Departamento de Serviço Social - SER, está localizado no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências - ICC Centro, Mezanino, B1 432, Asa Norte, Brasília-DF, CEP: 70910-900. O Departamento possui uma Secretaria, uma sala de reunião, 14 (quatorze) salas de professores, 02 (dois) banheiros e 01 (uma) copa equipada com geladeira, forno de micro-ondas, mesa, cadeiras, armário e pia. Conta ainda com 01 (uma) sala de Pós-Graduação para discentes, e 01 (uma) sala de coordenação de graduação e de estágio. Com a adesão ao REUNI, o departamento adquiriu novos equipamentos para suprir a necessidades dos professores contratados, como notebooks, impressoras, mesas, cadeiras e armários.

ANEXOS

REGULAMENTO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Art. 1º - O curso de graduação noturno de Bacharelado em Serviço Social destina-se à formação profissional de assistentes sociais.

Art. 2º - O curso será ministrado em duração plena, abrange um total mínimo de 200 (duzentos) créditos, 3000 (três mil) horas, sendo o limite máximo de integralização de Módulo Livre – (ML) estabelecido em 24 (vinte e quatro) créditos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As disciplinas obrigatórias perfazem um total de 140 créditos, 2100 (duas mil e cem) horas, as disciplinas optativas e/ou de Módulo Livre um total de 60 créditos, 900 (novecentas) horas;

PARÁGRAFO SEGUNDO: As atividades complementares equivalem a no máximo 06 créditos, 90 (noventa) horas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O Estágio Curricular Supervisionado em Serviço Social , corresponde a 16% da carga horária total do curso, distribuídos em duas disciplina (s) de 16 créditos, perfazendo um total de 32 créditos, 480 (quatrocentos e oitenta horas).

Art. 3º - O curso incluirá as seguintes disciplinas obrigatórias (A) e optativas da área de concentração (AC) ou de domínio conexo (DC):

CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITO
138967 - AC (A)	Economia Política e Capitalismo	04	Sem Pré-requisito
138894 - AC(A)	Seguridade Social 1 – Previdência Social	04	136484
136841 – AC(A)	Seguridade Social 2 - Saúde	04	136484
- AC (A)	Seguridade Social 3 – Assistência Social (criação)	04	136484
136484 – AC (A)	<i>Política Social</i>	04	Sem Pré-requisito
136581 – AC (A)	Introdução ao Serviço Social	04	Sem Pré-requisito
136638 – AC (A)	Movimentos Sociais	04	Sem Pré-requisito
136646 - AC (A)	Fundamentos Éticos e Ética Profissional	04	137553 e 136581
136654 - AC (A)	Trabalho de Conclusão de Curso	06	136891
136719 - AC (A)	Pesquisa Social 1	04	136581
136727 - AC (A)	Planejamento, Administração e Gestão Social	04	136484
136891 - AC (A)	Projeto de Trabalho de Conclusão de	04	136999 e 136981

	Curso		
138711 - AC (A)	Estágio em Serviço Social 1	16	136646 e 138673
138720 - AC (A)	Estágio em Serviço Social 2	16	138711
136999 - AC (A)	Pesquisa Social 2	04	136719
138649 - AC (A)	Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social 1	04	136581
138665 - AC (A)	Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social 2	04	136778 e 138649
138673 - AC (A)	Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social 3	04	138665
138754 - AC (A)	Processos de Trabalho e Serviço Social 1	04	138673
138819 - AC (A)	Processos de Trabalho e Serviço Social 2	04	138754
138738 - AC (A)	Questão Social e Serviço Social	04	Sem Pré-Requisito.
138762 - AC (A)	Trabalho e Sociabilidade	04	136484
138851 - AC	Prática de Pesquisa 1	04	136719
138860 - AC	Prática de Pesquisa 2	04	136719
138878 - AC	Prática de Pesquisa 3	04	136719
138886 - AC	Prática de Pesquisa 4	04	136719
138924 - AC	Práticas de Informática em Serviço Social	04	136581
136794 - AC	Questão Urbana e Política Habitacional	04	136484
138541 - AC	Tópicos Especiais em Política Social	04	136484
136786 - AC	Tópicos Especiais em Serviço Social	04	136581
136816 - AC	Infância, Adolescência e Cidadania	04	136484
136832 - AC	Política Social - Trabalho	04	136484
136824 - AC	Política Social - Educação	04	136484
136778 - AC	Tópicos Especiais em Pesquisa Social	04	136581
- AC	Relações Sociais, família e Serviço Social (criação)	04	Sem Pré-requisito
136620 - AC	Análise de Políticas Sociais	04	136484
136166 - AC	Gênero, raça/etnia e política social	04	Sem Pré-requisito
209066 - AC	Oficina de Estágio Supervisionado em Serviço Social 1	0 4	138720
209074 - AC	Oficina de Estágio Supervisionado em Serviço Social 2	0 4	209066
207594 - AC (C)	Métodos e Técnicas Quantitativos e Qualitativos em Pesquisa Social	0 4	Sem Pré-Requisito
AC	Envelhecimento e Política Social	04	Sem Pré-Requisito
137553 - DC (A)	<i>Introdução à Filosofia</i>	04	Sem Pré-Requisito
124010 - DC (A)	<i>Introdução à Psicologia</i>	04	Sem Pré-Requisito
135011 - DC (A)	<i>Introdução à Antropologia</i>	04	Sem Pré-Requisito
134465 - DC (A)	<i>Introdução à Sociologia</i>	04	Sem Pré-Requisito
134473 - DC (A)	Teoria Sociológica 1	06	134465
115011 - DC	Estatística Aplicada	06	Sem Pré-Requisito
124028 - DC	Psicologia Social	06	Sem Pré-Requisito
124036 -DC	Psicologia da Personalidade 1	04	Sem Pré-Requisito
124044 - DC	Psicologia da Infância	06	Sem Pré-Requisito
124052 - DC	Psicologia da Aprendizagem 1	06	Sem Pré-Requisito
124087 - DC	Psicologia da Adolescência 1	06	124044

124095 – DC	Psicologia do Desenvolvimento Infantil 2	06	124044
124109 – DC	Psicologia Geral Experimental	06	Sem Pré-Requisito
124125 – DC	Psicologia do Desenvolvimento da Adolescência 2	04	124087
124338 – DC	Psicologia do Excepcional 1	06	124044 e 124052
132012 – DC	<i>Introdução à Economia</i>	04	Sem Pré-Requisito
132039 – DC	Formação Econômica do Brasil	04	132012
134074 – DC	Introdução à Metodologia das Ciências Sociais	04	134465
134694 – DC	Pensamento Sociológico Latino- Americano	04	134465 e 134473 ou 134465 e 135470 e 135488
134805 – DC	Sociologia da Ciência	04	134465 e 134473 ou 134465 e 135470 e 135488
134864 – DC	Teoria Sociologia 3	06	134465 e 134473
134899 – DC	Estrutura e Mudanças Sociais	04	134465 e 134473 ou 134465 e 135470 e 135488
134929 – DC	Sociologia da Ideologia	04	134465 e 134473 ou 134465 e 135470 e 135488
134945 – DC	Métodos Sociológicos	06	134465 e 134473 ou 134465 e 135470 e 135488
134953 – DC	Técnicas da Pesquisa	06	115011 e 134465 e 134074 e 134473 ou 134945 e 115011 e 134465 e 137596 e 135470 e 135488 e 134945
134988 – DC	Sociologia Urbana	04	134473 e 134465 ou 134465 e 135470 e 135488
135020 – DC	Antropologia Cultural	04	135011
135038 – DC	Mulher, Cultura e Sociedade	04	135020 ou 153010 ou 124028 ou 1351
135143 – DC	Sociedades Complexas	04	135020 ou 153010 ou 124028 ou 137472 ou 139149 ou 185051 ou 135194
135267 – DC	Indivíduo, Cultura e Sociedade	04	135020 ou 171051 ou 173215 ou 124028 ou 153010 ou 135194 ou 139149
135321 – DC	Antropologia Política	04	135020 ou 153010 ou 124028 ou 135194 ou 139149
135461 – DC	Teorias Sociológicas Contemporâneas 1	06	134473 ou 135488 e 135470
137448 – DC	História da Filosofia Moderna	04	137430
137456 – DC	História da Filosofia Contemporânea	04	137448
137472 – DC	Teoria do Conhecimento	04	Sem Pré-Requisito
137511 - DC	Antropologia Filosófica	04	Sem Pré-Requisito
137952 - DC	Dialética	04	Sem Pré-Requisito
137626 - DC	Filosofia Social e Política	04	Sem Pré-Requisito
137936 – DC	Fenomenologia	04	Sem Pré-Requisito
137944 – DC	Filosofia Marxista	04	Sem Pré-Requisito
137979 – DC	Existencialismo	04	Sem Pré-Requisito
139203 – DC	História Social e Política do Brasil	04	Sem Pré-Requisito
140481 – DC	Leitura e Produção de Textos	04	Sem Pré-Requisito
142000 – DC	Francês Instrumental 1	04	Sem Pré-Requisito
142328 – DC	Língua Espanhola 1	04	Sem Pré-Requisito

145017 – DC	Teorias da Comunicação 1	04	Sem Pré-Requisito
145971 – DC	Inglês Instrumental 1	04	Sem Pré-Requisito
147630 – DC	Língua Chinesa 1	04	Sem Pré-Requisito
150649– DC	Língua Sinais Bras - Básico	04	Sem Pré-Requisito
150711 -DC	Língua Sinais Bras - Intermediário		150649
173029 – DC	Saúde e Sociedade 1	04	174033 ou 173215 ou 136484
173223 - DC	Saúde Familiar	04	173029 ou 136841
174106 – DC	Saúde Mental em Saúde Coletiva	03	173029
175013 – DC	Prática Desportiva 1	02	Sem Pré-Requisito
175021 - DC	Prática Desportiva 2	02	175013
181013 - DC	Introdução à Administração	04	Sem Pré-Requisito
181218 - DC	Governo e Administração no Brasil	04	181021 ou 181111
184080 - DC	Legislação Social	04	Sem Pré-Requisito
185035 - DC	Introdução à Ciência Política	04	Sem Pré-Requisito
185051 - DC	Teoria Política 1	04	185035
185116 - DC	Política Brasileira	04	185035 e 185051
186082 - DC	Planejamento da Ação Governamental	04	181218
186091 - DC	Administração de Serviços Públicos	04	186082
186147 - DC	Formulação de Políticas Públicas e Gestão Governamental	04	186180
199851 – DC	Direitos Humanos e Cidadania	04	Sem Pré-Requisito

PARÁGRADO ÚNICO: O número de créditos das disciplinas e atividades fixadas neste artigo poderá variar de um para outro período letivo, conforme o indique a experiência do ensino, e constará das respectivas Listas de Ofertas.

Art. 4º - O estudante deverá ser aprovado nas disciplinas listadas no artigo anterior como obrigatórias, e tantas disciplinas optativas e/ou de Módulo Livre (ML) e/ou atividades complementares, quantas sejam necessárias para integralizar o total de créditos, conforme referido no **Art. 2º**.

Art. 5º O tempo de permanência no curso será de 08 (oito) semestres no mínimo, e de 16 (dezesseis) semestres no máximo. O número máximo de créditos cursados em um semestre letivo não poderá ultrapassar a 28 (vinte e oito) créditos e o número mínimo previsto é de 14 (quatorze) créditos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Estes limites não serão considerados quando as disciplinas pleiteadas forem às últimas necessárias à conclusão do curso.

Art. 6º A coordenação didática pedagógica do curso cabe ao Colegiado do Departamento de Serviço Social e ao Instituto de Ciências Humanas.

Equivalência entre Diretrizes Curriculares e Currículo Pleno

IDENTIFICAÇÃO

Curso de Serviço Social

Período 2010/1

Habilitação: Assistente Social

Resolução de criação: Decreto 74194-DOU 21/06/1974

Matérias das Diretrizes Curriculares	Disciplinas do Currículo Pleno
Sociologia	SOL – 134465 - Introdução à Sociologia SER – (CRIAÇÃO) - Economia Política e Capitalismo SOL – 134473 - Teoria Sociológica 1
Teoria Política	SER – 136484 - Política Social SER – (CRIAÇÃO) - Economia Política e Capitalismo
Economia Política	SER – (CRIAÇÃO) - Economia Política e Capitalismo
Filosofia	FIL – 137553 - Introdução à Filosofia
Psicologia	PPB – 124010 - Introdução à Psicologia
Antropologia	DAN – 135011 - Introdução à Antropologia
Formação Sócio-histórica do Brasil	SER – 138738 - Questão Social e Serviço Social SER – 138649 - Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social 1 SER - 138665 - Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social 2 SER - 138673 - Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social 3
Direito e Legislação Social	SER – 138894 - Seguridade Social 1 - Previdência Social SER – 136841 - Seguridade Social 2 – Saúde SER – (CRIAÇÃO) - Seguridade Social 3 – Assistência Social
Política Social	SER – 136484 - Política Social SER – 138894 - Seguridade Social 1 - Previdência Social SER – 136841 - Seguridade Social 2 – Saúde SER – (CRIAÇÃO) - Seguridade Social 3 – Assistência Social
Desenvolvimento Capitalista e Questão Social	SER – 138738 - Questão Social e Serviço Social
Classes e Movimentos Sociais	SER – 138738 - Questão Social e Serviço Social SER - 136638 - Movimentos sociais
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social	SER – 136581 - Introdução ao Serviço Social SER – 138649 - Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social 1 SER – 138665 - Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social 2 SER – 138673 - Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social 3
Trabalho e Sociabilidade	SER – 138762 - Trabalho e Sociabilidade

Serviço Social e Processos de Trabalho	SER –138754 - Processos de Trabalho e Serviço Social 1 SER – 138819 - Processos de Trabalho e Serviço Social 2
Administração e Planejamento em Serviço Social	SER – 136727 – Planejamento, Administração e Gestão Social
Pesquisa em Serviço Social	SER – (Criação) Métodos e Técnicas em Pesquisa Social124028 SER – 136719 – Pesquisa Social 1 SER – 136999 – Pesquisa Social 2
Ética Profissional	SER – 136646 - Fundamentos Éticos e Ética Profissional
Estágio Supervisionado	SER – 138711 – Estágio em Serviço Social 1 SER – 138720 – Estágio em Serviço Social 2
Trabalho de Conclusão de Curso	SER – 136891 – Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso SER – 136654 – Trabalho de Conclusão de Curso

CURSO: SERVIÇO SOCIAL DIURNO

TOTAL DE CRÉDITOS DO CURSO: 200

QUADRO DE DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

CÓDIGO	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	CRÉDITOS
136581	Introdução ao Serviço Social	04
138738	Questão Social e Serviço Social	04
Criação	Economia Política e Capitalismo	04
134465	Introdução a Sociologia	04
135011	Introdução a Antropologia	04
138649	FHTM 1	04
136484	Política Social	04
134473	Teoria Sociologia 1	06
124010	Introdução à Psicologia	04
136638	Movimentos Sociais	04
138665	FHTM 2	04
138762	Trabalho e Sociabilidade	04
137553	Introdução a Filosofia	04
136719	Pesquisa Social 1	04
138894	Seguridade Social 1 – Previdência Social	04
138673	FHTM 3	04
136646	Fundamentos Éticos e Ética Profissional	04
136999	Pesquisa Social 2	04
136841	Seguridade Social 2 – Saúde	04
138754	Processo de Trabalho e Serviço Social 1	04
Criação	Métodos e Técnicas em Pesquisa Social	04
138711	Estágio Supervisionado em Serviço Social 1	16
Criação	Seguridade Social 3 – Assistência Social	04
138819	Processo de Trabalho e Serviço Social 2	04
138720	Estágio Supervisionado em Serviço Social 2	16
136727	Planejamento, Administração e Gestão Social	04
136891	PTCC	04
136654	TCC	06
TOTAL		140

QUADRO DEMOSNTRATIVO REFERENTE À CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA E OPTATIVA

Modalidade	Número de Créditos	Percentual	Carga Horária (em hrs)
Obrigatória	140	70%	2100
Optativa	60	30%	900
Total	200	100%	3000



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas - IH
Departamento de Serviço Social - SER

Política de Estágio Curricular do Curso de Serviço Social

Elaboração: Comissão de Política de Estágio do Fórum Permanente de Supervisores e estudantes em Serviço Social da UnB / Coordenação de Graduação SER/UnB

Dezembro /2004

SUMÁRIO

- O Estágio Supervisionado no contexto do novo Currículo

- Das disposições legais

- Da relação Universidade e Instituição
 - 3.1 – Parcerias
 - 3.2 - Requisitos para abertura de campo de estágio
 - 3.3 - Atribuições

- Da Organização pedagógica do Estágio
 - 4.1- Ementas
 - 4.2- Objetivos
 - 4.3- Caracterização das disciplinas Estágio Supervisionado I e II
 - 4.4- Áreas temáticas

- Da sistematização do Estágio
 - 5.1 - Planejamento
 - 5.2 - Registro e documentação
 - 5.3 - Inserção do aluno/a no estágio supervisionado
 - 5.4 - Observações Gerais

- Da avaliação
 - 6.1 - Conhecimentos e Habilidades
 - 6.2 - Atitudes
 - 6.3 - Habilidades de Sistematização

- 7 - Referências Bibliográficas

Anexos

1 – O Estágio Supervisionado no contexto do novo Currículo.

A questão da formação profissional em Serviço Social tem sido objeto de intensas polêmicas, sobretudo no que tange a indissociabilidade entre ensino teórico x ensino da prática profissional. No sentido de superar as dicotomias existentes e articular os conteúdos constitutivos da formação profissional do Assistente Social é que as 64 unidades de ensino de Serviço Social no Brasil, filiadas à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS aprovaram em sua Assembléia Geral Extraordinária de 08 de Novembro de 1996.

A proposta de Currículo Mínimo para o Curso de Graduação em serviço social, o qual constitui hoje o processo nº 23999.00150/97-48 em análise pelo Conselho Nacional de Educação. Tal documento caracteriza-se como um marco na redefinição da formação profissional em Serviço Social, articulando os conteúdos teóricos com a prática, e também definindo a pesquisa e a extensão como atividades constitutivas da formação. De outra parte, a viabilidade e implementação do projeto em cada unidade de ensino demanda o engajamento do conjunto de professores, dos assistentes sociais supervisores de campo e dos alunos/ as, assim como dos órgãos responsáveis pela política de formação, fiscalização e regulamentação do exercício profissional em Serviço Social.

A conformação do referido projeto possui uma nova lógica curricular que articula os conhecimentos constituídos pelos seguintes núcleos de fundamentação da formação profissional:

Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social, o qual articula os fundamentos éticos e teórico-metodológicos da formação e do exercício profissional:

Núcleo de fundamentos sócio-histórico da sociedade brasileira, o qual compreende a análise histórica do Serviço Social em seu caráter contraditório, no âmbito das relações interclasses e, destas com o Estado, assim como as dinâmicas institucionais nas esferas estatais e privada:

Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, no qual se insere o estágio supervisionado, por compreender "...todos os elementos constitutivos do Serviço Social, como uma especialização do trabalho: suas trajetórias históricas, teóricas, metodológicas e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em serviço social..." (Doc.MEC, 1999).

Assim, essa lógica possui caráter inovador por se propor à superação de "... fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional" (Doc. MEC, 1999)

2 – Das disposições legais:

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno/a no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática, realizada pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio.

A obrigatoriedade do Estágio Supervisionado no curso de Serviço Social obedece a alguns dispositivos legais, a saber:

- Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977 – dispõe sobre os estágios de estabelecimento de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo e dá outras providências.
- Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982 – regulamenta a Lei nº 6.494, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimento de ensino superior e de 2º grau regular ou supletivo, nos limites e dá outras providências.

- Resolução CEPE/UnB nº 054, de 09 de novembro de 1987 – dispõe sobre os Estágios Curriculares Supervisionados.
- Termo de compromisso de estágio – CADE - s/d - em vigência – instrumento firmado nos termos da Lei nº 6.494 de 7 de dezembro de 1977, do Decreto nº 87.497 de 18 de agosto de 1982 e do e assinado pela instituição concedente, pelo aluno e pela universidade. Dispõe sobre a solicitação e a formalização do estágio.
- Lei 8662 de 07 de junho de 1993: dispõe sobre a profissão do assistente social e dá outras providências

3. Da Relação Universidade e Instituição

3.1 – Parcerias

O Estágio Supervisionado deverá seguir normatização instruída por convênio ou obedecer a um termo de compromisso que é celebrado no primeiro caso entre o representante legal da FUB, o Reitor, e o representante legal da representante, com uma vigência média de dois anos prorrogável até o prazo de cinco anos. No segundo caso é celebrado entre o estudante e a conveniente, com a participação da Universidade representada pelo diretor do CADE, com vigência semestral, podendo ser renovada até o prazo máximo de quatro semestres (Documento CADE, s/d, em vigência).

3.2 – Critérios para abertura de campo de estágio

Para que uma instituição venha receber estagiário de Serviço Social deverá satisfazer as seguintes exigências:

- Constar em seu quadro de funcionários, o profissional de Serviço Social;
- Estar implementando programas e projetos de intervenção relacionados às áreas de atuação do Serviço Social;
- Apresentar um plano de estágio que: possibilite aprendizagem; contextualize a instituição enquanto estrutura, dinâmica e relação de poder; contextualize o serviço social na instituição; considere as competências do serviço social e atribuições do assistente social; e garanta que o profissional que fará a supervisão tenha no mínimo, um ano de trabalho na instituição.
- Oferecer e garantir as condições indispensáveis ao aprendizado do estagiário, relacionado ao espaço físico, tempo e disponibilidade do profissional de Serviço Social para supervisão;
- Assegurar a permanência do estagiário, no mesmo campo de estágio, pelo período de duração do estágio curricular, equivalente a dois (2) semestres letivos consecutivos;
- Comunicar imediatamente ao Supervisor Acadêmico qualquer alteração ocorrida no campo de estágio que interfira na programação estabelecida;
- Responsabilizar-se perante o Departamento de Serviço Social por aluno/as encaminhados oficialmente pela Coordenação de Graduação;
- Possibilitar ao Supervisor de Campo o exercício das responsabilidades inerentes à supervisão, bem como o entrosamento com o Departamento de Serviço Social da UnB

3.3. Atribuições

Do Coordenador de Estágio

- Professor do Departamento de Serviço Social responsável, juntamente com os demais professores supervisores, pela coordenação de estágio.

Ao Coordenador de Estágio compete:

- Articular com as instituições objetivando a formalização de convênios para abertura de campo de estágio, por solicitação das mesmas, da UnB ou por sugestão de aluno/as;

- Orientar os aluno/as quanto à matrícula em estágio, ao horário disponível (considerando horário de funcionamento da Instituição) para efetivo cumprimento da carga horária mínima exigida;

- Encaminhar os estagiários à Instituição campo de estágio, com comunicação prévia à Unidade de atuação do estagiário;

- Convocar, periodicamente, reuniões com supervisores de campo, supervisores acadêmicos e aluno/as;

- Viabilizar a capacitação de supervisores de campo, através de treinamentos, cursos, eventos de extensão e outros.

Do Supervisor Acadêmico

- Professores do Departamento de Serviço Social, responsáveis pela orientação do aluno/a e pelo intercâmbio com os supervisores de campo.

Ao Supervisor Acadêmico compete:

- Estabelecer critérios de seleção para os candidatos à vaga de estágio;

- Preparar os aluno/as para o início do estágio e orientar quanto à documentação necessária ao registro e desenvolvimento da ação;

- Realizar visita aos campos de estágio pelo menos duas vezes ao semestre; com pauta previamente definida com o Supervisor de Campo;

- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento acadêmico do aluno/a, segundo critérios definidos no item “Da avaliação”, considerando a participação do Supervisor de Campo;

- Definir com o Supervisor de campo a documentação e os instrumentos de avaliação a serem adotados;

- Viabilizar encontros de supervisão, para discussões teórico-conceituais a partir de temas relacionados a cada área de atuação, juntamente com o Supervisor de Campo e o aluno/a;

- Indicar leituras e referências bibliográficas relativas às temáticas específicas de cada campo;

- Realizar reuniões periódicas com supervisores de campo e aluno/as;
- Manter o Supervisor de Campo informado quanto aos trabalhos solicitados ao aluno/a, relativos ao estágio supervisionado;
- Ministrando uma aula semanal com duração de duas horas.
- Fazer o mapeamento dos campos de estágio e respectivos supervisores, número de vagas, resumo do trabalho, horário e remuneração (no caso de existir);
- Mediar possíveis conflitos no campo de estágio.

Do Supervisor de Campo

- Assistente Social da Instituição a quem cabe realizar sistematicamente a supervisão.

Ao Supervisor de Campo compete:

- Preparar agenda do semestre, juntamente com o Supervisor Acadêmico, quanto à forma e ao conteúdo da supervisão de campo: horários, atividades, dias de supervisão, leituras, projeto de trabalho e outros;
- Realizar de forma autônoma, orientação bibliográfica de acordo com a temática específica do campo de estágio, tendo como referência a ementa e os objetivos da disciplina Estágio Supervisionada;
- Realizar o acompanhamento do estagiário, considerando as seguintes etapas:
 - Contato inicial com o aluno/a para a identificação de suas expectativas, bem como para o estabelecimento do Plano de atividades do semestre;
 - Viabilizar ao aluno/a o conhecimento prévio da Instituição, destacando a inserção do Serviço Social na realidade Institucional, seus objetivos e diretrizes de trabalho;
 - Explicitar para os aluno/as, os objetivos do estágio, do ponto de vista institucional, a partir das atribuições do Serviço Social;
 - Realizar reuniões periódicas (semanais) com os aluno/as, para discussão de questões verificadas em sua vivência institucional durante o estágio;
 - Elaborar e manter registro da documentação relacionada ao estágio, como forma de constituir um acervo, bem como incentivar o aluno (a) a adotar esse procedimento;
 - Orientar o aluno/a quanto à utilização de instrumental técnico-operativo e, quanto ao domínio de procedimentos e atividades do Serviço Social;
 - Estabelecer uma sistemática de avaliação do aluno/a com base nos objetivos previamente estabelecidos para o estágio.
- Registrar a frequência do estudante.

Do Estágio

- Aluno/a regularmente matriculado no Curso de Serviço Social, que já cumpriu os pré-requisitos necessários à disciplina Estágio Supervisionado.

Compromissos e direitos do estagiário:

- Comparecer ao campo de estágio nos dias e horários estabelecidos;
- Comparecer às aulas de supervisão, conforme matrícula efetuada;
- Conhecer e observar as recomendações contidas no documento “Diretrizes para Estágio Supervisionado”;
- Desenvolver suas atribuições com responsabilidade;
- Interessar-se e participar dos programas da Instituição campo de estágio;
- Comparecer à Coordenação de Graduação e de Estágio, quando convocado e sempre que houver necessidade;
- Consultar o Supervisor de Campo e Acadêmico, de forma sistemática e, sobretudo, em situações novas;
- Consultar e comunicar aos Supervisores de Campo e Acadêmicos sobre qualquer impedimento à continuidade do Estágio, antes de deixá-lo, apresentando as devidas justificativas;
- Elaborar e entregar a documentação nos prazos estabelecidos pelos Supervisores de Campo e Acadêmicos;
- Desenvolver a capacidade de análise e avaliação críticas necessárias ao bom desempenho acadêmico, recorrendo ao conteúdo teórico-conceitual apreendido até então;
- Receber a orientação necessária para realizar as atividades curriculares previstas no estágio;
- Apresentar solicitação ou sugestão que venha a contribuir para o melhor desenvolvimento das atividades de estágio;
- Expor aos supervisores as dificuldades encontradas, para procurar, de forma conjunta, atenuá-la ou solucioná-las;
- Ser informado, previamente, de qualquer mudança de rotina no estágio;
- Ser permanentemente informado sobre a avaliação do seu desempenho, objetivando constante aperfeiçoamento;
- Conhecer o Código de Ética Profissional;
- Manter atualizada a leitura solicitada pelo supervisor, de campo e acadêmico;
- Discutir com o Supervisor de Campo e acadêmico, os Relatórios de Estágio.

Do Estágio Não Obrigatório

Além das históricas dificuldades para se manter a qualidade do estágio obrigatório e assegurar condições de supervisão de estagiários, um novo desafio está posto para a nossa realidade, e diz respeito à necessidade de supervisão dos estágios não obrigatórios.

Por força de lei, todos os estágios obrigatórios ou não obrigatórios devem ser supervisionados pelas Instituições de Ensino. E ainda, conforme o que dispõe a Resolução do CFESS nº. 533 de 29/09/09, é de responsabilidade das Unidades de Formação a abertura de campos de estágios obrigatórios e não-obrigatórios indistintamente, verificando as condições adequadas de realização de estágio, planos de estágio, supervisão direta, etc.

No âmbito da Oficina de Revisão Curricular do curso de Serviço Social diurno e criação do curso noturno, este Departamento resolveu introduzir ao Projeto Político Pedagógico do Curso Diurno e Noturno, o estágio não-obrigatório. Em subsequente análise das modalidades de componente curricular, decidiu-se por introduzir a supervisão acadêmica de estágio não obrigatório por meio da criação de duas disciplinas optativas, a saber, Oficina de Supervisão de Estágio em Serviço Social 1 e 2, com carga horária total de 120 horas, tendo como objetivo assegurar a carga horária docente, a supervisão acadêmica efetiva e o comprometimento do estudante-estagiário com o processo de supervisão. Todavia, o estágio não obrigatório só será autorizado para os estudantes que já tiverem cursado as disciplinas obrigatórias de Estágio em Serviço Social 1 e 2, em função de ser a disciplina Estágio em Serviço Social 2 o pré-requisito para a disciplina Oficina de Supervisão de Estágio em Serviço Social 1. Assim, podemos atender as emergentes demandas do estágio não-obrigatório com a mesma qualidade buscada para o estágio obrigatório.

Dessa forma, o estágio não-obrigatório do curso de Serviço Social da UnB deve ser desenvolvido nos semestres finais do curso, a partir do desdobramento das disciplinas e de seus competentes curriculares.

4 - Da Organização Pedagógica do Estágio

4.1 – No âmbito da Universidade

A cada semestre haverá a participação do Fórum..., na aula inaugural, com a apresentação dos campos de Estágio;

Haverá uma avaliação anual dos campos de estágio realizada por uma comissão do Fórum..., ao final de cada ano;

Deverá ser organizada uma reunião antes da matrícula na disciplina de Estágio

Supervisionado em Serviço Social 1, onde será apresentado o mapa dos campos, número de vagas, resumo do trabalho, horário e remuneração (no caso de existir);

Ementas

Estágio Supervisionado em Serviço Social 1 (136972)

Exercício teórico-prático mediante a inserção do aluno/a nos diferentes espaços institucionais em que atuam os Assistentes Sociais nas esferas públicas e privadas. Conhecimento das expressões da questão social que constituem o objeto de intervenção profissional. Conhecimento da realidade institucional, identificação dos recursos existentes e das relações de força existentes. Problematização teórico-metodológica e sistematização das possibilidades de atuação profissional com vistas à elaboração do plano de intervenção.

Estágio Supervisionado em Serviço Social 2 (136981)

Exercício teórico-prático mediante a inserção do aluno/a nos diferentes espaços institucionais em que atuam os Assistentes Sociais nas esferas públicas e privadas. Implementação do plano de intervenção do estagiário articulado à discussão teórico-metodológica e a utilização dos instrumentais técnico-operativo do Serviço Social, pertinente às necessidades sociais identificadas.

4.2- Objetivos

Objetivo Geral:

Oferecer ao aluno/a a oportunidade de articulação entre o conhecimento teórico apreendido nas diversas disciplinas do curso e o desenvolvimento da prática profissional nas diferentes inserções.

Objetivos Específicos do Estágio Supervisionado I

- Discutir, do ponto de vista conceitual, a supervisão de estágio como parte constitutiva do processo de formação profissional considerando a relação supervisor de campo e estagiários;
- Capacitar o aluno/a para o exercício profissional mediante sua inserção nos diferentes espaços institucionais nas esferas públicas e privadas do Serviço Social;
- Possibilitar ao aluno/a o conhecimento das diversas expressões da questão social constituintes do processo de intervenção profissional;
- Oferecer ao aluno/a o conhecimento da realidade institucional localizando os recursos existentes, bem como as relações ali estabelecidas;
- Orientar o aluno/a quanto à necessidade de problematização teórico-metodológica relativa às questões vivenciadas numa prática particular, objetivando a sistematização das ações do Serviço Social que deverão culminar com a elaboração de um plano de intervenção.

Objetivos específicos do estágio Supervisionado II

- Possibilitar ao aluno/a o exercício teórico prático a partir de sua inserção na instituição campo de estágio e, mediante a execução do plano de intervenção (do estagiário) elaborado no Estágio Supervisionado;

- Capacitar o aluno/a para o trabalho profissional mediante contatos e observações da ação profissional dos Assistentes Sociais, assim como dos estudos teóricos e empíricos acerca das manifestações específicas da questão social presentes na realidade particular da instituição.

4.3- Caracterização das disciplinas Estágio Supervisionado I e II

- As disciplinas Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II, serão ofertadas nos 5º e 6º períodos, respectivamente. O Estágio I tem como pré-requisitos as disciplinas de Ética e Política Social e, se constitui em pré-requisito para a matrícula em Estágio II.

- Considerando a necessidade da articulação teórico-prática, que perpassa todo o curso, algumas disciplinas estabelecem uma relação direta de complementariedade com as de Estágio Supervisionado:

- Introdução ao Serviço Social: disciplina obrigatória ofertada no primeiro semestre do curso. Oferecerá ao aluno/a uma primeira aproximação com o conhecimento da prática profissional dos assistentes sociais através de discussões acerca das questões interventivas do Serviço Social, bem como da organização de um programa de visitas a instituições, nas quais se desenvolvem diversos processos de trabalho da profissão.

- Pesquisa I e II: ofertada no 4º e 5º semestres, respectivamente. Constituem eixo importante no processo de intervenção, à medida que fornecem elementos indispensáveis para o exercício de elaboração de um projeto de intervenção no campo de estágio como, a definição do objeto e do problema a ser estudado, assim como a clareza do referencial teórico e da metodologia a serem adotados.

- Processos de Trabalho I e II: ofertadas concomitantemente aos Estágios I e II, estabelecem o debate acerca do instrumental teórico-operativo utilizado no desempenho do trabalho profissional nas diferentes inserções institucionais: órgãos estatais, empresa privada, organizações não governamentais e movimentos sociais. Inclui, ainda, a discussão sobre a supervisão, tanto relativa ao trabalho profissional, como também, do estágio.

4.4 -Áreas temáticas

A priorização de áreas temáticas relativas às diferentes problemáticas apresentadas pelos campos de estágio (saúde, trabalho, organizacional, família-mulher, criança e adolescente, gênero, terceiro setor e outras) deve estar relacionada e, em consonância, com as demandas conjunturais e com aquelas advindas do mercado de trabalho no contexto local.

5 - Da sistematização do Estágio

5.1 - Planejamento

A atividade do estágio deve ser uma ação planejada que leve em consideração:

- O programa elaborado pelo professor supervisor, destacando o conteúdo programático, os procedimentos didáticos pedagógicos e o processo de avaliação da aprendizagem;
- O plano de trabalho dos estagiários relacionado às atividades previstas no Projeto de intervenção;
- A análise conjuntural e sócio-institucional.

5.2 - Registro e documentação

Diversas são as formas de registro e documentação:

- Diário de Campo: consiste em instrumento de uso individual, para anotações, comentários e reflexões do estagiário;
- Relatórios de reuniões, entrevistas e visitas: constitui-se pela ordenação dos fatos apreendidos por meio da observação, bem como da análise da ação;
- Relatório Semestral da Prática: documento que relata a prática desenvolvida pelo aluno/a ao final de cada semestre letivo, no qual deve conter o objeto pelo qual se interessou. O processo pelo qual atuou e os resultados a que chegou. Ao final de cada semestre letivo, as disciplinas deverão considerar:

Estágio I

1. Elaboração de relatório que caracterize a instituição campo de estágio e suas áreas de inserção;
2. Diário de Campo - conforme orientação do Supervisor Acadêmico;
3. Relatórios mensais;
4. Elaboração de Projeto de intervenção a partir dos conteúdos dos relatórios mensais;
5. Avaliação - verificar o item "Da avaliação".

Estágio II

1. Conteúdo da Instituição (caso tenha mudado o local de estágio);
2. Atualização do Projeto elaborado pelo estagiário na Instituição;
3. Diário de Campo;
4. Relatórios mensais
5. Relatório Final (com base nas atividades previstas no Projeto de Intervenção);
6. Avaliação: Verificar item "Da avaliação".

5.3- Inserção do aluno/a no estágio supervisionado

O aluno/a deverá cumprir, a cada semestre, uma carga horária de quatorze horas semanais, sendo doze horas no local do estágio e duas horas em aula de supervisão acadêmica. As atividades devem possibilitar:

- Conhecimento da Instituição e dos recursos da comunidade;
- Engajamento do aluno/a em programas específicos da Instituição;
- Elaboração da documentação técnica específica;
- Elaboração de Projeto de intervenção;
- Avaliação periódica e final (ver item 'Da avaliação').

5.4 - Observações Gerais

Escolha da área de estágio

- A Coordenação de Estágio organiza a distribuição de aluno/a por campo de estágio, de

acordo com a oferta institucional e, segundo os procedimentos para abertura de campo de estágio;

- O aluno/a será informado pela Coordenação de Estágio, quanto às áreas e os horários disponíveis para a realização do estágio;

- Após a seleção ocorrida no campo de estágio, o aluno/a recebe da Coordenação de Estágio 02 (duas) vias de um ofício de apresentação à Instituição, das quais, uma delas deve ser devolvida com a devida ciência à Coordenação de Estágio, no prazo de uma semana;

- Caberá à Coordenação de Estágio, junto com os professores supervisores, estabelecer um sistema de arquivo constituído pelos relatórios finais de estágio, como material de estudos, pesquisas e consultas.

Condições específicas do estágio

- O estágio deve ser supervisionado por Assistente Social em pleno gozo de seus direitos e deveres junto ao CRESS 8ª Região, de acordo com a Lei nº 8.662/93. O Supervisor de Campo deve tomar conhecimento dos conteúdos das disciplinas pré-requisitos ao Estágio Supervisionado, como também do programa a ser desenvolvido pelo Supervisor Acadêmico, no processo de supervisão;

- A carga horária mínima semestral do estágio é de 220 horas para cada um dos níveis de estágio (I e II);

- O aluno/a que não tiver supervisão oficializada e previamente autorizada pela Coordenação de Estágio não terá seu estágio reconhecido como curricular;

- O período de férias deverá ser estabelecido entre o aluno/a, e o campo de estágio, dependendo do interesse de ambos;

- A elaboração do projeto de intervenção do estagiário e dos relatórios de estágio deverão contar com a orientação tanto do Supervisor de Campo e, deverão ser entregues ao Supervisor Acadêmico, na data estipulada;

- Os relatórios de estágio deverão ser entregues ao Supervisor de Campo em tempo hábil, para análise e avaliação;

- Ao aluno/a será atribuída menção de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos pela supervisão acadêmica e de campo;

- O aluno/a que não atingir a carga horária mínima exigida no campo de estágio, assim como o percentual de frequência na supervisão acadêmica durante o semestre letivo, deverá repetir o semestre.

Obs: A transferência de campo de estágio será admitida na ocorrência de inadaptação, irresponsabilidade, desinteresse por parte da Instituição e do aluno/a, havendo necessidade de entendimentos, anteriores à transferência, entre a Direção da Instituição, a Coordenação de Estágios, os Supervisores e o aluno/a

6- Da avaliação

A avaliação deve acompanhar todo o processo de desenvolvimento do estágio e os agentes neles envolvidos, e levar em consideração os seguintes aspectos:

6.1- Conhecimentos e Habilidades

Considerar a capacidade do aluno/a para:

Analisar a conjuntura e o contexto da instituição campo de estágio na sua dinâmica, estrutura, relações de força, políticas desenvolvidas, público beneficiário e papéis desempenhados pelo Serviço Social;

Problematizar os processos sociais objetos de intervenção, identificando as características bio-psico-sociais da população, relacionando-os à conjuntura em termos políticos, econômicos e

sociais;

Desenvolver estudos e pesquisas;

Recorrer a teorias e métodos de Serviço Social, segundo natureza das situações e problemas emergentes;

Formular planos e projetos identificando e articulando recursos necessários.

6.2 - Atitudes

Considerar a capacidade do aluno/a para:

- Decidir e agir por iniciativa própria (quando não há instruções específicas ou em situações novas);
- Desenvolver a prática do Serviço Social com sensibilidade diante das demandas individuais e coletivas
- Frequentar o campo de estágio e as reuniões de supervisão com assiduidade e pontualidade;
- Adotar atitude científica que implique em objetividade e rigor na análise e intervenção do processo social;
- Aplicar princípios éticos em relação à instituição, aos profissionais e estagiários e à população usuária.

6.3 - Habilidades de Sistematização

Considerar a capacidade do aluno/a para:

- Organizar, definir e ordenar suas atividades;
- Expressar coerência entre a elaboração teórica e as ações desenvolvidas;
- Sistematizar situações derivadas da prática, de forma clara, objetiva, concisa, mediante registro.

Recomendações

→ Cada Professor Supervisor Acadêmico deverá ser responsável por, no máximo, 15 alunos;

→ Considerando que a experiência de estágio curricular pode se constituir em importante processo na formação do estudante, recomenda-se, na medida que existam as condições propícias, a elaboração do TCC dentro de um tema relacionado ao campo de estágio, uma vez que este trabalho pode contribuir para a sistematização das práticas de estágio e para a produção teórica do campo.

→ A provável elaboração de TCC no campo, não deve ser critério para admissão do estagiário;

→ Realizar o estágio supervisionado 1 e 2 no mesmo campo. As situações extraordinárias que envolvam a mudança de campo de estágio deverão ser discutidas conjuntamente com o supervisor acadêmico;

7- Referências Bibliográficas

CÉSAR, Maria Auxiliadora e SULSER, Maria Emília - 1990 - "Manual de Estágio" - Departamento de Serviço Social/Universidade de Brasília.

SARTIN, Maria Madalena do Nascimento e outros - 1993 - "Redefinindo a disciplina de Estágio Supervisionado: diretrizes para a ação" - Departamento de Serviço Social/Universidade do Espírito Santo.

MEC - Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, Brasília, fevereiro, 1999.

NORMAS PARA INTEGRALIZAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Artigo 1 – São consideradas atividades de extensão, de acordo com a Resolução Nº 87/2006 do CEPE:

I – atividades de extensão que ocorrem regularmente como parte integrante de disciplinas e,

II – projetos de extensão de ação contínua realizados por estudantes por um período ininterrupto de, no mínimo, 15 semanas.

§1º – As atividades dos projetos de extensão contínua deverão ocorrer concomitantemente ao semestre letivo;

§2º - Os projetos de extensão de ação contínua deverão estar devidamente aprovados no DEX, até o início do período letivo para que os estudantes participantes possam obter os créditos respectivos.

§3º - Os estudantes poderão obter créditos de extensão em apenas um projeto por semestre;

§4º - Os créditos de Extensão serão lançados no histórico com os dizeres “Créditos de Extensão”, seguido do nome do projeto no qual o estudante participou.

Artigo 2 – São consideradas atividades complementares:

I – Aquelas configuradas como atividades científicas:

a) Apresentação de trabalhos científicos em eventos de comprovada relevância na área de serviço social ou áreas afins para os quais será computado 1,0 (um) crédito;

b) Publicação de artigos e trabalhos científicos em periódicos e ou anais de congresso e eventos similares, de comprovada relevância na área de serviço social ou áreas afins; para os quais será computado 1,0 (um) crédito;

c) Publicação de resenhas e resumos científicos em periódicos e ou anais de congresso e eventos similares, de comprovada relevância na área de serviço social ou áreas afins; para os quais será computado 0,5 (meio) crédito;

II - Minicursos, Oficinas (com carga horária igual ou superior a 08 horas) e cursos de média ou longa duração de natureza presencial, na área de serviço social e áreas afins;

III - Participação em seminários, encontros, conferências, simpósio e congressos nacionais e internacionais na área de serviço social e áreas afins de natureza presencial, com carga horária igual ou superior a 15 horas;

§1º - São consideradas áreas afins ao Serviço Social as áreas das Ciências Humanas e ciências sociais aplicadas;

§ 2º - Para fins de consideração e análise serão desconsiderados os certificados sem discriminação de carga horária e/ou ausência do nome do (a) discente solicitante.

§ 3º – A monitoria, as atividades de extensão, as atividades de pesquisa que são, segundo legislação em vigor, computadas no currículo, via atribuição de crédito na categoria Módulo Livre, disciplina optativa, crédito de extensão não poderão ser, concomitantemente, consideradas como Atividade Complementar.

§ 4º – As atividades desenvolvidas no âmbito do estágio curricular obrigatório e não obrigatório, tais como, capacitações, treinamentos, entre outras que estejam diretamente relacionadas ao desenvolvimento do estágio, não serão contabilizadas como atividades complementares.

§ 5º - Os créditos de Atividades Complementares serão lançados no histórico com os dizeres “Atividade Complementar”, seguido do nome da atividade no qual o estudante participou.

Artigo 3 – O número de horas integralizadas ao currículo na modalidade Atividades Complementares é de, no máximo, 90 horas (noventa) horas, o que corresponde a 3% da carga horária total do currículo pleno o que é equivalente a 06 créditos.

§ 1º - A compatibilização do total de horas será calculado a partir da somatória da carga horária dos certificados aceitos pela comissão dividido pelo número máximo de 90 (noventa) horas sendo vedado ultrapassar o cômputo acima de 06 créditos conforme consta no artigo 3.

Parágrafo único – Para parâmetros de compatibilização do crédito relativo à atividades tais como minicurso, oficinas, seminários, encontros, conferências, simpósio e congressos cada 01 (um) crédito corresponde a 15 horas.

Artigo 4 – Serão considerados para efeito de avaliação de integralização de atividades complementares somente os pedidos de alunos ingressos no curso de Serviço Social da UnB e/ou advindos de cursos presenciais de Serviço Social;

§ 1º – No caso de discente advindo de outra unidade de formação acadêmica, serão aceitos os certificados de participação em atividades complementares referentes aos últimos 02 anos antes do ingresso no curso de Serviço Social da UnB.

§ 2º – No caso do discente ingresso no curso de Serviço Social nesta unidade formação acadêmica serão aceitos os certificados de participação em atividades complementares referentes aos últimos quatro anos de vinculação ao curso.

Artigo 5 – Para efeito de reconhecimento das atividades complementares e integralização no currículo, o/a discente deverá encaminhar à Coordenação de Curso, os certificados que comprovem sua participação, juntamente com uma exposição de motivos.

§ 1º Solicitações de integralização deverão ser entregues no Departamento, 45 dias antes do final do semestre;

Parágrafo único - Após a formulação do pedido junto a Secretaria do Curso o resultado dos créditos serão integralizados no semestre seguinte.

Artigo 6 – Os casos omissos e ou excepcionais a esta normatização deverão ser remetidos para análise do Colegiado do Curso de Serviço Social;

Parágrafo único – A documentação acima referida comporá um processo, a ser analisado por Comissão instituída para este fim pelo Colegiado Departamental e composta por três docentes em efetivo exercício, no SER.



Universidade de Brasília - UnB
Serviço Social (Noturno)

**FLUXOGRAMA, EMENTAS,
BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E
COMPLEMENTARES DE DISCIPLINAS
DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
NOTURNO**

FLUXOGRAMA DE CURSO DE GRADUAÇÃO
CURSO: SERVIÇO SOCIAL NOTURNO

HABILITAÇÃO:

1º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importancia
01	136581	Introdução ao Serviço Social	04	OBR	-	60	OBR
02	138738	Questão Social e Serviço Social	04	OBR	-	60	OBR
03	Criação	Economia Política e Capitalismo	04	OBR	-	60	OBR
04	134465	Introdução a Sociologia	04	OBR	-	60	OBR
05	132012	Introdução a Economia	04	OPT	-	60	OPT

2º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importancia
06	135011	Introdução a Antropologia	04	OBR	-	60	OBR
07	138649	FHTM 1	04	OBR	136581	60	OBR
08	136484	Política Social	04	OBR	-	60	OBR
09	134473	Teoria Sociologia 1	06	OBR	134465	90	OBR
10	124010	Introdução à Psicologia	04	OBR	-	60	OBR

3º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importancia
11	136638	Movimentos Sociais	04	OBR	-	60	OBR
12	138665	FHTM 2	04	OBR	138649	60	OBR
13	138762	Trabalho e Sociabilidade	04	OBR	136484	60	OBR
14	137553	Introdução a Filosofia	04	OBR	-	60	OBR
15	185035	Introdução a Ciência Política	04	OPT	-	60	OPT

4º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importancia
16	136719	Pesquisa Social 1	04	OBR	136581	60	OBR
17	138894	Seguridade Social 1 – Previdência Social	04	OBR	136484	60	OBR
18	138673	FHTM 3	04	OBR	138665	60	OBR
19	136646	Fundamentos Éticos e Ética Profissional	04	OBR	138665 e 136581	60	OBR
20	136832	Política Social - Trabalho	04	OPT	136484	60	OBS

5º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importancia
21	136999	Pesquisa Social 2	04	OBR	136719	60	OBR
22	136841	Seguridade Social 2 – Saúde	04	OBR	136484	60	OBR
23	138754	Processo de Trabalho e Serviço Social 1	04	OBR	138673	60	OBR
24	Criação	Métodos e Técnicas Quantitativos e Qualitativos em Pesquisa Social	04	OBR	-	60	OBR
25	136816	Infância, adolescência e Cidadania	04	OPT	136484	60	OPT

6º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importancia
26	138711	Estágio em Serviço Social 1	16	OBR	138673 e 136646	240	OBR
27	Criação	Seguridade Social 3 – Assistência Social	04	OBR	136484	60	OBR
28	138819	Processo de Trabalho e Serviço Social 2	04	OBR	138754	60	OBR
29	199851	Direitos Humanos e Cidadania	04	OPT	-	60	OPT

7º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importancia
30	138720	Estágio em Serviço Social 2	16	OBR	138711	240	OBR
31	136727	Planejamento, Administração e Gestão Social	04	OBR	136484	60	OBR
32	136620	Análise de Políticas Sociais	04	OPT	136484	60	OPT
33	136824	Política Social - Educação	04	OPT	136484	60	OBS

8º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importancia
34	136891	PTCC	04	OBR	136999 e 136981	60	OBR
35	criação	Relações Sociais, Família e Serviço Social	04	OPT	-	60	OPT
36	136794	Questão Urbana e Política Habitacional	04	OPT	136484	60	OPT
37	138541	Tópicos Especiais em Política Social	04	OPT	136484	60	OPT
38	criação	Oficina de Supervisão de Estágio em Serviço Social 1	04	OPT	138720	60	OPT

9º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importancia
39	136654	TCC	06	OBR	136891	90	OBR
40	Criação	Envelhecimento e Políticas Sociais	04	OPT	-		OPT
41	136166	Gênero, Raça/Etnia e Política Social	04	OPT	-	60	OPT
42	138924	Práticas de Informática em Serviço Social	04	OPT	136581	60	OPT
43	Criação	Oficina de Supervisão de Estágio em Serviço Social 2	04	OPT	Oficina de Supervisão de Estágio em Serviço Social 1 (criação)	60	OPT

10º SEMESTRE							
Prioridade	Código	Disciplina	Crédito	Modalidade	Pré-requisito	C. Horária	Importancia
44	136786	Tópicos Especiais em Serviço Social	04	OPT	136581	60	OPT
45	136778	Tópicos Especiais em Pesquisa Social	04	OPT	136581	60	OPT

____/____/____
Data

Coordenadora de Graduação

LEGENDA:

PRIORIDADE INFORMAR SEQUÊNCIAL POR PERÍODO (1 2 3 4 5)
CÓDIGO INFORMAR NÚMERO DA DISCIPLINA
DISCIPLINA INFORMAR NOME DA DISCIPLINA
CRÉDITO INFORMAR NÚMERO DE CRÉDITOS
MODALIDADE INFORMAR SE A DISCIPLINA É OBRIGATÓRIA (OBR) OU OBRIGATÓRIA SELETIVA (OBS) OU OPTATIVA (OPT)
IMPORTÂNCIA INFORMAR SE A DISCIPLINA É FUNDAMENTAL (OBR OU OBS) ou COMPLEMENTAR (OPT –RECOMENDADA)

Distribuição de disciplinas por Unidade Acadêmica

Índice

1. Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, disciplinas: 1 optativas(s)
2. Departamento de Antropologia, disciplinas: 1 obrigatória(s)
3. Departamento de Economia, disciplinas: 1 optativas(s)
4. Departamento de Filosofia, disciplinas: 1 obrigatória(s)
5. Departamento de Processos Psicológicos Básicos, disciplinas: 1 obrigatória(s)
6. Departamento de Serviço Social, disciplinas: 23 obrigatória(s), 16 optativa(s)
7. Departamento de Sociologia, disciplinas: 1 obrigatória(s)
8. Instituto de Ciência Política, disciplinas: 1 optativas(s)
9. Instituto de Ciências Sociais, disciplinas: 1 obrigatória(s)

Total de disciplinas: 28 obrigatórias, 19 optativas

1. Disciplinas do Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares – CEAM **no curso de Serviço Social (Noturno)**

199851 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

Análise das condições teóricas e das condições sociais do conhecimento e dos paradigmas filosófico-jurídicos dos direitos humanos. Percepção dos direitos humanos e da cidadania na construção das lutas sociais e na constituição de novos sujeitos de direito. Os movimentos sociais e a emergência de sujeitos coletivos de direito. a cidadania como possibilidade de colocar no social estes novos sujeitos, capazes de criar direitos, como direitos humanos mutuamente reconhecidos e aptos a determinar a sua participação autônoma no espaço da decisão política. Critérios para a elaboração de um programa de direitos humanos na construção e reconstrução das democracias latino-americanas. Experiências de organização, práticas políticas e estratégias sociais de criação de direitos. Educação para os direitos humanos e a cidadania.

Bibliografia Básica:

LESBAUPIN, Ivo. As classes populares e os direitos humanos. Petrópolis. 1ª. Edição. Ed. Vozes, 1984.

SOUZA JUNIOR, José Geraldo de. O direito achado na rua. Brasília. 3ª. Edição. (org) . Ed. UnB, 1990.

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS. Direitos humanos - instrumentos internacionais. Brasília. 1ª. Edição. Editora do Senado Federal, 1990.

DOCUMENTOS DIVERSOS. Movimentos Nacionais de Defesa dos Direitos Humanos - MNDDH. Petrópolis. 1ª. Edição. Coleção Direitos Humanos, vols, 1 e 2. Editora MNDDH, 1990.

LAFER, Celso. A reconstrução dos Direitos Humanos. São Paulo. 1ª. Edição. Editora Cia. Letras, 1988.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. São Paulo. 1ª Edição. Editora Paz e Terra, 1988.

Bibliografia Complementar:

HERSCH, Jeanne . Le droit d'etre un hemme . Recueil de Paris 1a. Edição. Ed. UNESCO, 1968.

BARBOSA, Marco Antônio R. & FESTER, Antônio Carlos Ribeiro (orgs). Direitos Humanos: um debate necessário. São Paulo. 1ª. Edição. Volume 1. Ed. Brasiliense.

MOCA, Jean José & PEREZ, Luís. Direitos Humanos - Pautas para uma educação. Petrópolis. 1ª. Edição. Ed. Vozes, 1990.

ALDUNATE, José. (coord.) Direitos Humanos, direitos dos pobres. São Paulo. 1ª. Edição. Editora Vozes, 1991.

BOBBIO, Norberto. El problema de la paz y las vias de la guerra. Barcelona. 1ª. Edição. Editora Geusa, 1982.

ATIENZA, Manuel. Marx y los Derechos Humanos. Madrid. 1ª. Edição. Editora Mezquita, 1983.

2. Disciplinas do Departamento de Antropologia no curso de Serviço Social (Noturno)

135011 - INTRODUÇÃO A ANTROPOLOGIA, Obrigatória 2º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

Evolução Humana como processo bio-cultural: O inato e o adquirido. Especificidades da Antropologia: a diversidade e o relativismo cultural como campo teórico; o trabalho de campo como metodologia. Variedade temática da Antropologia.

Bibliografia Básica:

MUSSOLINI, Gioconda. Evolução, raça e cultura: Leituras de antropologia física. São Paulo: Companhia. Editora Nacional, 1969.

KEESING, Felix Maxwell. Antropologia cultural: A ciência dos costumes. Rio de Janeiro: Fundo De Cultura, 1961.

SANDERS, William T; MARINO, Joseph. Pré-história do novo mundo: Arqueologia do índio americano. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso; GUDSCHINSKY, Sarah Caroline. Introdução as línguas indígenas brasileiras. Rio de Janeiro: Mus Nacional, 1965.

ZALUAR, Alba. Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: F Alves, 1975.

CLASTRES, Pierre. Sociedade contra o estado: Pesquisas de antropologia política (a). Rio de Janeiro: F Alves, 1974.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: J Zahar, 1986.

RAMOS, Alcida Rita. Sociedades indígenas. São Paulo: Ática, 1986.

Bibliografia Complementar:

YEHUDI, A. Cohen (Editor). Man in Adaptation: The Cultural Presente. Chicago: Aldine Publisher Co, 1968.

OAKLEY, Kenneth P. Mimeo. A Destreza como Propriedade Humana.

GEERTZ, Clifford. O Impacto do Conceito de Cultura sobre o Conceito de Homem. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

CHINOI, Eli. "Sociedade". Verbete do Dicionário de Ciências Sociais. FGV: MEC, 1986.

3. Disciplinas do Departamento de Economia no curso Serviço Social (Noturno)

132012 - INTRODUÇÃO A ECONOMIA, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

Curso discute, em caráter introdutório, questões metodológicas da ciência econômica, abordando, em seguintes temas: noções de microeconomia, estruturas de mercado, a demanda e a oferta; noções de macroeconomia, os agregados macroeconômicos, os modelos macroeconômicos simplificados; noções de economia monetária, as diferentes interpretações da inflação e políticas de estabilização; as relações econômicas internacionais, taxa de câmbio, balanço de pagamento, relações econômicas do Brasil com o resto do mundo e principais problemas.

Bibliografia Básica:

- MANKIW, N.G. Introdução à Economia. Trad. M.J.C.Monteiro. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- GREMAUD, Amaury P., VASCONCELLOS, Marco A. S. & TONETO Jr., Rudinei. Economia Brasileira Contemporânea. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GREMAUD et al., cap 2 ("Contabilidade Nacional e Agregados Macroeconômicos", p.49-75).
- PAULANI, Leda M. & BRAGA, Márcio B. A Nova Contabilidade Social. São Paulo: Saraiva: 2000. Cap. 9 ("Indicadores Sociais", p. 228-256).
- BARROS, R.P. & MENDONÇA, R. "Geração e Reprodução da Desigualdade de Renda no Brasil". Em: IPEA. Perspectivas da Economia Brasileira - 1994. 2v. Brasília, 1993. (p. 471-490).
- SAMUELSON, P. & NORDHAUS, W. Economia. 14ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1993. Cap. 27 ("O Modelo do Multiplicador") (p. 543-569).
- MARCHETTI, Valmor. "Economia Monetária". Em: SOUZA, Nali de J. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 1996.
- GONÇALVES, Flávio. "Balanço de Pagamentos: uma Nota Introdutória". Departamento de Economia da UnB, 2002
- GONÇALVES, Flávio "Taxas de Câmbio e Mercado Cambial, uma Nota Introdutória". Departamento de Economia da UnB, 2002
- VERSIANI, Flávio R.. "O Cenário Econômico Brasileiro: Realidade Atual e Perspectivas". Departamento de Economia da UnB, set./1998.
- VERSIANI, Flávio R. "Tendências Recentes (1998-2002)". Departamento de Economia da UnB, ago./2002
- GREMAUD et al., cap. 18 ("Economia Brasileira Pós-Estabilização: Plano Real", p. 467-500)

Bibliografia Complementar

- SAMUELSON & NORDHAUS, Cap. 26: (Fundamentos da Oferta e da Procura Agregadas) (p. 525-542)
- FREITAS, Paulo Springer de. Regime de Metas para a Inflação no Brasil". Departamento de Economia da UnB, 2002.
- BUGARIN, Mirta. "Regimes Cambiais e Flutuações de Câmbio, Juros e Reservas Internacionais: A Experiência Brasileira Recente". Departamento de Economia da UnB, 2002.

4. Disciplinas do Departamento de Filosofia no curso Serviço Social (Noturno)

137553 - INTRODUÇÃO À FILOSOFIA, 3º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

ORIGEM E NATUREZA DA FILOSOFIA.

Mito e filosofia. A origem da filosofia: os pré-socráticos. Algumas caracterizações gerais da filosofia. Apresentação geral dos temas tradicionais da filosofia. A questão do ser: metafísica, ontologia. A questão do conhecimento: epistemologia. A questão do agir: a ética.

AS QUESTÕES FILOSÓFICAS NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA.

A filosofia antiga: a acento na questão do ser. A filosofia medieval: a questão da razão e da fé. A filosofia moderna: a acento na questão do conhecimento. A revolução científica. Filosofia e ciência. A filosofia contemporânea.

Bibliografia Básica:

COLLINGWOOD, Robin George. Ciência e filosofia. 5. ed. Lisboa: Presença, 1986.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. Convite à filosofia. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995

FOLSCHEID, Dominique; WUNENBURGER, Jean-jacques. Metodologia filosófica. São Paulo: M Fontes, 1997

HOOYKAAS, R. Religião e o desenvolvimento da ciência moderna(a). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988

CHAUÍ, Marilena de Sousa. Primeira filosofia: Lições introdutorias: sugestões para o ensino básico de filosofia. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986

HOLLIS, Martin. Filosofia: Um convite. São Paulo: Loyola, 1996.

IDE, Pascal. A arte de pensar. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Bibliografia Complementar

ABRANTES, Paulo. Imagens da natureza, imagens de ciência. Campinas, Editora Papirus, 1998.

CARRILHO, M.M. O que é filosofia? Lisboa – Portugal. Editora Difusão Cultural, 1994.

DIAS, M.C. O que é filosofia? Ouro Preto . Editora UFOP, 1996.

5. Disciplinas do Departamento de Processos Psicológicos Básicos no curso Serviço Social (Noturno)

124010 - INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA, 2º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

Conceito de psicologia. abordagem geral das principais áreas de estudo e aplicação da psicologia. Noções elementares de metodologia na pesquisa psicológica.

Bibliografia Básica:

GLASSMAN, W. E. & HADAD, M. Psicologia: Abordagens atuais. Tradução de Magda França Lopes. 4ª. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008. (Livro Adotado)

GERRIG, R. J. & Zimbardo, P. G. A psicologia e a vida. Tradução de Roberto Cataldo Costa. - 16a. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005.

HOCKENBURY, D. H. & HOCKENBURY, S. E. Descobrimos a psicologia. Tradução de John Harold Keeling e Eliana Lopes Keeling. Barueri, SP: Editora Manole, 2003.

Bibliografia Complementar

ATKINSON, R. L., ATKINSON, R. C. SMITH, E. E. & BEM, D. J. Introdução à psicologia. Porto Alegre: Artmed, 1995.

BALDWIN, J. D. & BALDWIN, J. L. Psychology of everyday life. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice Hall Inc, 1986.

BAUM, W.M. Compreender o behaviorismo: Ciência, comportamento e cultura (Trad. M.T.A. Araújo, M.A. Matos, G.Y. Tomanari & E.Z. Tourinho). Porto Alegre: Artmed, 1994/2006.

FERREIRA, A. A. L. William James: pragmatismo e psicologia. Mente, Cerebro & Filosofia, 2008.

GUTMAN, G. Consciência e inconsciente: a contribuição do Pragmatismo de William James. Mente, Cerebro & Filosofia, 2008.

RODRIGUES, A. Psicologia social para principiantes. Rio de Janeiro: Vozes; 1992.

STERNBERG, R. J. Psicologia cognitiva. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TODOROV, J.C. A psicologia como estudo de interações. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 1989.

6. Disciplinas do Departamento de Serviço Social **no curso Serviço Social (Noturno)**

(ordenado pelo período da disciplina)

Criação - ECONOMIA POLÍTICA E CAPITALISMO, 1º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

Contexto histórico da Economia Política. Crítica Marxista da Economia Política Clássica. Análise marxiana do modo de produção capitalista: gênese, desenvolvimento e características. O método em Marx. Acumulação, valorização e concentração/centralização do capital. A teoria do valor trabalho. A lei geral da acumulação capitalista. A Teoria Geral de Keynes. Características e tendências do capitalismo contemporâneo.

Bibliografia Básica:

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política, 11ª Edição. Editor DIFEL. São Paulo, 1987.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. Editor Abril Cultural. São Paulo, 1982.

MARX, Karl. Capítulo VI inédito. Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1978.

MARX, Karl. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico. Editora DIFEL. São Paulo, 1980.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. Editora Edições Avante. Lisboa, 1982.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. Editora Abril Cultural. São Paulo, 1982.

NETTO, José. BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. Editora Cortez Editora. São Paulo, 2006.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. Volume I. Editora Nova Cultural. São Paulo, 1988.

ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de o Capital de Karl Marx Editora Contraponto. Rio de Janeiro, 2001.

RUBIN, Isaak. A teoria marxista do valor. Editora Brasiliense. São Paulo, 1980.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. Editora Abril Cultural. São Paulo, 1982.

Bibliografia Complementar:

MANDEL, Ernest. A Crise do Capital; os fatos e sua interpretação marxista. Editora Ed. Ensaio. São Paulo, 1990.

MANDEL, Ernest. Iniciação à teoria econômica marxista. Editora Antídoto. Lisboa, 1978.

NAPOLEONI, Cláudio. Smith, Ricardo, Marx: considerações sobre a história do pensamento econômico, 4ª edição. Editora Ed. Graal. Rio de Janeiro, 1985.

MÈSZÁROS, István. Para além do capital. Editora Boitempo. São Paulo, 2003.

NETTO, José P. Marxismo impenitente. Editora Cortez Editora. São Paulo, 2004.

FILGUEIRAS, Luiz. GONÇALVES, Reinaldo. A economia política do governo Lula. Editor Contraponto. Rio de Janeiro, 2007.

HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos. Editora Companhia das Letras. São Paulo, 1995.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. Editora Guanabara. Rio de Janeiro, 1987.

TEIXEIRA, Francisco. Trabalho e valor: contribuição para a crítica da razão econômica. Editora Cortez Editora. São Paulo, 2004.

PAULANI, Leda. Brasil Delivery: Servidão financeira e estado de emergência econômica. Editora Boitempo Editorial. São Paulo, 2008.

KEYNES, John. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Editora Nova Cultural. São Paulo, 1985.

136581 - INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL, 1º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

As condições sócio-históricas do processo de profissionalização do Serviço Social no Brasil e suas interpretações. Serviço Social e a produção e reprodução das relações sociais. A natureza do Serviço Social, áreas e campos de atuação profissional. As perspectivas e demandas contemporâneas para o trabalho do Assistente Social. O mercado de trabalho no Distrito Federal. As formas de organização política e acadêmica dos profissionais de Serviço Social.

Bibliografia Básica:

CHUAIRI, Sílvia Helena. Assistência jurídica e Serviço Social: reflexões interdisciplinares. Serviço Social e Sociedade, nº 67, ano XXII, 2001 (Especial. Temas sócio-jurídicos). São Paulo : Cortez Editora, p.124-144.

LESSA, Sérgio. O processo de produção/reprodução: trabalho e sociabilidade?. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2. Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999. pp.19-33.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1988 (Capítulo II. pp. 71-123).

IAMAMOTO, Marilda Villela. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica?. In: SALES, Mione Apolinário, MATOS, Maurílio Castro e LEAL, Maria Cristina.

Política Social, família e juventude: uma questão de direitos. 2. ed. ? São Paulo:Cortez, 2006.

ALENCAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas?. In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.449-460.

YAZBECK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. pp. 341-375.

OLIVEIRA, H. M.J. Cultura Política e Assistência Social: desafios à consolidação de uma singular política pública no âmbito da proteção social. In: Revista SER SOCIAL 12 pag 9 a 36. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Departamento de Serviço Social v.1 nº1. Brasília: UnB, 1998.

AMARAL, A. S. & CESAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas fundações empresariais. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. pp. 429-445.

PEREIRA, Potyara A. P. A política social no contexto da seguridade social e do Welfare State: a particularidade da assistência social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez Editora.

PIANA, Maria Cristina. Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam. In: Serviço Social & Realidade, Franca, v,18, nº2, p. 173-196, 2009

RAMOS, Sâmya Rodrigues. Organização política dos(as) assistentes sociais brasileiros (as): a construção histórica d um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional. In: Serviço Social e Sociedade, nº88, São Paulo, Cortez, 2006.

CFESS. O CFESS e os desafios político-profissionais do Serviço Social. In Serviço Social e Sociedade, nº 95, São Paulo, Cortez, 2008.

BRAZ, Marcelo e MATOS, Murilo. 30 anos de rearticulação do movimento estudantil em Serviço Social. In Serviço Social e Sociedade, nº 96. São Paulo, Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar

COSTA, Maria Dalva Horácio. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. In: Serviço Social e Sociedade, nº62, ano XXI, março de 2000 (Processo de Trabalho e Assistência Social). São Paulo: Cortez, pp. 35-72.

RAMOS, Sâmya R. Organização política dos (as) assistentes sociais brasileiros (as): a construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional. In Serviço Social e Sociedade, nº 96. São Paulo, Cortez, 2008.

Social e Sociedade, nº 88, São Paulo, Cortez, 2006

DA PAZ, Rosângela Dias Oliveira. As Organizações Não-Governamentais e o trabalho do assistente social. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2. Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999 pp. 193-202.

ESTEVAZO, Ana Maria R. O que é Serviço Social? Coleção Primeiros Passos. 6 ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos vulneráveis. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD, 2000, pp. 216-224.

OLIVEIRA, J. L. O Processo de trabalho do Assistente Social e sua abordagem com moradores de rua. (Internet).

Pesquisa populacional e rua. MDS/SAGI

SBABO, Monica Mary. Serviço Social como trabalho e Profissão no Poder Judiciário. Dissertação de Mestrado, Capítulo 3 (pags. 119 a 165), 2005.

VASCONCELOS, Ana Maria de. A prática do Serviço Social. Cotidiano, forma e alternativas na área da saúde. São Paulo: Cortez. 2006.

YASBECK, Carmelita. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2. Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999. p.87-99

YAZBECK, Maria Carmelita. A Assistência Social na prática profissional: história e perspectiva. Serviço Social e Sociedade, nº85, ano XXVII, março 2006 (ótica, execução de políticas, democracia participativa). São Paulo: Cortez Editora, pp. 123-132

YAZBEK, Maria Carmelita. Análise da Matriz Técnico-Methodológica do Serviço Social no INSS (1995), considerando a política previdenciária, suas determinações socio-históricas e o projeto hegemônico do Serviço Social. In: BRAGA, Lea; CABRAL, Maria do Socorro Reis (orgs.). O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes. São Paulo : Cortez, 2007. (p. 115-136).

CFESS. Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Brasília-DF, 2009 (Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais).

TRINDADE, Rosa Lúcia Prades & SOARES, Ana Cristina Ferreira. Saber e Poder profissional do Assistente Social no Campo sociojurídico. In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. 29 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ).

NETTO, José Paulo. As transformações contemporâneas e Serviço Social. In. Serviço Social e Sociedade nº 50. São Paulo, Cortez, 1996.

NOGUEIRA, V.M.R & MIOTO, R.C. Desafios atuais do Sistema Único de Saúde SUS e as exigências para os assistentes sociais. Pag 218 a 241. In: MOTA, A.E et a. (Orgs). Serviço Social e Saúde. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

CFESS. Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Brasília-DF, 2009 (Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais).

SILVA, Ademir Alves da. O Serviço Social na Previdência Social: entre a necessidade social e o benefício. In: BRAGA, Lea; CABRAL, Maria do Socorro Reis (Orgs). O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes. São Paulo: Cortez, 2007 pp. 15-36

NEVES, E.R. & SILVA, M.J da. Previdência Social: construção da prática do Serviço Social. In: BRAGA, Lea; CABRAL, Maria do Socorro (Orgs). O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes. São Paulo:Cortez, 2007 pp. 94 a 114.

MATOS, Maurício Castro de. Assessoria e consultoria: reflexões para o Serviço Social. Pag. 29 a 57. In: BRAVO, M.I. & MATOS, M. C. (Orgs.). Assessoria, Consultoria & Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine Rosseti; RAMOS, Sílvia Rodrigues. O protagonismo da ABEPSS e no presente: 30 anos de lutas. IN: CFESS, CRESS 9ª Região, ABEPSS, ENESSO (Orgs). 30 anos de Congresso da Virada. Brasília, 2009.

REIS, Marcelo Braz Moraes. Notas sobre o Projeto Ético-político do Serviço Social, CRESS 7ª Região de RJ. Assistente Social: Ética e direitos. Coletânea de leis e resoluções. Agosto 2002.

138738 - QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL, 1º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

O processo de produção e reprodução da questão social na sociedade capitalista. As determinações históricas de sua gênese e transformação. As particulares expressões no Brasil e suas manifestações contemporâneas. Exploração do trabalho e desigualdade social. Questão social e lutas de classes. A qualificação teórica do debate acerca da categoria "questão social" e suas expressões. A questão social como objeto de intervenção do serviço social e estratégias de enfrentamento.

Bibliografia Básica:

Marx, Karl. O Capital. Livro I. tomo 2. cap XXIII. Editora Abril. São Paulo, 1984.

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. Cap. 1: As condições histórico-sociais da emergência do Serviço Social. 1ª Edição. Editora Cortez. São Paulo, 1992.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Cap. V e VIII, 7ª trad. Br. Editora Vozes. Petrópolis, 2008.

ROSANVALLON, Pierre. A Nova questão social, 1ª trad. Br. Editora Instituto Teotônio Vilela. Brasília, 1998.

IANNI, Octávio. A questão social. ____ In: A idéia de Brasil moderno. Editora Brasiliense. São Paulo, 2004.

PASTORINI, Alejandra. A categoria questão social em debate, 2ª Edição. Editor Cortez. São Paulo, 2007.

Bibliografia Complementar

Revista Temporalis, nº 3, 1ª Edição. Editora ABEPSS. Brasília, 2001.

CASTEL, Robert. "As transformações da questão social", in Desigualdade e a Questão Social. Editora Educ. São Paulo, 1997.

TELLES, Vera da Silva. "A nova questão social brasileira", in Revista Praga, nº 6. Editora Jinkings Editores Associados. São Paulo, 1998.

Revista SER SOCIAL: Exclusão Social e Situações de Risco. Editora SER/UnB. Brasília, 1998.

ABREU, Haroldo. Para além dos direitos: cidadania e hegemonia no mundo moderno. Editor UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. Serviço Social em Tempo do Capital Fetiche, 3ª Edição. Editora Cortez. São Paulo, 2008.

138649 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL 1 , 2º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136581 - INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL

Emergência e expansão do capitalismo monopolista. A nova geopolítica mundial, a guerra fria e o desenvolvimentismo. O surgimento do Serviço Social na Europa e nos EUA. O Serviço Social na América Latina e as influências do empirismo, do humanismo cristão, do positivismo, do funcionalismo e do estruturalfuncionalismo. Análise crítica da produção teórico-metodológica da profissão: Serviço Social de Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade.

Bibliografia Básica:

AMMANN, Safira Bezerra. Ideologia do desenvolvimento de Comunidade no Brasil. 5ª ed. São Paulo. Cortez, 1985.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. Serviço Social e Relações Sociais: esboço de interpretação histórico-metodológica. 15ª ed. São Paulo. Cortez, 2003.

CASTRO, Manuel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. 6ª ed. São Paulo. Cortez, 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: identidade e Alienação. 2ª ed. São Paulo. Cortez, 1991.
FALEIROS, Vicente de Paula. Metodologia e Ideologia do Trabalho Social: crítica ao funcionalismo. 10a ed. São Paulo. Cortez, 2007.
KONOPKA, Gisela. Serviço Social de Grupo. 3ª. Ed. Rio de Janeiro. Zahar, 1974.
RICHMOND, Mary E. Diagnóstico Social. 1ª ed. Rio de Janeiro. Agir, 1971.
VIEIRA, Balbina Ottoni. Serviço Social: Processos e técnicas. 5ª. ed. Rio de Janeiro. Agir, 1981.
SILVA, Ivone Maria Ferreira da. Questão social e serviço social no Brasil: fundamentos sóciohistóricos. Cuiabá. UFMT, 2008.
WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade. 2ª ed. São Paulo. Cortez, 1998.
BARTLETT, Harriett Moulton. A Base do Serviço Social. 2. ed. São Paulo. Pioneira, 1979.
RICHMOND, Mary. Caso social Individual. Buenos Aires. Hvmantitas, 1922.
TORRES, Zélia. GRUPO instrumento de Serviço Social. 2 ed. Petrópolis. Vozes, 1978.
QUIROGA, Consuelo. Invasão Positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social. São Paulo. Cortez, 1991.
VIEIRA, Balbina Otoni. Uma pioneira do Serviço Social: Mary Ellen Richmond. In Serviço Social ? precursores e pioneiros. Rio de Janeiro. Agir, 1984.

Bibliografia Complementar

VIEIRA, Balbina Otoni. História do Serviço Social: contribuições para a construção de sua teoria. 2ª ed. Rio de Janeiro. Agir, 1978.
BOSCHI, Caio Cesar. Por que estudar história. 1ª ed. São Paulo. Ática, 2007.
ESTEVAO, A. M. R. O que é o serviço social. Rio de Janeiro. Brasiliense, 2005.
IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. 7ª ed. São Paulo. Cortez, 2004.
SILVA, M. OZANIRA da Silva e Silva. O Serviço Social e o Popular. São Paulo. Cortez, 1995.
NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconstrução: 40 anos depois. In Serviço Social e Sociedade. Nº 84. São Paulo. Cortez, 2005.
SILVA, Ilda Lopes Rodrigues. Mary Richmond: um olhar sobre os fundamentos do Serviço Social. Rio de Janeiro. CBCISS, 2004.
LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 3 ed. São Paulo. Atlas, 1991.
BUGALHO, Leila Maria Vieira. A relevância do social na construção teórica de Mary E. Richmond. Debates Sociais. Nº 27, ano XIV. Rio de Janeiro. Debates Sociais, 1978.

136484 - POLÍTICA SOCIAL, 2º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

As políticas sociais nas sociedades capitalistas e a questão da cidadania. As interpretações sobre concepção, natureza e desenvolvimento das políticas sociais nos seguintes paradigmas: marxismo, liberalismo clássico, neoliberalismo e social-democracia. O capitalismo monopolista e a emergência e desenvolvimento do "welfare state" europeu e das políticas sociais brasileiras. O debate sobre a "crise" das políticas sociais. Contribuição do Serviço Social na produção e redimensionamento do conhecimento teórico-prático da política social.

Bibliografia Básica:

PEREIRA, Potyara A. P. As vicissitudes da pesquisa e da teoria em política social? In Revista Ser Social nº 9 Brasília, 9, SER/UnB, 2001.
BEHRING, Elaine e BOSCHETTI, Ivanete Política Social: Fundamentos e História. São Paulo, 6ª, Cortez, 2007.
BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? Serviço Social e Sociedade, v. 79. São Paulo. Cortez, 2004.
FALEIROS, Vicente. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In ABEPSS, CFESS e CEAD-UnB, Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 3. Brasília, 1a, CEAD/UnB, 2000.
MARSHAL, T.H. O que é Política Social? Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
SADER, Emir (org.) Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo.

Paz e Terra, 1995.

PEREIRA, Potyara A. P. "O Serviço social frente ao projeto neoliberal : em defesa das políticas públicas e da democracia", in A Assistência social na perspectiva dos direitos : crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília. Thesaurus, 1996.

Bibliografia Complementar

BEHRING, Elaine. Política Social no Capitalismo Tardio. São Paulo. 1ª ed. Cortez, 1998.

FALEIROS, Vicente. O que é Política Social? São Paulo. 4ª. Brasiliense, 1989.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. "O futuro do welfare state na nova ordem mundial", in Revista Lua Nova nº 35, São Paulo. Marco Zero/CEDEC, 1995.

BEHRING, Elaine. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo. 1ª, Cortez, 2003.

OFFE, Claus, "Algumas contradições do Estado social moderno". In Trabalho e Sociedade. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1984.

NAVARRO, Vicente. Neoliberalismo y Estado del bienestar. Capítulo 2. Barcelona. Ed. Ariel, 1998.

138665 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL 2, 3º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 138649 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL 1

Contexto Político Econômico da América Latina no período de 1960 a 1980. Emergência do projeto neoliberal nos países de capitalismo central. Transformações no modelo de Welfare State. O movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. As sistematizações teórico-metodológicas da profissão no período: os Seminários de Teorização do Serviço Social, o Método BH, aproximação ao pensamento fenomenológico e a incorporação da tradição marxista. A análise crítica do Movimento de Reconceituação.

Bibliografia Básica:

HOBSBAWN, Eric. Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: companhia das letras, 1995. Capítulos 8 e 9.

NOVAES, Carlos E. e RODRIGUES, Vilmar. Capitalismo para Principiantes, SP, Ática, 2005, 27ª edição, capítulos 12 e 13.

IAMAMOTO, Marilda V. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. São Paulo: ed. Cortez, 1992 pp17/39.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Ed. Cortez, 1991, cap. 2 (itens 2.1 até 2.3.3), pp. 117-201

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Ed. Cortez, 1991, cap. 2 (itens 2.1 até 2.3.3), pp. 117-201

SILVA, M. Ozanira da Silva e. (Coord.) O Serviço Social e o Popular. Cortez: SP, 1995, capítulo 2 e 3, pp. 71-297.

IAMAMOTO, Marilda V. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. São Paulo: ed. Cortez, 1992, pp. 17/39

SANTOS, Leila Lima. Textos do Serviço Social, SP, Cortez, 1987, pp. 11-106

FALEIROS, Vicente de Paula. Metodologia e Ideologia do Trabalho Social. Cortez: SP. 1997, cap. 8, pp. 113- 142.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Ed. Cortez, 1991, cap. 2 (itens 2.5 até 2.5.5), pp. 247-301.

IAMAMOTO, Marilda V. O debate contemporâneo da reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo. In: O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Ed. Cortez, 2ª edição, cap. 2, 1999, pp. 201/249.

Bibliografia Complementar

SILVA, Ademir Alves. As relações Estado-sociedade e as formas de regulação social. In:

Capacitação em Serviço Social e Política Social, mod. 2, Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999, pp. 55 a 71.

DOCUMENTO DE ARAXÁ. In: Revista Debates Sociais, número especial, 1967

DOCUMENTO DE TERESÓPOLIS. Metodologia do Serviço Social II Seminário de 10 a 17 de janeiro de 1970. In: VIEIRA, Balbina O. Teorização do Serviço Social: documento de Teresópolis. Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) Rio de Janeiro: Agir, 1988.

DOCUMENTO DO ALTO DA BOA VISTA. In: Teorização do Serviço Social: Documento do Alto da Boa Vista. Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) Rio de Janeiro: Agir, 1988.

ALMEIDA, A. A. Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1989, pp. 113/135.

CARVALHO, Anísia de Souza. Metodologia da entrevista – uma abordagem fenomenológica. Rio de Janeiro: ed. Agir, 1991, pp. 9/35.

PAVÃO, Ana Maria Braz. O Princípio de autodeterminação em Serviço Social: visão fenomenológica, SP, Cortez, 1981

136638 - MOVIMENTOS SOCIAIS, 3º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

As particularidades da formação do capitalismo no Brasil e as classes sociais. Democracia e Cidadania. Processo de formação dos Movimentos Sociais na dialética singular/particular/universal. A estrutura fundiária (concentração da propriedade e o processo de reforma agrária), os conflitos e a luta de classes. Debate sobre os “antigos” e “novos” movimentos sociais. A relação Estado, classes e movimentos sociais na contemporaneidade brasileira (a relação entre público e privado e a emergência de espaços públicos não-estatais). A relação Estado, classes e movimentos sociais na contemporaneidade brasileira (a relação entre público e privado e a emergência de espaços públicos não-estatais). Movimentos sociais no Brasil e no DF.

Bibliografia Básica:

COUTINHO, Carlos N. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Ed. Campus. Cap. 5: Teoria Ampliada do Estado. (p.73-88)

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução Ciro Mioranza. São Paulo. Escala Educacional, 2009.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e Construção Democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. Evelina Dagnino (org.). São Paulo: Paz e Terra, 2002, pp. 279-301.

DURIGUETTO, M.L. Sociedade civil e democracia: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007, pp. 48-67.

_____. Ofensiva capitalista, despolitização e politização dos conflitos de classe. In.: Temporalis, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – ano VIII, nº 16 – dez. 2009.

LUKÁCS, G. História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista. Tradução: Rodnei Nascimento; revisão da tradução Kanira Jannini. – São Paulo: Martins Fontes, 2003. (pp. 133 – 148).

MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista; prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.

PONTES, Reinaldo N. Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria e sua apropriação pelo serviço social. 2 ed. Ver. – São Paulo: Cortez, 1997. (pp. 76 – 88).

MONTAÑO, C. e DURIGUETTO, M.L. Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortez, 2010. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 5 – p. 98 a 103).

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, pp. 270-277, 2002.

TONET, I. Cidadão ou homem livre? In.: Democracia ou Liberdade. <http://www.ivotonet.xpg.com.br/>

YAZBEK, M^a Carmelita. Terceiro Setor e Despolitização. In.: Revista Inscrita, ano III n^o 6. CEFSS, Brasília, 2000.

Bibliografia Complementar

- BEHRING, E. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. In.: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, 2009.
- COUTINHO, C.N. Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo, Cortez, 1994.
- DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: Novas Leituras. Sônia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (orgs.). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000, pp. 61-102.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.
- GONH, Maria da Glória. Novas Teorias dos movimentos sociais. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- GRAMSCI, A. Cadernos do Cárceres. Ed. Civilização Brasileira. Volumes 01, 02, 03, 04, 05 e 06.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro, Vol. I. Tradução Reginaldo Sant'Anna .24^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MAZZEO, A.C. Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. São Paulo, Cortez, 1997.
- PORTEELI, H. Gramsci e o bloco histórico; tradução de Angelina Peralva, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6^a edição, 2002.
- SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica. 3^a ed. Florianópolis, Editora da UFSC, 1989.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais. 2^a ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- STEDILE, JP. (Org.) & DOUGLAS, E. (assistente de pesquisa). A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960. 1 ed. - São Paulo: expressão popular, 2005.
- WOOD, Ellen M. Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2^a edição, 2010.

138762 - TRABALHO E SOCIABILIDADE, 3^o período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136484 - POLÍTICA SOCIAL

A centralidade do trabalho na constituição da sociabilidade humana. O trabalho na sociedade capitalista: produção socializada e apropriação privada da riqueza. Processos de trabalho. Trabalho produtivo e improdutivo; abstrato e concreto. Polêmicas sobre a crise da sociedade do trabalho na era da globalização. A divisão sexual e social do trabalho: reprodução e produção, articulação das dimensões de classe e gênero, atuais metamorfoses da discriminação de gênero no mundo do trabalho.

Bibliografia Básica:

- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho ? Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7^a Reimpressão. Perdizes/São Paulo. Boitempo, 2005.
- OFFE, Claus. Trabalho e Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "Sociedade do Trabalho". 1^a ed. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1989.
- CATTANI, Antonio D. (org.). Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia. 4^a ed. revista e ampliada. Porto Alegre / Petrópolis. UFRGS e Vozes, 2002.
- ROSSO, Sadi D. Mais Trabalho! - A intensificação do labor na sociedade contemporânea. 1^a ed. São Paulo. Boitempo, 2008.
- MASI, Domenico de. O futuro do trabalho - Fadiga e ócio na Sociedade Pós-Industrial. 4^a ed. Brasília. UnB, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 10ª ed. São Paulo. Cortez e UNICAMP, 2005.

Bibliografia Complementar

IANNI, Octavio. Teorias da Globalização. 14ª edição. Rio de Janeiro. Civilização, 2007.
ARAÚJO, Clara & SCALON, Celi. Gênero, família e trabalho no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro. FGV, 2005
DUPAS, Gilberto. Economia Global e Exclusão Social. 3ª ed. São Paulo. Paz e Terra, 2001.
ALVES, Giovanni. O Novo (e precário) Mundo do Trabalho. 1ª Reimpressão. São Paulo. Boitempo, 2005.
SANTANA, Marco A. & RAMALHO, José R. (orgs.). Além da Fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. 1ª ed. Perdizes/São Paulo. Boitempo, 2003.
HIRATA, Helena. Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. 1ª ed. Perdizes/São Paulo. Boitempo, 2002.

136646 - FUNDAMENTOS ÉTICOS E ÉTICA PROFISSIONAL, 4º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 138673 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL 3

Os fundamentos ontológicos da dimensão ético-moral da vida social. A construção da ética profissional, a deontologia e a diceologia: valores e implicações no exercício profissional. A trajetória da ética na história do Serviço Social. A construção e significado do projeto ético-político profissional. A Lei de Regulamentação da profissão, o Código de Ética Profissional e as Diretrizes Curriculares. Os Princípios da Ética em Pesquisa e suas implicações para intervenção de assistentes sociais.

Bibliografia Básica:

BARROCO, Maria Lúcia Barroco. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo . Ed Cortez, 2001.
BONETTI, Dilséa Adeodata (org.). Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis. 10ª edição. São Paulo. Cortez, 2009.
NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 7ª edição. São Paulo. Ed Cortez, 2009.
NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: Uma análise crítica do Serviço social no Brasil pós-64. 13ª edição. São Paulo. Cortez, 2009.
HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. 8ª edição. São Paulo. Ed. Paz e Terra, 2000.
COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios. 2ª edição. São Paulo. Cortez, 1996.

Bibliografia Complementar

CHAUÍ, Marilena. Convite a filosofia. 9ª edição. São Paulo. Ática, 1997.
VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. 14ª edição. Rio de Janeiro. Civ. Brasileira, 1997.
AGUIAR, Antonio Geraldo de. Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá. 5ª edição. São Paulo. Ed. Cortez, 1995.
SANTOS, Silvana Mara. Direitos, desigualdades e diversidade In: BOSCHETTI, Ivanete et al. Política Social no capitalismo tendências contemporâneas. 2ª edição. São Paulo. Cortez, 2009.

138673 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL 3, 4º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 138665 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL 2

Reestruturação capitalista e hegemonia do projeto neoliberal: as bases de organização do trabalho e das relações Estado-sociedade a partir dos anos 90. O redimensionamento da profissão ante as transformações societárias e a construção do projeto político profissional. As sistematizações teórico-metodológicas a partir do marxismo. As polêmicas teórico-metodológicas no Serviço Social.

Bibliografia Básica:

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. A organização político sindical dos assistentes sociais: trajetória de lutas e desafios contemporâneos. Revista Serviço Social e Sociedade No 97. São Paulo, Cortez, 2009.

ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo, Cortez, 2002. Págs.17 a 38.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em Contra-Reforma, desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo. Cortez, 2003 (Capítulos 1 e 2)

_____. SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. Questão social e direitos. In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009. p. 268 a 283.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. Exame de proficiência: uma estratégia inócua. In Serviço Social e Sociedade. No 94. São Paulo. Cortez, 2008. pgs 5 a 21.

DALLARUVERA, Margareth Alves. ALVARENGA, Mariza Pereira. Por que Fenas? A história contada por seus protagonistas. Revista Serviço Social e Sociedade No 92. São Paulo, Cortez, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. Capítulo 9. São Paulo. Cortez. 2002. Capítulo 1 a 3. Págs. 11 a 65.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. Serviço Social na contemporaneidade: pedagogia para a construção de hegemonia. 2º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Belo Horizonte, CRESS 6ª Região, 2009.

IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo, Cortez, 15ª edição, 2003. Capítulo II - O Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais. págs: 71 a 86

_____. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 5ª edição, 2001. Págs: 15 a 71.

Neto, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo, Cortez, 4ª edição, 2005. Capítulo 2.

KOIKE, Marieta. As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade. Caderno de capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2. Brasília, UNB, 1999. Págs. 101 a 118.

MOTA, Ana Elisabete. Crise capitalista e as transformações na produção capitalista. In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009. pgs.52 a 67

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. in Serviço Social e Sociedade No 50. Págs.87 a 106.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. Formas de Organização política do Serviço Social. Revista Serviço Social e Sociedade No 88. São Paulo, Cortez, 2006.

RODRIGUES, Mavi. Exame de proficiência e Projeto Profissional: um debate sobre o futuro do Serviço Social. In Serviço Social e Sociedade. No 94. São Paulo. Cortez, 2008. pgs. 22 a 37.

YASBEK, Maria Carmelita. Classes Subalternas e Assistência Social. São Paulo. Cortez, 4ª edição, 2003. págs. 49 a 74.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do

trabalho. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I, vol.1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TAVARES, Maria Augusta. Acumulação, trabalho e desigualdades sociais. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais – Brasília:CFESS/ABEPSS, 2009.

136719 - PESQUISA SOCIAL 1, 4º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136581 - INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL

A especificidade do conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas: 1. a distinção entre conhecimento acadêmico e senso comum; 2. os principais métodos e abordagens na investigação em Pesquisa Social. A estrutura metodológica do projeto de pesquisa. Pesquisa bibliográfica e fontes confiáveis. Bibliotecas virtuais. Etapas da construção do projeto: revisão bibliográfica, tema, problema, objetivo e hipótese. Técnicas qualitativas, quantitativas, mistas e sequenciais. A importância da pesquisa e do uso de evidências para a intervenção social. Ética na pesquisa. Exercício de elaboração de projeto de pesquisa.

Bibliografia Básica:

CRESWELL, John. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre, 2a, Artmed Bookman, 2007.

BOOTH, Wayne; COLOMB, Gregory; WILLIAMS, Joseph. A arte da pesquisa. São Paulo, 2a, Martins Fontes, 2008.

POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean; GROULX, Lionel; LAPERRIERE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, 1a, Vozes, 2008.

RICHARDSON, Roberto. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. São Paulo, 3a ed. Atlas, 1999.

Bibliografia Complementar

138894 - SEGURIDADE SOCIAL 1 - PREVIDÊNCIA SOCIAL, 4º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136484 - POLÍTICA SOCIAL

A trajetória histórica da previdência nas sociedades capitalistas. A origem e o desenvolvimento da seguridade social nos países do capitalismo central. A relação entre previdência social e trabalho. A trajetória histórica da previdência social no Brasil. A relação entre a previdência social e as políticas de assistência social e saúde. O sistema de seguridade social instituído na Constituição brasileira de 1988 e as suas implicações na previdência social. O orçamento da seguridade social: financiamento e alocação de recursos. Bases conceituais e legais, princípios e diretrizes, natureza e alcance dos direitos, estrutura organizacional e mecanismos de gestão, funções e beneficiários. Contexto das reformas da previdência no Brasil. Principais argumentos e orientações da reforma da previdência social no Brasil. A contribuição do Serviço Social na produção do conhecimento teórico-prático da política de previdência social.

Bibliografia Básica:

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social e trabalho. Brasília. Editora UnB, 2006.

MOTA, Ana Elizabete. Cultura da crise e seguridade social. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 2ª ED. São Paulo. Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Jaime .TEIXEIRA, Sonia Fleury. (Im) Previdência social: 60 anos de história da previdência no Brasil. Petrópolis. Vozes, 1985.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e seguridade social no Brasil. São Paulo. Cortez, 2010.

CASTEI, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. 2ª Ed. Petrópolis,

RJ. Vozes, 1999.

FAGNANI, Eduardo. HENRIQUE, Wilnês. LÚCIO, Clemente. Previdência social: como incluir os excluídos? São Paulo. LTR, 2008.

FALEIROS, Vicente. A Política Social do Estado Capitalista: As Funções da Previdência e Assistência. 8ª ed. São Paulo. Cortez, 2000.

Bibliografia Complementar

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. Serviço Social e Sociedade, v. 87, p. 25-57. São Paulo. Cortez, 2006.

TEIXEIRA, Sônia Fleury. Estado sem Cidadão. Rio de Janeiro. Fiocruz, 1994.

VIANNA, Maria Lúcia Werneck. A Americanização (perversa) da seguridade social brasileira. Rio de Janeiro. Revam, 1998.

BARR, Nicholas. Reforma das previdências: mitos, verdades e escolhas políticas. In: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (Org.). A economia política da previdência. Brasília. PARSEP/MPAS/SPS, 2001.

BEVERIDGE, Sir William. O Plano Beveridge : relatório sobre o seguro social e serviços afins. Rio de Janeiro. Joselyn Olympio, 1943.

BEHRING, Elaine. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo. Cortez, 2003.

MALLOY, James. Política de previdência social no Brasil. São Paulo. Graal, 1976.

BOSCHETTI, Ivanete. Implicações da Reforma da Previdência Social na Seguridade Social Brasileira. Revista Psicologia e Sociedade, vol. 15, n. 1. São Paulo. ABRAPSO, 2003.

NAVARRO, Vincenç. Bienestar insuficiente, democracia incompleta. Barcelona. Editorial Anagrama, 2002.

IPEA. Políticas Sociais: acompanhamento e análise, nº 13, edição especial. Brasília. IPEA, 2007

SALVADOR, Evilásio. BOSCHETTI, Ivanete. A reforma da previdência social no Brasil e os impactos sobre o mercado de trabalho. Serviço Social e Sociedade, p. 114-139, julho. São Paulo. Cortez, 2002.

SOARES, Laura. Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina. Petrópolis. Vozes, 2001.

Criação 4 - MÉTODOS E TÉCNICAS EM PESQUISA SOCIAL, 5º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

A relação entre técnicas, produção do conhecimento e intervenção social. As técnicas de pesquisa como instrumento de intervenção social e a crítica ao tecnicismo. Hipóteses e teste de hipóteses. Definição de indicadores sociais. Índices e medidas. Construção e análise de tabelas. Distribuição de frequência, análise bivariada e multivariada. Representações gráficas. Medidas de tendência e de dispersão. Relação de causalidade. Significância, validade e representatividade. As diferentes técnicas qualitativas. A diferença entre técnicas qualitativas de levantamento de dados e análise qualitativa dos dados. Análise de conteúdo. Validação e confiabilidade dos dados.

Bibliografia Básica:

POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean; GROULX, Lionel; LAPERRIERE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro, A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos, Petrópolis, 1a, Vozes, 2008

BARBETTA, Pedro, Estatística Aplicada às Ciências Sociais, SC, 7 ed. UFSC, 2007.

LEVIN, Jack; FOX, James. Estatística para Ciências Humanas, São Paulo, 9 ed. Prentice Hall Brasil, 2004.

GIBBS, Graham, Análise de Dados Qualitativos, Porto Alegre, 1 ed. Artmed, 2009

Bibliografia Complementar

136999 - PESQUISA SOCIAL 2, 5º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136719 - PESQUISA SOCIAL 1

Levantamento de dados empíricos. Elaboração do instrumento de pesquisa. Pré-teste para validação do instrumento. Ética na pesquisa. Implementação do projeto de pesquisa elaborado em Pesquisa 1. Análise dos dados. Técnicas de contração, codificação, amostragem teórica e saturação dos dados. Análise de conteúdo. Validação e confiabilidade dos dados. Comunicação científica, plágio, citação e paráfrase. Seções de um relatório de pesquisa. Resumo e resumo expandido. Normalização bibliográfica. Elaboração e apresentação do relatório de pesquisa.

Bibliografia Básica:

GIBBS, Graham. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre; Artmed Bookman, 2009.

MEDEIROS, João. Redação científica : a redação de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2009.

STRAUSS, Anselm & CORBIN, Juliet. Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Bibliografia Complementar:

SORIANO, R. Manual de pesquisa social. Petrópolis: Vozes, 2004.

138754 - PROCESSO DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL 1, 5º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 138673 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL 3

Categoria trabalho. Natureza do trabalho do assistente social. O assistente social como trabalhador. Relações de poder e suas repercussões no trabalho profissional. Relações institucionais e condições de trabalho do assistente social na estrutura e dinâmica institucional: as políticas institucionais e a consecução de programas sociais. Construção e uso de instrumentos técnico-operativos. Elaboração de indicadores da situação, da ação profissional e seus resultados. Assessoria, consultoria e supervisão de programas e projetos sociais. Parcerias e terceirização nos processos de atenção social no plano público e privado. Trabalho com redes sócio-institucionais. Documentação profissional.

Bibliografia Básica:

ALBORNOZ, Suzana. O que é Trabalho? São Paulo: Brasiliense, 2004. pp.43-96.

LESSA, Sérgio. Serviço Social e Trabalho: Do que se trata? Temporalis/ABEPSS 2. V.1 (Jul/Dez 2000). Brasília: ABEPSS, 2000.

IAMAMOTO, Marilda V. Trabalho e Serviço Social: o redimensionamento da profissão ante as transformações societárias recentes (Parte II). In: O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 2000. pp.83-149.

TRINDADE, R. L. P. Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo do Serviço Social. In: VII ENPESS - O Serviço Social e a Questão Social. Direitos e Cidadania. Anais, Vol, I, Brasília: ABEPSS, 2000.

PRATES, Jane Cruz. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de inspiração marxiana. In: Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 2, ano II, dez. 2003.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. Tese de doutorado ? Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

MATTOS, Maurílio Castro de Mattos. Assessoria, Consultoria, Auditoria, supervisão técnica. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. pp. 513-529.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. Execução e avaliação de políticas e programas sociais.

Capacitação em Serviço Social e política social: módulo 4: O trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais ? Brasília: UnB, Cead, 2000 pp.65-75

COHEN, Ernesto & FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. (cap. IV e VI) pp. 72-84 e 108-117.

JANUZZI, Paulo M. Indicadores Sociais no Brasil. Campinas, Alínea/PUC-Campinas, 2003. pp. 13 a 36.

MARX, K. Capítulo Inédito D?Capital: processo de trabalho e processo de valorização. Volume I, parte 3ª, capítulo V. Ed. Nova Cultura, São Paulo, 1989.

IAMAMOTO, M.V. O Serviço Social em processos de Trabalho. In: Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional. Ed. Cortez, 2ª edição, São Paulo, 2001;

AMARAL, A. S. & CESAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas fundações empresariais. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Bibliografia Complementar

IAMAMOTO M.V. O trabalho do Assistente Social frente À s Mudanças do Padrão de Acumulação e de Regulação Social in Reprodução Social em. Brasília, CFESS e ABEPSS e CEAD UnB, Brasília, 1999

ALBIERO. C.M . MUNIZ. Instrumental Técnico Operativo do Serviço Social

GRANNEMANN. S. Processo de Trabalho e Serviço Social. Brasília, CFESS e ABEPSS e CEAD UnB , 1999

BARBOSA. GONÇALVES. PEREIRA. M.G. C. DIREITO E SERVIÇO SOCIAL NO JUDICIÁRIO RIO GRANDE DO NORTE DESENVOLVIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO. Documentação e Memória/TJPE, Recife, PE, v.1, n.1, 50-73, jul./dez.2008. 2008

GUERRA YOLANDA. Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social. Brasília, CFESS e ABEPSS- CEAD UnB, 2000

GUFFONE R. Maria., O Projeto de Pesquisa em Serviço Social. Brasília, CFESS e ABEPSS- CEAD UnB, 2000

KOWALSKI Aline Viero. O Processo de Trabalho dos Assistentes Sociais na Garantia de Direitos nas Relações Familiares. Porto Alegre, PUCRS, 2007

LEWGOY A.M. Baptista e SILVEIRA Esalva M. Carvalho. A Entrevista nos processos de trabalho do Assistente Social, Porto Alegre, Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6. N.2 Julho/Dez, 2007. 2007

136841 - SEGURIDADE SOCIAL 2 - SAÚDE, 5º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:2, P: 2)

Pré-requisitos: 136484 - POLÍTICA SOCIAL

Concepções de saúde e de processo saúde-doença. As transformações político-institucionais da política de saúde no capitalismo e os modelos de atenção à saúde. Reforma Sanitária. A política de saúde no contexto de seguridade social e o Sistema Único de Saúde. Financiamento, gestão e organização dos serviços de saúde. Demandas organizadas da população e perspectivas de mudanças nas práticas institucionais de saúde e dos serviços de assistência.

Bibliografia Básica:

SCLIAR, Moacyr. História do conceito de saúde. Physis, v. 17, n. 1, 2007. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social da UERJ, 2007. [online] Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373312007000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 Jul. 2009. doi: 10.1590/S010373312007000100003.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. São Paulo: Graal, 1993.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. Physis ,v. 17, n. 1. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social da UERJ, 2007. [online] Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373312007000100006&lng=en&nrm=so> do 10.1590/S010373312007000100006.

HOFLING, ELOISA DE MATTOS. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos CEDES [online]., vol.21, n.55. Rio de Janeiro: 2001. [online] Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622001000300003&lng=en&nrm=iso>.

BAHIA, Ligia; COSTA, Nilson Rosario; STRALEN, Cornelis van. Saúde na agenda pública: convergências e lacunas nas pautas de debate e programas de trabalho das instituições governamentais e movimentos sociais.

Ciência & Saúde Coletiva, vol.12, p.1791-1818. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232007000700004&lng=en&nrm=iso>

SOUZA, Renilson Rehem. Construindo o SUS: A Lógica do Financiamento e o Processo de Divisão de Responsabilidades entre as Esferas de Governo. In: PIERANTONI, Célia Regina; VIANNA, Cid Manso de Mello. Gestão de Sistemas de Saúde. p. 15-58. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 2003.

COSTA, Nilson do Rosário. Política social e ajuste macroeconômico. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, 2009. Disponível em

<http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2002000700003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em ago. 2009. doi:10.1590/S0102-311X2002000700003.

TEIXEIRA, Sonia, FLEURY (coord.). Reforma sanitária: em busca de uma teoria. 232 p. Tab, illus. (Pensamento Social e Saúde). SP/RJ:Cortez/ABRASCO, 1989.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Maria Helena Guimarães Parana. "Conflitos e interesses na implementação da reforma da política de saúde", Saúde em debate, N.º. 35 pp. 15-21. CEBES 1992

FLEURY, Sônia. São Paulo. Saúde: coletiva? Questionando a onipotência do social. Ed. Hucitec, 1992

GIACOMINI, Carlos Homero Parana. "A sociedade civil e a garantia do processo de reforma sanitária", Saúde em debate, No. 33. CEBES 1991

LUZ, Madel T. Parana. Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de " Transição Democrática "anos 80, Saúde em debate, CEBES 1992

138711 - ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL 1, 6º período

Créditos: 16, CHS: 240 (T:2, P: 14)

Pré-requisitos: 138673 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL 3 e 136646 - FUNDAMENTOS ÉTICOS E ÉTICA PROFISSIONAL

Exercício teórico-prático mediante a inserção do aluno/a nos diferentes espaços institucionais em que atuam os Assistentes Sociais nas esferas públicas e privadas. Conhecimento das expressões da questão social que constituem o objeto de intervenção profissional. Conhecimento da realidade institucional, identificando os recursos existentes e das relações de força existentes. Problematização teórico-metodológica e sistematização das possibilidades de atuação profissional com vistas à elaboração do plano de intervenção.

Bibliografia Básica:

BURIOLA, Marta A. Feiten. Supervisão em Serviço Social: O Supervisor, sua relação e seus papéis. São Paulo: Cortez, 1994.

DIRETRIZES PARA ESTÁGIO SUPERVISIONADO. SER/UnB, dezembro de 2000. Mimeo.

FALEIROS, Vicente de Paula. O saber profissional e o poder institucional. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. Estratégias em Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1997.

GUERRA, Iolanda. A Instrumentalidade do Serviço Social. 2ª Ed. Revista. São Paulo: Cortez, 1999.

LEWGOY, Alzira. Supervisão de Estágio no Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar

Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 05. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, 1999.

LIMA, Telma; MIOTO, Regina; DAL PRA, Keli. A Documentação no Cotidiano da Intervenção

dos Assistentes Sociais: algumas consideram a cerca do diário de campo. Revista Textos e Contextos. Porto Alegre – RS. V. 6, n. 1, PP. 93-104, 2007.

SANTOS, Carolina Cássia Batista; FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. Estágio Supervisionado em Serviço Social: o desafio do ensino da prática. In: Anais da 19ª Conferência Mundial de Serviço Social, Salvador-Bahia, 16 a 19 de agosto de 2008.

SPEROTTO, Neila. Formação no Serviço Social: a teoria – a prática. São Paulo: Annablume: Multiforme, 2002.

138819 - PROCESSO DE TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL 2, 6º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 138754 - PROCESSO DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL 1

Natureza do trabalho do/a Assistente Social nas abordagens familiares, grupais, individuais e coletivas. Intervenção junto às populações, aos movimentos sociais, às ONGs e aos conselhos de direitos. Construção de indicadores da realidade, da atuação profissional e de seus resultados. Inter-relações sócio-institucionais: estratégias e mecanismos de participação, mobilização, articulação e controle social. Instrumentos e técnicas utilizadas pelo/a Assistente Social: entrevista, observação, reuniões, visitas domiciliares, estudo, laudo, parecer e relatórios sociais. A documentação profissional.

Bibliografia Básica:

AMARAL, Ângela Santana do. A categoria Sociedade Civil na tradição liberal e marxista. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 58-92.

NETTO, José Paulo. Notas sobre a Reestruturação do Estado e a Emergência de Novas Formas de Participação da Sociedade Civil. In: BOSCHETTI, Ivanete; Pereira, Potyara A. P.; César, Maria Auxiliadora; Carvalho, Denise B. B. (org.). Política Social: Alternativas ao Neoliberalismo. Brasília: UnB, Programa de Pós-graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2004, pp. 61-83.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003 (Introd., Cap. I ? item 1, Cap. II ? itens 1 e 2).

BRAVO, Maria Inês. O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade IV: O significado do trabalho do Assistente Social nos distintos espaços sócio-ocupacionais. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p. 393-410.

CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade IV: O significado do trabalho do Assistente Social nos distintos espaços sócio-ocupacionais. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p. 61-477.

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade V: Atribuições privativas e competências do Assistente Social. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p. 593-608.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade V: Atribuições privativas e competências do Assistente Social. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p. 497-512.

CARDOSO, Maria de Fátima Matos. Reflexões sobre Instrumentais em Serviço Social: Observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social. São Paulo: LCTE Editora, 2008. (observação social, entrevista, visita domiciliar, relatório social), p. 24- 29 / 31-57 / 59-75 / 77-103.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Estudos socioeconômicos. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade V: Atribuições privativas e competências do Assistente Social. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p. 481-496.

_____. Perícia social: proposta de um percurso operativo. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.67, 2001, p. 145-158.

Bibliografia Complementar:

ABREU, Marina Maciel. A Relação entre o Estado e a Sociedade Civil – a questão dos conselhos de direitos e a participação social do Serviço Social. In: Revista Serviço social e movimento social. V. 1, nº 1. São Paulo: EDUFMA, jul./dez, 1999, p. 61-76.

ALENCAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade IV: O significado do trabalho do Assistente Social nos distintos espaços sócio-ocupacionais. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p. 449-460.

AMARAL, Ângela Santana do; CÉSAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas fundações empresariais. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade IV: O significado do trabalho do Assistente Social nos distintos espaços sócio-ocupacionais. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p. 429-447.

CESAR, Mônica de Jesus. Serviço Social e reestruturação industrial: requisitos, competências e condições de trabalho profissional. In: Mota, Ana Elizabeth (org) A Nova Fábrica de Consensos. São Paulo, Cortez, 1998.

CFESS (org.). O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos – contribuições ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. Conselho Federal de Serviço Social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CFESS. Resolução 557/2009. Emissão de pareceres, laudos e opiniões técnicas conjuntos entre assistentes sociais e outros profissionais. CFESS: Brasília, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre o pensamento político. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1999. Capítulos V.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Serviço Social e ONGs: Condições de Trabalho e Demandas Profissionais. In: Seminário de Pesquisa do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Natal/RN. Anais (CD). Natal: UFRN, 2007.

_____. A funcionalidade do terceiro setor e das ONGs no capitalismo contemporâneo: o debate sobre sociedade civil e função social. Revista Libertas, Juiz de fora, v. 2, n. 2, p. 52-76, jul.2008 (ISSN 1980-8518)

Disponível em: http://www.ufjf.br/revistalibertas/files/2010/01/artigo03_5.pdf

DURIGUETO, Maria Lúcia. Sociedade civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.81, 2005, pp. 82-101.

FÁVERO, Eunice Teresinha. O estudo social – fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In: CFESS (org.). O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos – contribuições ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. Conselho Federal de Serviço Social. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.71, 2002.

GUERRA, Iolanda. Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 04: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, 1999, p. 51-63

GUSMÃO, Rute. A ideologia da solidariedade. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 62, p. 93-112, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Atribuições privativas do(a) Assistente Social. Brasília, DF: CFESS, 2002, p. 13-50.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Unidade IV: O significado do trabalho do Assistente Social nos distintos espaços sócio-ocupacionais. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p. 341-375.

LANDIM, Leilah. Experiência militante: histórias das assim chamadas ONGs. In: LANDIM, Leilah (Org.). Ações em sociedade: militância, caridade, assistência, etc. Rio de Janeiro: NAU, 1998, p. 23-87.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. In: Revista Virtual Textos & Contextos. Vol. 6, n. 2, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/2315/3245>

MOTA, Ana Elizabete. As dimensões da prática profissional. Revista Presença Artística. Recife, ano 3, n. 3, p. 9-14, 2003.

MIOTO, Regina Célia. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4: O trabalho do Assistente Social e as políticas sociais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UNB, 1999, p. 217-224.

_____. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. In: Revista Virtual textos & Contextos. Vol.3, n. 1. Dez., 2004. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/979/759>

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro & SIMIONATTO, Ivete. Pobreza e participação: o jogo das aparências e as armadilhas do discurso das agências multilaterais. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 66, p. 145-164, 2001.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Um novo fazer profissional. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4: O trabalho do Assistente Social e as políticas sociais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UNB, 1999, p. 111-124.

TONET, Ivo. Do conceito de sociedade civil. In: TONET, Ivo. Democracia ou Liberdade? Maceió: EDUFAL, 1997, p. 23-50.

YACOUB, Leila Baumgratz Delgado. O debate contemporâneo do Serviço Social: o Terceiro Setor em questão. Revista Libertas. Juiz de Fora, v. 1, n. 2, p. 85-103, 2001.

ACANDA, Jorge Luis. Uma palavra de ordem que vem da selva. In: Sociedade civil e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006, pp. 15-26.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Cotidiano profissional do assistente social: exigências profissionais, identidade e autonomia relativa nas ONGs. Revista Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 9, n. 1, p. 66 - 76, jan./jun. 2010 (eISSN: 1677-9509). Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7281/5241>

SANTOS, Cláudia Mônica dos; NORONHA, Karine. O Estado da arte sobre os instrumentos e técnicas na intervenção profissional do Assistente Social – uma perspectiva crítica. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (orgs). Serviço Social: temas, textos e contextos.

Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Jôris, 2010, p. 47-63 .
MARCONSIN, Cleier. Documentação em Serviço Social: debatendo a concepção burocrática e rotineira. In: FORTI, Valôria; GUERRA, Yolanda (orgs). Serviço Social: temas, textos e contextos. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Jôris, 2010, p. 65-76.

Criação 2 - SEGURIDADE SOCIAL 3 - ASSISTÊNCIA SOCIAL, 6º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136484 - POLÍTICA SOCIAL

A trajetória histórica da assistência nas sociedades capitalistas: caridade, humanismo, filantropia, as estratégias de controle dos pobres. A pobreza de massa no capitalismo e as medidas assistenciais no final do século XIX e início do século XX. A relação entre assistência social e trabalho no capitalismo. A Origem e Desenvolvimento da Assistência Social no Brasil. O sistema de seguridade social instituído na Constituição brasileira de 1988 e seu significado para a política de assistência social. Bases conceituais, legais, princípios e diretrizes da LOAS e Política de Assistência Social. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Natureza e alcance dos direitos e serviços sócio assistenciais; estrutura organizacional e mecanismos de gestão; funções e beneficiários. A contribuição do Serviço Social na produção e no redimensionamento do conhecimento teórico-prática da política de assistência social.

Bibliografia Básica:

- BEVERIDGE, Sir William. O Plano Beveridge : relatório sobre o seguro social e serviços afins. Rio de Janeiro. José Olympio, 1943.
- SPOSATI, Aldaíza et alii. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras. São Paulo. Cortez, 1985
- YASBECK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. 1ª edição. São Paulo. Cortez, 1993.
- RAICHELIS, Raquel. YASBECK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. 1ª edição. São Paulo. Cortez, 1993. 1ª edição. São Paulo. Cortez, 1998.
- BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social no Brasil: um Direito entre Originalidade e Conservadorismo. 2ª Ed. Brasília, GESST/SER/UnB, 2003. 2ª edição. Brasília. GESST/SER, 2003.
- PEREIRA, Potyara A. P. A Assistência social na perspectiva dos direitos. Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília. Thesaurus, 1996.
- FALEIROS, Vicente de Paula. 'A Questão da assistência social', in Serviço social e sociedade nº 30. São Paulo. Cortez, 1989.
- BOSCHETTI, Ivanete. 'Entre o trabalho e a assistência: as hesitações e os paradoxos do programa de renda mínima na França', in Revista Serviço Social e Sociedade, nº 52. São Paulo. Cortez, 1996.
- BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e Trabalho: Paradoxos na Construção das Políticas de Previdência e Assistência Social. 1ª edição. Brasília. Ed. UnB e Letras Livres, 2006.
- BOSCHETTI, Ivanete \$ SALVADOR, Evilásio. Orçamento da Seguridade Social e Política Econômica: Perversa Alquimia. In Revista Serviço Social e Sociedade n. 87. São Paulo. Cortez, 2006.
- STEIN, Rosa. "A descentralização político-administrativa na assistência social", in Revista Serviço Social e Sociedade nº 59. São Paulo. Cortez, 1999.
- BOSCHETTI, Ivanete. Do dever moral de ajuda ao dever legal de assistência? in Caderno de textos em Serviço Social nº 05. Belém. Unama, 1998.
- STEIN, Rosa. "A descentralização como instrumento de ação política e suas controvérsias", in Revista Serviço Social e Sociedade nº 54. São Paulo. Cortez, 1997.

Bibliografia Complementar

POLANYI, Karl. A Grande transformação: as origens de nossa época. 1ª edição. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1980.

SPOSATI, Aldaiza (org.). Renda mínima e crise mundial: saída ou agravamento? São Paulo. Cortez, 1997

TEIXEIRA, Sônia Fleury. Assistência na previdência social - uma política marginal. in Os direitos (dos desassistidos) sociais. São Paulo. Cortez, 1989.

MOTA, Ana Elizabete. Cultura da crise e seguridade social. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo. Cortez, 1995.

PAIVA, Beatriz. O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalização da seguridade social em debate. In Revista Serviço Social e Sociedade n. 87. São Paulo. Cortez, 2006.

YASBECK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. 1ª edição. São Paulo. Cortez, 1993.

RAICHELIS, Raquel. YASBECK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. 1ª edição. São Paulo. Cortez, 1993. 1ª edição. São Paulo. Cortez, 1998.

138720 - ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL 2, 7º período

Créditos: 16, CHS: 240 (T:2, P: 14)

Pré-requisitos: 138711 - ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL 1

Exercício teórico-prático mediante a inserção do aluno/a nos diferentes espaços institucionais em que atuam os Assistentes Sociais nas esferas públicas e privadas. Implementação do plano de intervenção do estagiário articulado à discussão teórico-metodológica e a utilização do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, pertinente às necessidades sociais identificadas.

Bibliografia Básica:

BURIOLA, Marta A. Feiten. Supervisão em Serviço Social: O Supervisor, sua relação e seus papéis. São Paulo: Cortez, 1994.

FALEIROS, Vicente de Paula. O saber profissional e o poder institucional. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. Estratégias em Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1997.

GUERRA, Iolanda. A Instrumentalidade do Serviço Social. 2ª Ed. Revista. São Paulo: Cortez, 1999.

SPEROTTO, Neila. Formação no Serviço Social: a teoria ? a prática. São Paulo: Annablume: Multiforme, 2002.

Bibliografia Complementar

Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 05. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, 1999.

CARDOSO, Maria de Fátima Matos. Reflexões sobre Instrumentais em Serviço Social: observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social. São Paulo: LCTE Editora, 2008.

CFESS (org.) O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos: contribuições ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Telma; MIOTO, Regina. Procedimentos Metodológicos na Construção do Conhecimento Científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katálysis Florianópolis. V. 10, n. especial, pp 37-45, 2007.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Políticas Sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (organizadoras). Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

136727 - PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO SOCIAL, 7º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136484 - POLÍTICA SOCIAL

A teoria das organizações e processo de gestão nas esferas públicas e privadas. As escolas de administração. As novas modalidades de gestão. Bases conceituais e históricas do planejamento econômico e social. Planejamento e gestão das políticas sociais. A experiência brasileira de planejamento. Processo e ciclo orçamentário (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual). Contexto e marco analítico das reformas e contra reformas do Estado e planejamento social. Metodologias de Planejamento. O planejamento estratégico e a articulação de atores sociais.

Bibliografia Básica:

GIACOMONI, James. PAGNUSSAT, José (Orgs.). Planejamento e orçamento governamental Volumes 1 e 2. Brasília: ENAP, 2006.

BEHRING, Elaine. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003

FRIEDMANN, John. Dois séculos de teoria de planejamento: uma visão geral. In: GIACOMONI, James.

PAGNUSSAT, José (Org.). Planejamento e orçamento governamental. Volume 1. Brasília: ENAP, 2006.

IANNI, Octavio. Estado e planejamento econômico no Brasil. São Paulo: Civilização Brasileira, 1986.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a gestão das políticas sociais ? um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In: MOTA, Ana et al. (Orgs.). Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional. São Paulo, Cortez, 2006.

WEBER, Max. Ensaios de sociologia. Zahar Editores: 1974.

Bibliografia Complementar;

BAPTISTA, Myrian. Planejamento social: intencionalidade e instrumentalização. São Paulo: Veras Editora, 2003.

MATUS, Carlos. Adeus, senhor presidente: governantes e gove governados. São Paulo: Fundap, 1996.

RICO, Elizabeth. RAICHELIS, Raquel (Orgs.). Gestão social: uma questão em debate. São Paulo: EDUC e IEE, 1999.

APTISTA, Myrian V. Planejamento social intencionalidade e instrumentalização. São Paulo: Veras Editora, 2003.

DE TONI, Jackson. Planejamento estratégico e participativo. Curso de Gestão Participativa - Oficina de Planejamento Estratégico e Participativo. UERGS, Porto Alegre-RS, agosto de 2002.

DOWBOR, Ladislau. A gestão social em busca de paradigmas. In: RICO Elizabeth de M. e RAICHELIS, Rachel. (Orgs.). Gestão Social: uma questão em debate. São Paulo: Educ, IEE, 1999.

GIOVANELLA, Lágia. As origens e as correntes atuais do enfoque estratégico em planejamento de saúde na América Latina. Disponível em:

KEINERT, Tânia. Os paradigmas da Administração Pública no Brasil (1900-92). Revista de Administração de Empresas. São Paulo, 34 (3), maio/jun.1994, p.41-48.

136891 - PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, 8º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136999 - PESQUISA SOCIAL 2

Elaboração de um projeto de monografia sobre tema relacionado à realidade social vivenciada no campo de estágio ou relativo às diversas expressões da questão social, objetos de análise e intervenção do Serviço Social, incorporando os conhecimentos teórico-metodológicos e as

estratégias e técnicas utilizadas pelo Serviço Social, sob a orientação do professor.

Bibliografia Básica:

CRESWELL, John. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2ª edição. Porto Alegre. Artmed/ Bookman, 2007.

ECO, Uberto. Obra Como se faz uma tese. Editor Perspectiva, 2007.

RICHARDSON, Roberto . Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. 3ª edição. São Paulo. Atlas, 1999.

BOOTH, Wayne C; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph. A Arte da Pesquisa. 3ª edição. São Paulo. Editor Martins Fontes, 2008.

Bibliografia Complementar:

136654 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, 9º período

Créditos: 6, CHS: 90 (T:6, P: 0)

Pré-requisitos: 136891 - PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Elaboração de monografia final de curso com base em projeto anteriormente elaborado, considerando as exigências teórico-metodológicas e relacionado com as respectivas linhas de pesquisa do Departamento de Serviço Social, sob a orientação de professor.

Bibliografia Básica:

CRESWELL, John . Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2ª edição. Porto Alegre. Artmed/ Bookman, 2007.

RICHARDSON, Roberto . Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. 3ª edição. São Paulo. Atlas, 1999.

Bibliografia Complementar

136620 - ANÁLISE DE POLÍTICAS SOCIAIS, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136484 - POLÍTICA SOCIAL

Análise e avaliação de políticas e programas sociais. Distinção entre análise e avaliação de Políticas Sociais. Ação pública, construção de problemas e processos decisórios. Categorias e técnicas de análise de políticas sociais em diferentes abordagens: marxista, neoinstitucionalista, cognitiva. Dimensões, categorias e indicadores para análise e avaliação de políticas sociais. Análise das tendências contemporâneas de organização das políticas sociais: mundialização versus territorialização; interdependência, comunidades e redes de políticas sociais. Análise empírico-factual de políticas e/ou programas sociais.

Bibliografia Básica:

ARRETCHE, Marta, "Tendências no estudo sobre avaliação" - In Rico, Maria Elizabeth, Avaliação de políticas. Uma questão em debate. São Paulo, Cortez - IEE/PUC, 1998.

GERSCHMAN, Sílvia, "Sobre a formulação de políticas sociais" In TEIXEIRA, Sonia Fleury, (Org.) Reforma sanitária: em busca de uma teoria. São Paulo Cortez 1989.

COIMBRA, Marcos Abordagens teóricas ao estudo das políticas sociais e Será que o marxismo responde à pergunta de como surgem as políticas sociais In ABRANCHES, Sergio, Política social e combate à pobreza. pp. 65-126, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987.

GERSCHMAN Sílvia, <Sobre a formulação de políticas sociais> In TEIXEIRA, Sonia Fleury (org.) Reforma sanitária: em busca de uma teoria. São Paulo, Cortez, 1989.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos, Teoria social e análise de políticas públicas; Perfil de desequilíbrio e paradigma de análise In Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira, pp.11-14 e 46-69. Rio de Janeiro, Campos, 1979.

MELO, Marcus André de, As sete vidas da agenda pública brasileira, In Rico, Maria Elizabeth,

Avaliação de políticas. Uma questão em debate. São Paulo, Cortez IEE/PUC.
WORTHEIN, Blaine, SANDERS, James R. e FITZPATRICK, Jody L. Avaliação de programas: concepções e práticas. São Paulo, Gente, 2004.
AGUILAR, Maria José & ANDER-EGG, Ezequiel. Avaliação de programas e serviços sociais. Petropolis. Vozes, 1994.
RICO, Maria Elizabeth. Avaliação de políticas: uma questão em debate. São Paulo, Cortez, 1998.
PEREIRA, Potyara. Política social: temas e questões. São Paulo, primeira, Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar:

SUREL, Yves e MÃœLLER, Pierre , A anÃ¡lise de polÃ¡ticas pÃºblicas, Pelotas-RS, EDUCAT, 2002.
FREY, Klaus PolÃ¡ticas publicas: um debate conceitual e reflexÃµes referentes Ã prÃ¡tica de analise de polÃ¡ticas publicas no Brasil. On-line <http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21/Parte5.pdf>
IPEA "Revista Planejamento e PolÃ¡ticas Publicas no Brasil, numero 21, Brasilia-Ipea, Junho 2000, pp. 211-252, 2000.
BELLONI, Isaura . Metodologia da avaliaÃ§Ã£o em polÃ¡ticas sociais. SÃ£o Paulo, 3Ãª, Cortez 1998.
SOUZA, Celina. PolÃ¡ticas publicas: uma revisÃ£o da literatura. On-line <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf> 2006.
FARIA, Carlos AurÃ©lio Pimenta. IdÃ©ias, conhecimento e polÃ¡ticas publicas: um inventÃ¡rio sucinto das principais vertentes analÃ¡ticas recentes _ On-line <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15984.pdf>, 2003.
HOFFLING, EloÃ¡sa. Estado e PolÃ¡ticas PÃºblicas Sociais. Cadernos Cedes. SÃ£o Paulo, primeira, CEDES, 2001.
SARAIVA, Enrique. FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). PolÃ¡ticas pÃºblicas. Volumes 1 e 2. BrasÃ¡lia, ENAP, 2006.
ROCHA, Carlos Vasconcelos. "Neoinstitucionalismo como modelo de analise para as polÃ¡ticas pÃºblicas. On-line <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/32/1604> 2007.

Criação 3 - ENVELHECIMENTO E POLÍTICAS SOCIAIS, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

Conceito de Velhice. Transição demográfica e envelhecimento populacional. O envelhecimento na perspectiva de classe, gênero, raça e etnia. Transformações da família e da proteção doméstica aos idosos. Violência e maus-tratos contra a pessoa idosa. Impactos do envelhecimento sobre as políticas sociais públicas. Legislação, políticas e direitos individuais e sociais da pessoa idosa. Participação e Conselhos do Idoso. Qualidade de vida e envelhecimento. Redes de serviços de atendimento ao idoso.

Bibliografia Básica:

BEAUVOIR, Simone. A Velhice II. As Relações com o Mundo. São Paulo. Difusão Européia do Livro., 1970.
MYRIAM, Moraes Lins de Barros (org). Velhice ou Terceira Idade? Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1997.
CAMARANO, Ana Amélia. Muito Além dos 60: os novos idosos brasileiros. 1ª edição. Rio de Janeiro. IPEA, 1999.
CAMARANO, Ana Amélia. Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60? Rio de Janeiro. IPEA, 2004.

Bibliografia Complementar

PEREIRA, Potyara A. P. FormaÃ§Ã£o em ServiÃ§o Social, PolÃ¡tica Social e o FenÃ´meno do Envelhecimento. BrasÃ¡lia. MEC " SESu/CAPES, 2005.
FALEIROS, V, P, LOUREIRO, a, M, L, (orgs). Desafios do envelhecimento, vez, sentido e voz. 1Ãª ediÃ§Ã£o. BrasÃ¡lia. Editora Universa, 2006.

SALGADO, Carmen Delia Sánchez. Mulher idosa: a feminização da velhice. Porto Alegre. Estudos Interdisciplinares de Envelhecimento, 2002.

FERNÁNDEZ-BALLESTEROS, R. Gerontologia Social. 1ª edição. Madrid. Ediciones Pirámide, 2000.

KALACHE, Alexandre; VERAS, Renato P. & RAMOS, Luiz Roberto. O Envelhecimento da População Mundial: um Desafio Novo. São Paulo. Revista de Saúde Pública, 1987.

CAMARANO, Ana Amélia & PASINATO, Maria Tereza. Envelhecimento, Pobreza e Proteção Social na América Latina. Rio de Janeiro. IPEA, 2007.

HAYFLICK, Leonard. Como e Por Que Envelhecemos. Rio de Janeiro. Editora Campos, 1997.

HADDAD, Eneida, G. M. A Ideologia da Velhice. São Paulo. Cortez Editora, 1986.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. Fundamentos Constitucionais do Direito a Velhice. Rio de Janeiro. Livraria e Editora Obra Jurídica, 2002.

136166 - GÊNERO, RAÇA/ETNIA E POLÍTICA SOCIAL, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

Conceitos e definições de gênero, raça, etnia, classe social: suas interseccionalidades. Incorporação das questões de Gênero e de Raça no desenvolvimento do Welfare State: as experiências europeias e norteamericana. Movimentos de mulheres e raciais e a participação política. As convenções internacionais e o combate a discriminação de gênero e raça. Avanços conceituais e políticos do emprego das categorias de gênero e raça/etnia no campo das políticas sociais: relações de gênero e raça/etnia na gestão pública contemporânea. Institucionalidade de Gênero e Raça no mundo e no Brasil: emergência dos organismos de políticas transversais. As políticas sociais setoriais e as políticas transversais.

Bibliografia Básica:

GUIMARAES, Antônio S. A. Classes, Raças e Democracia. São Paulo, Primeira, Editora 34, 2002.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero - Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

Bibliografia Complementar

HARAWAY, Donna J. Ciencia, cyborgs y mujeres - La reinvención de la naturaleza. Madrid, Primera Edición, Ediciones Cátedra, 1995.

BANDEIRA, Lourdes & VASCONCELOS, Maria. Equidade de Gênero e Políticas Públicas: Reflexões Iniciais, Brasília, Primeira Edição, Agende, 2002.

COSTA, Albertina de O. & BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Uma questão de gênero. RJ - SP, Primeira Edição, Editora Rosa dos Tempos - Fund. Carlos Chagas, 1992.

FRAISSE, Geneviève. Musa de la Razón - La democracia excluyente y la diferencia de los sexos. Madrid, Primera Edición, 1991.

NAVARRO, Marysa y STIMPSON, Catherine R. (comps.) Un Nuevo Saber. Los Estudios de las Mujeres. Cambios Sociales, Económicos e Culturales. Fondo de Cultura Económica. Buenos Aires, Primera Edición, 2000.

VALDÉS, Teresa (coord), El Índice de compromiso cumplido - ICC. Una estrategia para el control ciudadano de la equidad de Gênero, Santiago de Chile, Primeira Edição, FLACSO, 2001.

AMORÓS, Celia. Hacia una crítica de la Razón Patricarcal. Barcelona, Primera Edición, Anthropos Editorial del Hombre, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. Um Corpo Estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte, Primeira Edição, Autêntica, 2004.

BOCK, Gisela y Thane, Pat (eds.) Maternidad y políticas de género. Madrid, Primera Edición, Ediciones Cátedra, 1996.

CASTELLS, Carme (comp.) Perspectivas Feministas en Teoría Política. Barcelona, Primera Edición, Cátedra, 1996

136816 - INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E CIDADANIA, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136484 - POLÍTICA SOCIAL

Infância e historicidade. Análise da constituição histórica das formas de enfrentamento da questão social da infância e da adolescência no Brasil. A normativa internacional como instrumento de orientação na formulação e implementação de políticas públicas de proteção à infância e à adolescência. O Estatuto da Criança e do Adolescente. As expressões da questão social da infância e da adolescência em uma perspectiva temática: As medidas de proteção social básica; a questão da prática do ato infracional por adolescentes; as diversas expressões do abuso contra crianças e adolescentes; A exploração do trabalho infanto-juvenil, dentre outras.

Bibliografia Básica:

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro, 11ª Ed. Livros técnicos e científicos, 1981.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. Volume I. São Paulo. Nova Cultural, 1988.

MARCILIO, Maria Luíza. História social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 1998.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de crianças no Brasil, In PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene, A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo, Amais Editora Instituto Interamericano Del Niño, 1995.

ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de o Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro. Contraponto, 2001.

RUBIN, Isaak. A teoria marxista do valor. São Paulo, Brasiliense, 1980.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil?, In PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Amais Editora - Instituto Interamericano Del Niño. Rio de Janeiro, 4ª, 1995

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

VOGEL, Arno, Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo, In PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil, Rio de Janeiro, Amais Editora - Instituto Interamericano Del Niño, 1995.

HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

Bibliografia Complementar

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Barreto. Infância e historicidade, pp. 1-130; 186-263. São Paulo, Tese de Doutorado PUC/SP, 1989

COELHO, Ailta Barros de S.R. Política de proteção à infância e adolescência e descentralização: o caso do conselho de direitos da criança e do adolescente João Pessoa "PB", 1997

BAZILIO, Luiz Cavaliéri, O menor e a ideologia de segurança nacional. Belo Horizonte, Veja "Novo Espaço", 1985

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. "O novo direito da criança e do adolescente no Brasil: o conteúdo e o processo das mudanças no panorama legal", Rio de Janeiro, CBIA, 1992

MANDEL, Ernest. A Crise do Capital; os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo, Ed. Ensaios, 1990

MANDEL, Ernest. Iniciação à teoria economia marxista. Lisboa, Antídoto, 1978

Organizações Internacionais.

• Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança;

• Estatuto da criança e do adolescente;

• Regras mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça da infância e da juventude (Regras de Beijing);

• Diretrizes das Nações Unidas para a proteção dos jovens privados de liberdade;

• Regras mínimas das Nações Unidas para a prevenção da delinquência juvenil (Diretrizes de RIAD);

Declaração dos Direitos da Criança de 1959. On-line, Vários
FILGUEIRAS, Luiz. GONÇALVES, Reinaldo. A economia política do governo Lula. Rio de Janeiro, Contraponto, 2007
TEIXEIRA, Francisco. Trabalho e valor: contribuição para a crítica da razão econômica. São Paulo, Cortez, 2004
PAULANI, Leda. Brasil Delivery: Serviço financeiro e estado de emergência econômico. São Paulo, Boitempo Editorial, 2008

136824 - POLÍTICA SOCIAL - EDUCAÇÃO, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136484 - POLÍTICA SOCIAL

Análise de Teoria e da Prática das Políticas Educacionais em seu processo de formulação, implementação, gestão e avaliação, tendo como referência a extensão da cidadania. As relações entre Estado, sociedade e educação em diferentes perspectivas. Emergência dos sistemas educacionais nacionais e suas recentes transformações na América Latina. O direito à educação na Constituição Federal da República Federativa do Brasil e outras legislações nacionais. Formulação e gestão da política de educação: participação, descentralização, público e privado, constituição de fundo público específico, autonomia escolar e universitária. Educação e conhecimento no mundo do trabalho e da cidadania. Educação e pobreza: interfaces entre Política de Assistência e Política de Educação. Contribuição do Serviço Social na produção e redimensionamento do conhecimento teórico-social da política social.

Bibliografia Básica:

AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
MANFREDI, Sílvia Maria. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.
MANCIBO, Deise; DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afranio M.; OLIVEIRA, João Batista Araújo e. Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais. Goiânia: Alternativa; São Paulo: Xamã, 2003.
FERES, João; ZONINSEIN, Jonas (Coord.). Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.
PARO, Vitor Henrique. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2009
FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
SAVIANI, Dermeval. A Pedagogia no Brasil: história e teoria. Campinas: Autores Associados, 2008
STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Coord.). Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Política educacional no Brasil: introdução histórica. Brasília: Liber Livro, 2007.

Bibliografia Complementar

OLIVEIRA, Dalila A. (org.). Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes. 1ª edição. Belo Horizonte. Autêntica, 2003.
GADOTTI M. & ROMEO, J. E. (orgs.) . Autonomia da escola: princípios e propostas. 1ª edição. São Paulo. Cortez, 1997.
LOPES, Eliane et. al. (orgs). 500 Anos de Educação no Brasil. 3ª reimpressão. Belo Horizonte. Autêntica, 2007.

136832 - POLÍTICA SOCIAL - TRABALHO, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:2, P: 2)

Pré-requisitos: 136484 - POLÍTICA SOCIAL

Direito ao trabalho e cidadania: a Constituição Federal, CLT e outras legislações nacionais. Emergência da política do trabalho e análise dos principais componentes do sistema de emprego

na perspectiva das políticas sociais. Conselhos de controle democrático e fundos específicos para a formulação, gestão e avaliação da política de trabalho. Mercado de trabalho no Brasil: desemprego, informalidade, precarização, qualidade do emprego. O movimento operário e sindical no Brasil: experiências e perspectivas recentes. Negociações coletivas. Alternativas emergentes: re-significação do cooperativismo e economia solidária. Mercado de Trabalho e Previdência: interfaces entre Política de Previdência e Política de Trabalho.

Bibliografia básica:

- ASSIS, José C. de. Trabalho como direito. Fundamentos para uma política de promoção do pleno emprego no Brasil. 1ª Ed. São Paulo. Contraponto, 2002.
- KREIM, José D. et al. (orgs.). As transformações no mundo do trabalho e os direitos dos trabalhadores. 1ª Ed. São Paulo. LTR, 2006.
- AZEREDO, Beatriz. Políticas Públicas de Emprego ? A experiência brasileira. 1ª Ed. São Paulo. ABET, 1998.
- GUIMARAES, Nadya e HIRATA, Helena (orgs.). Desemprego. Trajetórias, identidades, mobilizações. 1ª Ed. São Paulo. Editora SENAC, 2006.
- ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. 1ª Ed. Perdizes/SP. Boitempo, 2006.
- POCHMANN, Marcio. O emprego na globalização ? A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. 2ª reimpressão. Perdizes/SP. Boitempo, 2005.
- FERREIRA, Mário C. & ROSSO, Sadi D. A regulação social do trabalho. 1ª Ed. Brasília. Editora Paralelo 15, 2003.
- SILVA, Maria O. da S. & YAZBEK, Maria C. (orgs.). Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. São Paulo. Cortez, 2006.
- SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. 1ª Ed. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2002.
- BARBOSA, Rosângela N. C. A economia solidária como política pública - Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. 1ª Ed. São Paulo. Cortez, 2007.
- CASTEL, Robert. A discriminação negativa: Cidadãos ou autóctones? 1ª Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2008.
- NOGUEIRA, Claudia M. A feminização no mundo do trabalho. 1ª Ed. Campinas, SP. Autores Associados, 2004.

Bibliografia Complementar

138851 - PRÁTICA DE PESQUISA 1, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:2, P: 2)

Pré-requisitos: 136719 - PESQUISA SOCIAL 1

Formação prática em pesquisa, por meio da participação do aluno nas pesquisas em desenvolvimento no Departamento, sob a supervisão do professor responsável pela pesquisa, incluindo as seguintes atividades: revisão e análise crítica da bibliografia, delineamento da temática, definição do objeto de pesquisa e construção da problemática da pesquisa.

Bibliografia Básica:

- CRESWELL, John. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre. 2ª edição. Artmed/Bookman, 2007.
- DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo, 1ª edição. Cortez, 1990.
- RICHARDSON, Roberto . Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. São Paulo, 3ª edição. Atlas, 1999.
- Booth, Wayne C; Colomb, Gregory G.; Williams, Joseph. A Arte da Pesquisa. São Paulo, 3ª edição. Martins Fontes, 2005.

Bibliografia Complementar

138860 - PRÁTICA DE PESQUISA 2, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:2, P: 2)

Pré-requisitos: 136719 - PESQUISA SOCIAL 1

Formação prática em pesquisa, por meio da participação do aluno nas pesquisas em desenvolvimento no Departamento, sob a supervisão do professor responsável pela pesquisa, incluindo as seguintes atividades: análise crítica da literatura científica, construção do quadro teórico de referência, definição dos métodos e técnicas a serem utilizadas na pesquisa, construção dos instrumentais (questionários, entrevistas, roteiro de análise de documentação, etc.)

Bibliografia Básica:

CRESWELL, John. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre. 2a edição. Artmed/Bookman, 2007.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo, 1a edição. Cortez, 1990.

RICHARDSON, Roberto . Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. São Paulo, 3a edição. Atlas, 1999.

Booth, Wayne C; Colomb, Gregory G.; Williams, Joseph. A Arte da Pesquisa. São Paulo, 3a edição. Martins Fontes, 2005.

Bibliografia Complementar

138878 - PRÁTICA DE PESQUISA 3, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:2, P: 2)

Pré-requisitos: 136719 - PESQUISA SOCIAL 1

Formação prática em pesquisa, por meio da participação do aluno nas pesquisas em desenvolvimento no Departamento, sob a supervisão do professor responsável pela pesquisa, incluindo as seguintes atividades: realização da pesquisa, com aplicação dos instrumentos e técnicas de coleta de dados, sistematização, tabulação e análise dos dados.

Bibliografia Básica:

CRESWELL, John. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre. 2a edição. Artmed/Bookman, 2007.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo, 1a edição. Cortez, 1990.

RICHARDSON, Roberto . Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. São Paulo, 3a edição. Atlas, 1999.

Booth, Wayne C; Colomb, Gregory G.; Williams, Joseph. A Arte da Pesquisa. São Paulo, 3a edição. Martins Fontes, 2005.

Bibliografia Complementar

138886 - PRÁTICA DE PESQUISA 4, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:2, P: 2)

Pré-requisitos: 136719 - PESQUISA SOCIAL 1

Formação prática em pesquisa, por meio da participação do aluno nas pesquisas em desenvolvimento no Departamento, sob a supervisão do professor responsável pela pesquisa, incluindo as seguintes atividades: análise crítica dos dados à luz do referencial teórico, estruturação e elaboração de relatório de pesquisa, elaboração de artigos com base na pesquisa realizada.

Bibliografia Básica:

CRESWELL, John. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre. 2a edição. Artmed/Bookman, 2007.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo, 1a edição. Cortez, 1990.

RICHARDSON, Roberto . Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. São Paulo, 3a edição. Atlas,

1999.

Booth, Wayne C; Colomb, Gregory G.; Williams, Joseph. A Arte da Pesquisa. São Paulo, 3a edição. Martins Fontes, 2005.

Bibliografia Complementar

138924 - PRÁTICAS DE INFORMÁTICA E SERVIÇO SOCIAL, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136581 - INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL

Análise e prática laboratorial das diferentes perspectivas do uso estratégico e instrumental das novas tecnologias da informação e comunicação, com destaque para a informática, aplicadas ao Serviço Social.

Bibliografia Básica:

ROSA, Lutero. Informação Tecnológica e Serviço Social, In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1996. (pp. 137-163).

LOJKINE, J. Os desafios da Revolução Informacional. In: OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. Globalização, regionalização e nacionalismo. São Paulo: Ed. Unesp 287 p Número de Chamada: 339.9 G562R.

MOORE, Nick. A sociedade da informação, In: A informação: tendências para o novo milênio. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ? IBCT, 1999 (pp. 94-108).

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. Serviço Social & Sociedade. XVII (50):87- 132, São Paulo, Cortez, 1996. Perseu Abramo, 2001.

SANTOS. Milton e RIBEIRO, Ana Clara. Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2001

MARSIGLIA, Regina. O projeto de pesquisa em Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e Política Social : Módulo 5: intervenção e pesquisa em Serviço Social. - Brasília : UnB, CEAD, 2000. (p. 19-58) Na BCE - 361/362 (81) C236s

Bibliografia Complementar

BOGADO, Franciele Tostan. Influência das tecnologias de informação no desempenho do serviço social : uma visão dos assistentes sociais que participam do desenvolvimento e implementação de aplicações informáticas em Londrina e região (dissertação de mestrado em UEL).2006

DUARTE, Evaristo E.C. Apropriação das tecnologias de informação pelo Serviço Social. In: Caderno de Comunicação IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, vol.2, Goiânia:1998, (pp. 194-39).

MEDEIROS, Quízia Arcoverde. Limites e potencialidades na construção do sistema de informação: a rede suas.2007 (monografia de graduação) Cap. 1.

SOUZA, Perci Coelho de. A Revolução Informacional e Serviço Social: Uma nova estratégia de intervenção? , In: Caderno de comunicação IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, vol.2, Goiânia, (pp.35-39), 1998.

SOUZA, Perci Coelho de. Serviço Social e Informática. In Capacitação em Serviço Social e Política Social : Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD, 1999.

LOJKINE, J. Alternativas em face da mundialização: a instituição municipal, mediação entre empresa e sociedade. In: RAUTA RAMOS (org.). Metamorfoses sociais e políticas urbanas. Rio de Janeiro, DP&A,2003.

SILVEIRA, S.A. Exclusão Digital - a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação

MORAES, Denis (org.). Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. UFBA. 1994A (mimeo).

SCHERER-WARREN, I (1997): Redes e espaços virtuais. Uma agenda para a pesquisa de

aÃ§Ãmes coletivas na era da informaÃ§Ão. Trabalho apresentado no VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, BrasÃlia, UNB 1997.

136794 - QUESTÃO URBANA E POLÍTICA HABITACIONAL, Optativa

Créditos: 4, CHS: 4 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136484 - POLÍTICA SOCIAL

O debate conceitual sobre o urbano: da Escola de Chicago às análises Marxistas. A problematização da questão urbana: concentração da propriedade e desigualdades sociais; metropolização e pobreza; expansão urbana e meio-ambiente; moradia e infra-estrutura urbana. A constituição do urbano na América Latina e no Brasil. O direito à ocupação do espaço urbano. A política urbana brasileira. A cidade como local de moradia. Análises marxistas da questão habitacional. Histórico das transformações urbanas no Brasil: urbanização e formas de habitação. Trajetória da Política Habitacional Brasileira. Demandas por moradia, direito à habitação e movimentos sociais. Articulação da política habitacional com as demais políticas sociais. Moradia e Política Habitacional no Distrito Federal. A contribuição do Serviço Social na produção e no redimensionamento do conhecimento teórico-prático acerca da questão urbana e da política habitacional.

Bibliografia Básica:

CASTELLS, Manuel. A Cidade, Democracia e Socialismo, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1980.

PAVIANI, Aldo. A Conquista da Cidade: Movimentos Populares em Brasília. Brasília, 2ª Edição, UnB, 1991.

VELHO, Guilherme Otávio. O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro, 4a edição, Zahar, 1979.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz & PECHMAN, Robert (Orgs.) Cidade, Povo e Nação: Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1996.

KOWARICK, Lúcio. As lutas sociais e a cidade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo, HUCITEC, 1996.

CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. A Questão Urbana. RJ, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1903.

JACOBS, Jane. Morte e Vida de Grandes Cidades. Tradução Carlos S. Mendes Rosa; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. SP, Martins Fontes, 2000.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz & AZEVEDO, Sérgio de. A Crise da Moradia nas Grandes Cidades: da questão da habitação à reforma urbana. RJ, UFRJ, 1996.

SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. SP, 14a edição, Contexto, 1998..

FALCÃO, Joaquim (org) Invasões Urbanas: Conflito de Direito de Propriedade. 2ª, RJ, FGV, 2008

PAVIANI, Aldo. Urbanização e Metropolização: A Gestão dos Conflitos em Brasília. Brasília, UnB Codeplan, 1987.

PERLMAN, Janice E. O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro, RJ. Paz e Terra, 1977.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Lutas pela Moradia. SP, Vozes, 1995.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Política Habitacional Brasileira: Verso e Reverso. SP, Cortez, 1982.

AMMANN, Safira Bezerra. Movimento Popular de Bairro: De frente para o Estado em busca do Parlamento. SP, Cortez, 1991.

GONÇALVES, Mª da Conceição Vasconcelos. Favelas Teimosas: Lutas por Moradia. Brasília, Thesaurus, 1998.

GOUVEIA, Luiz A. de Campos. Brasília: A Capital da Segregação e do Controle Social: Uma avaliação da ação governamental na área da habitação. São Paulo. Annablume, 1995.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, Vozes, 2001

LOJKINE, Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. SP, M.Fontes, 1997.

MOISÉS, José Álvaro et alli. Contradições Urbanas e Movimentos Sociais. Apresentação de Francisco Correa Welfort. RJ, CEDEC, 1978.

ROLNIK, Raquel. O que é cidade (coleção primeiros passos), SP, Brasiliense, 2004.

HOLSTON, James. A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia. SP, Companhia das Letras, 1993.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. SP, 5ª, Centauro, 2008.
LEFEBVRE, Henri. Cidade do capital. Rio de Janeiro, 2. Ed. DP & A, 2001.
LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte ? MG, 2. reimpr., Ed. UFMG, 1999.
CALDEIRA, Teresa P do Rio. Cidade de Muros : crime, segregação e cidadania em São Paulo. SP, Ed. 34 e EDUSP, 2000.
LOJKINE, Jean. O Estado capitalista e a questão urbana. São Paulo, M Fontes, 1981.
SANTOS, Milton. A urbanização Brasileira. SP, HUCITEC, 1993.
RANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B; MARICATO, Ermínia. Cidade do pensamento único: Desmanchando consensos. Petrópolis, 2. Ed. Vozes, 2000.
ENGELS, Friedrich. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. SP, Boitempo, 2008.
RAMOS, Maria Helena Rauta. Metamorfoses sociais e políticas urbanas. Rio de Janeiro, DP & A, 2002.

Bibliografia Complementar

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da Habitação Social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. SP, Estações Liberdade e FAPESP, 1998
LIMA, Antônia Jesuata de. Cidades Brasileiras: Atores, Processos e Gestão Pública. BH, Autêntica, 2007
BARBARA, Freitag. Teorias da Cidade. Campinas, Papirus, 2006
PECHMAN, Robert Moses (Org.) Olhares sobre a Cidade. RJ, UFRJ, 1994
MARICATO, Ermínia. Habitação e Cidade. SP, Atual 1997
SACHS, Celine. São Paulo: Políticas Públicas e Habitação Popular. SP, EDUSP 1999

Criação 5 - RELAÇÕES SOCIAIS, FAMÍLIA E SERVIÇO SOCIAL, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

Contextualização sócio-histórica da família moderna. Abordagens teóricas sobre família. Família, reprodução e parentesco. As interconexões entre gênero, sexualidade, geração e família. Família e política social: perspectivas teóricas e modelos de proteção social. O serviço social e o trabalho com família. Processo de trabalhos, família e instrumentais técnicos operativos.

Bibliografia Básica:

Göran Therborn, Sexo e Poder ? a família no mundo (1900 ? 2000), São Paulo, No Edição1ª, Contexto, 2006.
CARVALHO, MARIA DO CARMO BRANT DE ,A Família Contemporânea Em Debate, São Paulo, 5º Edição, EDUC, 2006.
ARIES, Philippe, História Social da Criança e da Família, Rio de Janeiro, 2º Edição, LTC, 1981.
FONSECA, C. L. W.. Cadernos Pagu v. 29, p. 9-26, Rio de Janeiro, 1º Edição, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Unicamp, 2007.
BOZON, MICHEL, Sociologia Da Sexualidade, Rio de Janeiro, 1º Edição, EDITORA FGV. 2004.

Bibliografia Complementar

SINGLY, François De, Sociologia da Família Contemporânea, Rio de Janeiro, 1ª Edição, EDITORA FGV, 2007.
MIOTO, Regina Celia Tamasso., Do conhecimento que temos a intervenção que fazemos: uma reflexão sobre a atenção as famílias no âmbito das políticas sociais. In: Rosane Gonçalves Nitschke; Ingrid Elsen; Coleta Rinaldi Althof. (Org.). Pesquisando a família: olhares contemporâneos., Florianópolis, 1ª Edição, Papa-Livro, 2004.
MIOTO, R. C. T. A, Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. Cadernos Capacitação em Serviço Social e política social, mod. 04., Brasília, CEAD, 2000.
_____, A centralidade da família na política de assistência social. Revista de Políticas Públicas. v.08 n.01, pp. 133-143., São Luis, No Edição Jan.-Jun., EDUFMA, 2004.
BARROS, Myriam Lins de. (org.), Família e Gerações, Rio de Janeiro, 1ª Edição, Editora FGV, 2006.

HEILBORN, Maria Luiza; DUARTE, Luiz Fernando Dias; PEIXOTO, Clarice; LINS DE BARROS, Myriam. Sexualidade, família e ethos religioso., Rio de Janeiro , 1, Garamond, 2005.
MEYER, Dagmar E.E. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. Gênero, vol. 6, pp.81-104. Rio de Janeiro, s.l, 2006.
CARDOSO, Júnior, J. C. Fundamentos Sociais das economias pós-industriais: uma resenha crítica de Gosta Esping-Andersen, BIB, n. 56. São Paulo, 1ª Edição, s.l, 2003.

136778 - TÓPICOS ESPECIAIS EM PESQUISA SOCIAL, Optativa

Créditos: 4, CHS: 4 (T:2, P: 2)

Pré-requisitos: 136581 - INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL

Ciência Moderna e novos paradigmas. Métodos da Pesquisa Social voltada para o Serviço Social. Níveis da Pesquisa Social (exploratória, descritiva e explicativa). Áreas temáticas de Pesquisa em Serviço Social, tais como: educação; trabalho; saúde; gênero; previdência e assistência social; habitação; questão rural e urbana; violência; criança, adolescente e idoso; movimentos sociais; política social, estado e cidadania.

Bibliografia Básica:

CRESWELL, John. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2ª edição. Porto Alegre. Artmed Bookman, 2007.
BOOTH, Wayne; COLOMB, Gregory; WILLIAMS, Joseph. A arte da pesquisa. 2ª edição. São Paulo. Martins Fontes, 2008.
POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean; GROULX, Lionel; LAPERRIERE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 1ª edição. Petrópolis. Vozes, 2008.
RICHARDSON, Roberto. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. 3ª edição. São Paulo. Atlas, 1999.

Bibliografia Complementar

138541 - TÓPICOS ESPECIAIS EM POLÍTICA SOCIAL, Optativa

Créditos: 4, CHS: 4 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: 136484 - POLÍTICA SOCIAL

Discussão e análises inovadoras de temas emergentes em políticas sociais. Apresentação de resultados de estudos ou pesquisas na área de política social. Sem uma ementa fixa, a oferta desta disciplina dependerá de interesses de professores e alunos.

Bibliografia Básica:

BEHRING, Elaine e BOSCHETTI, Ivanete Política Social: Fundamentos e História. São Paulo, 6ª, Cortez, 2007.
FALEIROS, Vicente. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In ABEPSS, CFESS e CEAD-UnB, Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 3. Brasília, 1a, CEAD/UnB, 2000.
PEREIRA, Potyara A. P. As vicissitudes da pesquisa e da teoria em política social? In Revista Ser Social nº 9. Brasília, 9, SER/UnB, 2001.

Bibliografia Complementar

136786 - TÓPICOS ESPECIAIS EM SERVIÇO SOCIAL, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:2, P: 2)

Pré-requisitos: 136581 - INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL

Discussão de temas emergentes em Serviço Social. Apresentação de análises inovadoras em Serviço Social. Aprofundamento de temas específicos do Serviço Social. Apresentação de pesquisas ou estudos na área de Serviço Social.

Bibliografia Básica:

MACEDO, Myrtes Aguiar S. P.. Reconceituação do Serviço Social. Cortez, 1981.
CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de. Modelos teóricos de serviço social de grupo: Adaptação ou transformação?. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981.
LIMA, Boris Alexis. Contribuição a metodologia do serviço social. Belo Horizonte: Interlivros, 1975.
DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1980.

Bibliografia Complementar**Criação 6 - Oficina de Supervisão de Estágio em Serviço Social 1, Optativa**

Créditos: 4, CHS: 60 (T:1, P:3)

Pré-requisitos: 138720 – Estágio em Serviço Social 2

Acompanhamento e supervisão pedagógica do estágio em serviço social. Aprofundamento do conhecimento das expressões da questão social, da realidade institucional e do exercício profissional. Planejamento e execução de atividades de estágio juntamente com o supervisor de campo.

Bibliografia Básica:

BURIOLO, Marta. Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. Revista Serviço Social e Sociedade, n.104. São Paulo: Cortez, 2010, p.715-736.
OLIVEIRA, Isaura Isoldi M. C. Configurações do ensino superior e a formação profissional dos assistentes sociais: desafios para a intervenção. Revista Serviço Social e Sociedade n.104. São Paulo: Cortez, 2010, p.737-749.
VASCONCELOS, Iana. Dilemas e desafios do estágio curricular em serviço social: expressão dos (des)encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho. Temporalis n. 17. Brasília: ABEPSS, 2009.
MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 8 n.1 p. 22-48. jan./jun. 2009

Bibliografia Complementar:

FREIRE, Lúcia M.B. O Serviço Social na reestruturação produtiva: espaços, programas e trabalho profissional. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
SANTOS, Josiane Soares. Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2007.

Criação 7 - Oficina de Supervisão de Estágio em Serviço Social 2, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:1, P:3)

Pré-requisitos: Criação 6 - Oficina de Supervisão de Estágio em Serviço Social 1

Acompanhamento e supervisão pedagógica do estágio em Serviço Social. Planejamento e execução de atividades de estágio juntamente com o supervisor de campo. Aprofundamento e sistematização do conhecimento acerca da relação entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do exercício profissional do assistente social. Análise das atribuições privativas do assistente social com foco na supervisão direta de estágio.

Bibliografia Básica:

FRAGA, Cristina K. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. Revista Serviço

Social e Sociedade n.101. São Paulo: Cortez, 2010, p.40-64.

GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. Supervisão em Serviço Social. In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: ABEPSS/CFESS, 2009.

MONTANO, Carlos. A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na empresa. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar

MOTA, Ana Elizabete. Nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ORTIZ, Fátima Grave. Trabalho, desemprego e Serviço Social. Revista Serviço Social e Sociedade n.69. São Paulo: Cortez, 2002, p.73-106.

7. Disciplinas do Departamento de Sociologia no curso Serviço Social (Noturno)

134465 - INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA, 1º período

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

I - O contexto histórico do surgimento da sociologia (revolução francesa e revolução industrial).
II - O contexto intelectual que influenciou o surgimento da Sociologia (Grande correntes do pensamento social dos séculos XVIII E XIX).

III - A perspectiva sociológica (objeto, problemas metodológicos centrais a principais correntes).

IV - Teoria funcionalista ou institucionalista (estudo dos aspectos centrais ao funcionamento de uma sociedade como socialização, instituições sociais, papel social, cultura, normas e valores).

V - Teoria do conflito (estudo dos conflitos gerados no interior da estrutura econômica, modo de produção, mais-valia, classes sociais, bem como no interior da estrutura de poder, estado, dominação, partidos, dentro de um enfoque que recai na crítica do sistema vigente e na análise dos processos sociais que levam a mudanças históricas.

Bibliografia Básica:

MARTINS, Carlos B. O que é Sociologia. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HUBERMAN, Leo. Historia da riqueza do homem. 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

MILLS, C. Wright. Imaginacao sociologica(a). Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

BERGER, Peter L. Perspectivas sociologicas: Uma visao humanistica. Petropolis: Editora Vozes Ltda, 1972.

DEMO, Pedro. Sociologia: Uma introducao critica. Sao paulo: Atlas, 1983.

Bibliografia Complementar

FORACHI, M. A. E MARTINS, J. S. Sociologia e Sociedade Tã©cnica e Cientã©fica. Rio de Janeiro e Sã£o Paulo, 1977.

HARNECHER, M. Santiago. Os conceitos elementares do material histã©rico. Siglo XXI, 1971.

134473 - TEORIA SOCIOLOGIA 1, 2º período

Créditos: 6, CHS: 90 (T:4, P: 2)

Pré-requisitos: 134465 - INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA

Estudo do pensamento sociológico desde sua formação com Comte e o positivismo, até a formalização de teoria sociológica com Durkheim e Weber. Comte: conceitos gerais, surgimento da sociologia; Durkheim: objeto e método da sociologia e conceitos fundamentais; Weber: objeto e método da sociologia e conceitos fundamentais. O curso deve possibilitar ao aluno conhecer as teorias sociológicas destes autores e fornecer as bases teóricas para estabelecer as linhas de continuidade entre os autores clássicos e as teorias sociais contemporâneas, a serem estudadas em outras disciplinas teóricas.

Bibliografia Básica:

DURKHEIM, Émile. Regras do método sociológico(as). 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. São Paulo: M Fontes, 1995

WEBER, Max,. Ética protestante e o espírito do capitalismo(a). São Paulo: Pioneira, 1967.

WEBER, Max,. Ensaios de sociologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WEBER, Max,. Economía y sociedad. 2. ed. México: Fondo De Cultura Económica, 1964.

Bibliografia Complementar

COMTE, A. SP. Coleção grandes cientistas Sociais. Antica, 1978.
DURKHEIM, E. O suicídio. Rio de Janeiro. Martins Fontes, 1977.

8. Disciplinas do Departamento de Ciência Política no curso Serviço Social (Noturno)

185035 - INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA, Optativa

Créditos: 4, CHS: 60 (T:4, P: 0)

Pré-requisitos: Sem pré-requisitos.

O objetivo do curso é oferecer ao aluno uma visão panorâmica dos principais conceitos e diferentes temas da reflexão política contemporânea.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: Para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: Uma defesa das regras do jogo. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CARNOY, Martin. Estado e teoria política. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

DAHL, Robert Alan. Análise política moderna. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

GRAMSCI, Antonio. Intelectuais e a organização da cultura(os). 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LIPSET, Seymour Martin. Política e ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SARTORI, Giovanni. Teoria democrática. Rio de Janeiro: Fundo De Cultura, 1965.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C; WHITEHEAD, Laurence. Transições do regime autoritário: America Latina . São Paulo: Edições Vértice, 1988.

WEBER, Max,. Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

Bibliografia Complementar

BAQUERO, Marcello. Desafios da democratização na América Latina: debates sobre cultura política. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1999

DAHL, Robert A. Sobre a democracia. Brasília: UnB, 2001

DUVERGER, Maurice. Los partidos políticos. México: Fondo De Cultura Económica, 14ª ed., 1994.

LĂŠNIN. O Estado e a revolução. São Paulo: ed. Hucitec, 1983.

SCHMITTER , Philipe. C. Reflexões sobre o conceito de política. In Cadernos da Unb. Brasília Ed. UnB.

SEILER, Daniel-Louis. Os partidos políticos. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do estado, 2000

WEBER, Max. Política como vocação. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo. Cultrix, 2002

